



Universidade Federal
de Campina Grande

CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**JORNADAS DE JUNHO 2013 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS
PROTESTOS**

Rayana Samara Soares de Sousa

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e políticas públicas

Orientador: Dr. Gonzalo A. Rojas

CAMPINA GRANDE-PB

2016

RAYANA SAMARA SOARES DE SOUSA

**JORNADAS DE JUNHO 2013 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS
PROTESTOS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande - PPGCS/UFCG como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas.

CAMPINA GRANDE-PB

2016

RAYANA SAMARA SOARES DE SOUSA

JORNADAS DE JUNHO 2013 NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS
PROTESTOS.

Texto avaliado em 29 de fevereiro de 2016

Conceito:_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gonzalo Adrian Rojas – PPGCS/UFCG
ORIENTADOR

Prof. Dr. José Maria Jesus Izquierdo Villota – PPGCS/UFCG
EXAMINADOR INTERNO

Prof. Dr. Roberto de Sousa Miranda – PPGCS/UFCG
EXAMINADOR INTERNO

Prof. Dra. Cláudia Maria Costa Gomes – PPGSS/UFPB
EXAMINADORA EXTERNA

AGRADECIMENTOS

Inicio esses agradecimentos entendendo que um ser é formado da presença de tantos outros seres, presentes ou distantes, mas de extrema importância para a caminhada de cada um de nós. E para a realização e conclusão dessa dissertação foi de importância primordial todos os que fazem parte de minha vida, sendo família, amigos, colegas de trabalho, etc.

Sei que a caminhada foi longa e árdua e me fez abdicar muitas vezes da presença das pessoas que eu gosto, mas nesse espaço posso pelo menos deixar registrado o quão foram e são importantes para mim cada alma que cruzou minha vida até então.

O espaço é pequeno para registrar minha gratidão a todos que de uma forma ou outra contribuíram com essa minha jornada.

Agradeço à minha família pela imensa ajuda sempre que precisei, e pela compreensão da ausência em vários momentos e que mesmo na distância estão sempre presentes, obrigada principalmente a meu pai Ivan Barbosa de Sousa e minha mãe Maria Lúcia Soares que nunca me desampararam. E sou grata também pelas contribuições da minha irmã Raylda Soares que me ajudou muito dando dicas de ouro de sobrevivência dentro de um mestrado, sua experiência depois de concluir o seu me serviu imensamente.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa outorgada.

Agradeço ao Prof. Gonzalo A. Rojas que se dispôs a me orientar nesse trabalho, pois sem suas sugestões e dedicação eu jamais teria conseguido realizar da forma que eu realmente gostaria e concluir, sou muito grata por sua paciência e principalmente por acreditar em mim, mesmo diante de todas as dificuldades impostas no decorrer da produção da dissertação. No nome dele aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG) pelas suas relevantes contribuições.

Agradeço aos professores José María de Jesús Izquierdo Villota (PPGCS-UFCG) e Cláudia Maria Costa Gomes do Programa de Pós-graduação em Serviço Social de Universidade Federal de Paraíba (PPGSS-UFPB) que participaram na banca de qualificação e realizaram agudas observações a maioria das quais tentei incorporar na

dissertação e pela sua presença na banca de avaliação final da mesma, assim como ao Professor Roberto de Sousa Miranda (PPGCS/UFCG) que prontamente se prontificou para participar deste momento tão importante e que além de suas virtudes acadêmicas, como Secretário Adjunto da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (ADUFCG) no campus de Pombal fez parte da organização dos protestos.

Agradeço ao meu companheiro de todas as horas, Robson Siqueira (Boll), meu grande incentivador, quem esteve comigo em exatamente todos os momentos dessa caminhada, e que abriu mão de muitas coisas e que colocou minhas necessidades a frente das dele por outras vezes, mas foi também por ele estar ao meu lado que eu consegui chegar até o fim. Muito obrigada meu amor.

Agradeço aos companheiros de Práxis. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina pelas discussões nas reuniões que nos permite crescer teórica e ideologicamente, e também sou grata pelo engajamento e pelo auxílio que recebi principalmente nos momentos de maior aflição, onde todos compartilharam seu conhecimento e fizeram o que podiam para fazer chegar as informações que precisava para lapidar ainda mais esse trabalho. Em poucos lugares encontrei tanta disponibilidade das pessoas em ajudar uns aos outros. O meu mais sincero obrigada.

Sou muito grata a sutil gentileza e presteza de Rinaldo da secretaria do PPGCS-UFCG, que desde o início do curso me ajudou bastante na busca por informações. Sempre muito solícito, pessoa de enorme coração, meu muito obrigada.

Não poderia deixar de agradecer à minha turma de Mestrado, pois comungamos vários momentos de partilha de conhecimento e de confraternização, mesmo tendo sido na “lanchonete de Sayonara” no intervalo das aulas ou no “espetinho de Brutos” (*In memorian*), assim como na “Adega” e vários outros locais de fuga, mas que nos serviam também de debates acerca de temas sociais e políticos também. Agradecimentos especiais a Maylle Venício, Eduardo Cotia, Angela Cantero, Joaquim Benevides, assim como os amigos queridos do Doutorado e companheiros de vários momentos agradáveis de confraternização e partilha de conhecimento: Xavier, Danilla, Elvia, Janaína, Maria. Agradeço também a Maria Auricleide que me acompanhou desde as primeiras aulas e mantemos o contato sempre para repartir as lamúrias da vida durante o Mestrado, e como é corrida essa vida de quem estuda e trabalha. Muito obrigada pelas conversas Auri.

Aos grandes amigos Jairo Alves e Rosângela Santos, agradeço por tudo, não tenho como expressar tamanha gratidão por todos os momentos de ajuda, e pelos simples e grandiosos momentos de boemia, regados à muita poesia e música boa.

Agradeço a todos que não coloquei aqui, mas que de uma forma ou de outra sabem o quanto me ajudaram e o quanto foram fundamentais para que eu conseguisse chegar até o fim.

RESUMO

Esse estudo aborda uma análise acerca dos protestos acontecidos durante as Jornadas de Junho 2013 no Brasil, levando em consideração suas formas de mobilização expondo como são apresentadas as eventuais mudanças de configurações em termos de organização popular e de ação política. Depois da crise capitalista mundial iniciada em setembro de 2008, podemos perceber uma tendência de lutas de movimentos sociais em várias partes do mundo. Diante das proporções dos protestos com as mobilizações de rua, e das mudanças políticas ocorridas com as Jornadas como a revogação do aumento das tarifas de transportes públicos. Enfatizamos também a forma de como passou a ser visto e contestado o regime político brasileiro enquanto “representante da população” e a necessidade de participação política das massas demonstrada com as manifestações, trazendo à tona uma crise política instalada no país, que articulada com uma profunda crise econômica, ainda não está resolvida.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornadas de Junho 2013; Movimento Passe Livre; Protestos; Movimentos Sociais; Estado; Luta de Classes.

ABSTRACT

This study ABORDA an analysis about the protests that took place during June 2013 as Days in Brazil, taking into account your Mobilization forms exposing How are presented as any settings changes in popular terms Organization and Political Action. After the global capitalist crisis that began in September 2008, we can see a trend of struggles of social movements in various adversarial world. Faced with the scale of the protests to the street demonstrations, and the changes that occurred with policies like Days Like repeal the increase in public transportation fares. Emphasize Also a form of How He began to be seen and challenged the Brazilian Political regime as "representative of the population" and the need for Political Participation of the masses demonstrated with such demonstrations, bringing up a political crisis in the country, articulated with crisis deep economic, still not resolved.

KEY-WORDS:

Days of June 2013; Movimento Passe Livre ; protests; Social movements; State; Fight of Classes

RESUMEN

Este estudio aborda un análisis de las protestas acontecidas durante las “Jornadas de Junho 2013” en el Brasil, teniendo en consideración sus formas de movilización y cómo exponiendo como son presentadas eventuales cambios de configuraciones en términos de organización popular y de acción política. Después de la crisis capitalista mundial iniciada en septiembre de 2008, podemos percibir una tendencia de luchas de movimientos sociales en varias partes del mundo. Frente a las proporciones de las manifestaciones en las calles, e de los cambios políticos ocurridas con las Jornadas como la revogación del aumento de las tarifas de los transportes públicos. Enfatizamos también la forma en que fue rechazado el régimen político brasileiro en cuanto “representante de la población” y la necesidad de participación política de las masas demostradas con las manifestaciones, trayendo como consecuencia una crisis política que se instala en el país la cual articulada con una profunda crisis económica, todavía no fue resuelta.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornadas de Junho 2013; Movimento Passe Livre; Protestas; Movimientos Sociales; Estado, Lucha de Clases.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FOTOS

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de manifestantes dos protestos no Brasil durante o mês de junho de 2013.....	65
Gráfico 2 – Cidades onde aconteceram protestos em junho de 2013.....	66
Gráfico 3 – Quantidade de manifestantes em São Paulo	85
Gráfico 4 - Orçamento Geral da União (Executado em 2013)	95
Gráfico 5. Orçamento Geral da União (Executado em 2014)	96

QUADROS

Quadro 1 – Cronologia das ações do Movimento Passe Livre-MPL	51
Quadro 2 – Jornais e Sites dos principais partidos de oposição de esquerda ao governo Dilma.....	74
Quadro 3 – Obras utilizadas sobre as manifestações de Junho 2013.....	76

FOTOS

Foto 1 – Contra os gastos com a Copa do mundo de 2014	103
Foto 2 – “Vem pra Rua”	104
Foto 3 – Dilma Rainha das Copas.....	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUFCG – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande

AERJ – Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro

ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Nacionais da Copa

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes em Luta

BA – Bahia

CE - Ceará

CONLUTAS – Coordenação Nacional das Lutas

CP- Consulta Popular

CSP-CONLUTAS – Central Sindical e Popular - Coordenação Nacional das Lutas

CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos trabalhadores

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito

DF – Distrito Federal

EDUEPB – Editora da Universidade Estadual da Paraíba

ENMPL - Encontro Nacional do Movimento Passe Livre

ED- Esquerda Diário

EDUEPB - Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB)

ES – Espírito Santo

FASFIL - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

FIFA – Federação Internacional do Futebol Associado

FMI – Fundo Monetário Internacional

FT-QI – Fração Trotskista- Quarta Internacional

GO - Goiás

GT - Grupos de Trabalhos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

LER-QI – Liga Estratégia Internacional – Quarta Internacional

LO – Liga Operária

MÊS- Movimento de Esquerda Socialista

MG – Minas Gerais

MPL – Movimento Passe Livre

MRT- Movimento Revolucionário dos Trabalhadores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PB – Paraíba

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC DO B – Partido Comunista do Brasil

PCR – Partido Comunista Revolucionário

PE - Pernambuco

PI - Piauí

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

POR – Partido Operário Revolucionário

PR- Paraná

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SP – São Paulo

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UCLA – Universidade da Califórnia

UEPB - Universidade Estadual de Paraíba

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP – Universidade de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - Elementos teóricos para o estudo dos Movimentos Sociais.....	25
1. Contribuições conceituais sobre Movimentos Sociais.....	25
2. O papel do Estado em Marx	30
3. Quando novos personagens voltam a entrar em cena.....	35
4. Algumas considerações sobre movimentos sociais na formação econômica social brasileira.....	39
CAPÍTULO 2 - O Movimento Passe Livre e as manifestações de Junho de 2013 no Brasil.....	45
1. Trajetória histórica do Movimento Passe Livre (MPL)	46
2. Breve análise da conjuntura social e política em que aconteceram as manifestações no Brasil	52
3. Cronologia das Manifestações de Junho de 2013, breve retrospectiva.....	59
4. As Jornadas e suas características específicas em comum com outros movimentos	66
CAPÍTULO 3 - Breve análise bibliográfica sobre as Jornadas de Junho	73
1. Algumas obras realizadas sobre as Jornadas de Junho.....	73
2. Exposição da análise geral sobre os protestos.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS.....	110

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar as recentes manifestações ocorridas no Brasil centralmente no mês de Junho de 2013, levando em consideração suas formas de mobilização expondo como são apresentadas as eventuais mudanças de configurações em termos de organização popular e de ação política. Também compreendemos sua importância como marco de um contexto histórico para o país, diante das proporções dos protestos com as mobilizações de rua, e das mudanças políticas ocorridas com as Jornadas como a revogação do aumento das tarifas de transportes públicos. Enfatizamos também a forma de como passou a ser visto e contestado o regime político brasileiro enquanto “representante da população” e a necessidade de participação política das massas demonstrada com as manifestações, trazendo à tona uma crise política instalada no país, que articulada com uma profunda crise econômica, ainda não está resolvida.

Depois da crise capitalista mundial iniciada em setembro de 2008, podemos perceber uma tendência de lutas de movimentos sociais em várias partes do mundo, como por exemplo, o *Ocuppy Wall Street* nos EUA no ano de 2011, *Los indignados* na Espanha, a denominada “Primavera Árabe” no Egito e na Tunísia, dentre outros. Estes últimos movimentos, acontecido no norte da África, ficaram conhecidos como “Primavera árabe” por ocorrer levantes populares simultaneamente em diferentes países, fato que aconteceu poucas vezes na história. A denominação faz alusão à “Primavera dos povos”, termo utilizado pelo historiador Eric Hobsbawn, que no primeiro capítulo de sua obra ‘Era do capital’ aborda o período em que aconteceram os levantes operários em 1848, também em grandes proporções e em diferentes cidades da Europa simultaneamente. Segundo o historiador marxista inglês essas “revoluções” foram vitoriosas e derrotadas de forma muito rápida. Hobsbawn ressalta que a Primavera dos Povos foi a primeira revolução potencialmente global, e sobre essa denominação acrescenta:

As revoluções de 1848 [...] tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também por que seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar, para o que os franceses inventaram a palavra *quarente-huitard*. Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas" as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as

bandeiras tricolores, as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a "primavera dos povos". (HOBSBAWN: 1988 p. 29)

Realizando uma comparação podemos relacionar com a Primavera Árabe que aconteceu a partir do final de 2010 no norte da África e que conquistou a derrubada de regimes ditatoriais e aconteceram restaurações em um espaço de tempo muito curto, mas que mudaram de certa forma as relações de força no cenário geopolítico mundial.

Podemos comparar também com a “Primavera brasileira” de junho 2013, por se tratar de um país continental, e pelo fato de que as manifestações ocorridas no Brasil também aconteceram em vários estados e cidades de diferentes portes, simultaneamente. Os protestos que tiveram grande quantidade de manifestantes em todo o país conseguiram em sua maioria o que estavam reivindicando a priori, que foi a revogação do aumento das tarifas de transportes públicos, se bem não conseguiram melhorar os serviços públicos nem instalar a tarifa zero, reivindicações que foram incorporadas aos protestos ao longo das jornadas.

Esses protestos no plano mundial em sua maioria têm pautas pontuais e heterogêneas nas suas reivindicações, ocupam praças e outros locais públicos como avenidas, ruas, sedes de ministérios, e também tem como característica comum utilizam as redes sociais na internet para convocação e divulgação das suas ações. No entanto, cada mobilização tem proporções específicas quanto ao uso da internet, a exemplo das manifestações ocorridas na Tunísia e no Egito onde tiveram atuação expressiva, segundo o relatório divulgado pela *Dubai School of Government* em 2012¹. De acordo com esse relatório, nove em cada dez tunisianos e egípcios afirmaram ter usado redes sociais como o *Facebook* para mobilizar e aumentar a participação da população nos protestos. As redes sociais também auxiliaram na divulgação das manifestações em outros países onde ocorreu a Primavera Árabe, e de acordo com o relatório “O número de usuários do *Facebook* no mundo árabe cresceu de 14,8 milhões para 27,7 milhões no período de um ano, entre fevereiro de 2010 e 2011”.² Mas é importante notar que a revolta não foi gerada a partir da internet:

¹ O Relatório está disponível no site da *Dubai School of Government* <<http://www.mbrsg.ae/HOME/PUBLICATIONS/Research-Report-Research-Paper-White-Paper/The-Fourth-Arab-Social-Media-Report-Influencing-So.aspx>> (Acesso em 10/01/16)

² Informações retiradas do Portal ‘Opera Mundi’, em reportagem com título “Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe”. Disponível em <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/18943/redes+sociais+foram+o+combustivel+para+as+revolucoes+no+mundo+arabe.shtml>> (Acesso em 10/01/16)

As redes de relacionamento online foram utilizadas indiscutivelmente para articular e repercutir os protestos, mas eles não foram as sementes da revolta. [...] Todavia, as redes permitiram que a revolta ocorrida na Tunísia gerasse um rápido efeito no Egito, garantiram a articulação dos primeiros protestos e foram importantes para sensibilizar a opinião pública mundial. (EVANGELISTA, 2011: 18-19)

Sendo assim, apesar dos números divulgados sobre o acesso às redes sociais em grande quantidade durante as manifestações, vale ressaltar que os países árabes em questão permaneciam sob regimes ditatoriais há vários anos, como a Tunísia onde, por exemplo, o presidente Zine el Abidine Ben Ali (1987-2011) já estava no poder a 23 anos. É importante notar que, assim como os demais meios de comunicação, a internet também serve a grandes corporações e estão suscetíveis ao controle dos governos e das empresas. Podemos perceber a fragilidade do uso da internet para mobilizações, por exemplo, quando o presidente da Síria no governo desde o ano de 2000, Bashar al Assad, sofria pressão para renunciar, e o governo proibiu o uso das redes sociais e a entrada de jornalistas estrangeiros no país nessa mesma época, no ano de 2011. Assim como se deu também na Inglaterra, cujo governo critica quando se ataca a liberdade individual no norte da África, mas faz o mesmo durante o protesto dos jovens das periferias no mesmo ano.

No Brasil em Junho de 2013, aconteceram manifestações por todo o país em diferentes cidades, grandes, médias e pequenas; os protestos que tiveram força em São Paulo, também ocorreram em grande proporção no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte. Observamos também grande participação, além da revogação do aumento da tarifa dos transportes públicos, em diferentes capitais como João Pessoa, Recife, Cuiabá e Aracajú.

Este foi um fenômeno que não se limitou apenas às capitais, cidades de porte médio como Campina Grande também teve participação relevante nos protestos, onde centenas de pessoas foram às ruas no dia 20 de Junho, e participaram das manifestações convocadas a nível nacional, que aconteceram simultaneamente em vários estados durante o mês de Junho de 2013. Uma das particularidades da manifestação em Campina Grande que vale ser ressaltada foi que as autoridades locais já haviam baixado os preços das passagens na cidade dias antes, de forma oportunista e preventiva, mas mesmo assim a mobilização foi mantida.

Apesar de percebermos essas manifestações em 2013, é importante notar que já existia um movimento anterior a esses protestos em relação à luta pela melhoria dos serviços dos transportes públicos e pela redução das tarifas destes, encabeçado pelo Movimento Passe Livre (MPL), que existe como movimento, desde o ano 2003 quando se mobilizaram na cidade de Salvador no estado da Bahia contra o aumento das passagens. Durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005, o MPL foi fundado como uma rede federativa de coletivos locais, que já existiam há alguns anos. Entender o contexto histórico em que esses movimentos acontecem é de grande importância para o estudo dessas manifestações.

Em cada período da história os povos tiveram suas formas de se mobilizar, de mostrar sua indignação e lutar por seus direitos. Historicamente os movimentos sociais têm apresentado uma vinculação partidária ou sindical. Mas, recentemente temos assistido a manifestações públicas nas quais seus participantes, em muitos casos, se dizem apartidários, sem um programa determinado explicitamente e sem vinculação com instituições tradicionais da esfera da política. O movimento ocorrido em Junho de 2013 no Brasil que repetia frases como “O gigante acordou!” foi diminuindo suas mobilizações na medida em que suas reivindicações iniciais iam sendo atendidas. Mas os manifestantes que queriam a redução das tarifas de transporte público contra o aumento de R\$ 0,20 centavos, por exemplo em São Paulo (SP), começaram a incorporar exigências mais gerais como: “Não à corrupção”, “Melhorias na saúde”, “Educação de qualidade”, entre outros, frases que estavam na maioria dos cartazes em todo o país.

Afirmamos inicialmente que uma característica desses protestos foi a heterogeneidade de sua pauta, e que vale a pena analisar se de fato esta foi progressiva ou regressiva na realidade, já que há controvérsias entre o tema. No entanto, observar quais os reais elementos que compõem a pauta desses protestos são de grande importância, entendendo como elemento progressivo, por exemplo, a crítica ao sistema político como um todo no seu conjunto, ou as exigências por melhorias no serviço público; e regressivo, o anti-partidarismo, a aversão pelos partidos políticos é uma visão reacionária da política.

Nos protestos ocorridos no Brasil, além de percebermos como característica os discursos e práticas com elementos de apartidarismo, outro aspecto importante foi a cobertura midiática produzida acerca das manifestações e as mudanças na forma de expor os protestos, além da tentativa de pautá-los. As manifestações foram apontadas pela mídia inicialmente como atos violentos, seus participantes tidos como

“baderneiros”, no entanto, a imprensa e seus veículos mudam sua postura logo em seguida numa tentativa de pautá-los, apontando os manifestantes como pacíficos e os protestos como sendo legítimos. Porém essa a imprensa enfatizava que mesmo os protestos sendo legítimos, estavam infiltrados por uma minoria de vândalos e que precisavam ser reprimidos.

As manifestações ocorridas no Brasil em Junho de 2013 seguiram uma tendência mundial, desde o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos em 2011. Participaram dos protestos estudantes, trabalhadores, vários tipos de profissionais desde técnicos, profissionais da saúde e educação, famílias que foram às ruas com seus filhos participar de um momento que, segundo alguns dos participantes, seria histórico e de importância para grandes mudanças sociais no país. Ressaltamos que esse descontentamento generalizado começa a ser gerado a partir do momento que surge com o impacto da crise mundial de 2008 e suas conseqüências.

Diante das configurações de alguns dos movimentos sociais contemporâneos, como listados anteriormente, bem como manifestações com elementos antipartidários observadas em vários lugares em que os eventos de rua aconteceram no país, surgiu nosso interesse em estudar as mobilizações observadas no Brasil em junho 2013. Um país que passou por um processo de despolitização muito grande – desde Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) que foi presidente da república de 1995 a 2002, e que adotou abertamente o neoliberalismo e realizou a reforma do Estado, assim como os 10 anos consecutivos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2003, que cumpriu a função de despolitizar a sociedade conscientemente para passivizar os movimentos de massa em nome da governabilidade.

Com esses movimentos não só a questão da mobilidade urbana vem à tona, mas também toda a questão da crise de representatividade do sistema político e os limites da democracia liberal atual, assim como a questão da participação e da gestão popular, demonstrada com a ação direta da população nessa forma de mobilização apresentada nas Jornadas.

Enxergamos a urgência e necessidade de estudar as manifestações ocorridas em 2013 no Brasil, considerando a forma de mobilização, reivindicação e negociação com o Estado. Ponderando também o posicionamento do governo federal e dos governos estaduais e municipais diante dessas manifestações. A famosa foto de Fernando Haddad, prefeito de São Paulo (SP) pelo PT e de Geraldo Alckmin, governador do

estado de SP pelo PSDB, foi um retrato da tentativa de unidade de um regime político numa profunda crise.

Para estudar os movimentos sociais entendemos que é relevante compreender a relação destes com o Estado, para isso utilizamos uma conceptualização realizada por Karl Marx, que percebe o Estado como o principal alvo da luta política, e que nasce da divisão irreconciliável em classes da sociedade e da luta de classes, tendo como função de manter a dominação burguesa reproduzindo de forma ampliada a sociedade capitalista, garantindo a acumulação rentável de capital. No Manifesto do Partido Comunista junto com Friedrich Engels, escrito em 1848, ressalta seu caráter de classe “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1999, p. 42)

Acerca do conceito de Movimentos Sociais, além de levantamento bibliográfico sobre o tema, ressaltamos a definição realizada através do estudo feito por Andréa Galvão, professora de Ciência Política da Unicamp, sobre o conceito de Movimentos Sociais, a partir de um balanço e análise crítica de uma vasta literatura sobre o tema elaborada por diferentes teóricos. Valemo-nos de algumas questões teóricas apontadas pela autora que julgamos importante para nosso trabalho, a exemplo de conclusões extraídas por Galvão de análises feitas por teóricos como Manuel Castells e Jean Lojkin onde ressaltam:

[...] o movimento social como expressão da luta de classes; não estabelecem uma cisão entre mobilização e poder político, entre movimento social e organização política; e apontam para as diferentes dimensões políticas do movimento social: lutar pela transformação do sistema sócio-econômico não equivale a dizer que o movimento seja revolucionário. (GALVÃO: 2008 p. 10)

Utilizamos contribuições realizadas por Marx também sobre sujeitos sociais e conjuntura política analisados por ele a partir do materialismo histórico e dialético e expostos ao longo de algumas de suas obras, como por exemplo: *As lutas de classe na França, O 18 Brumário de Luís Bonaparte e a Guerra Civil na França*. Também utilizamos contribuições de alguns de seus contemporâneos, como Friedrich Engels onde focamos o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, e posteriormente com Vladimir I. Lenin com o livro *Estado e a Revolução*, dentre outros teóricos marxistas. Compreendemos ainda, a necessidade de ponderar as lutas sociais recentes, sob a análise das classes sociais e suas frações nas manifestações e o teor da

pauta levantada sobre suas reivindicações. Comungamos do estudo acerca dos movimentos sociais realizado por Andréia Galvão, sobre a importância do marxismo para analisar os Movimentos Sociais, e seguiremos com alguns dos elementos de sua linha de raciocínio para desenvolvimento desse trabalho.

Do ponto de vista teórico-metodológico entendemos que o Brasil é um país semi-colonial, com a particularidade de ter um histórico social que foi marcado pela escravidão, latifúndio, patrimonialismo. Por semi-colonial, nos referimos de forma simplista a uma caracterização realizada pela III Internacional, a Internacional Comunista no seu período revolucionário até 1925 que entende aos países semi-coloniais como: independentes politicamente, mas sem soberania real.

É nossa intenção compreender as manifestações analisando as classes e frações de classes presentes nesses protestos. Procurando ser fiel à pesquisa e ao nosso objeto, pois segundo José Paulo Netto para Marx “o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações” (NETTO 2011: 45).

Acerca do nosso objeto de estudo que são as Manifestações ocorridas em Junho de 2013 no Brasil, compreendemos ser relevante também ressaltar aqui o Movimento Passe Livre como movimento que teve iniciativa nas mobilizações.

Para dar suporte à nossa pesquisa tomaremos como base orientadora o materialismo histórico e dialético, sendo utilizadas algumas das obras de Marx como as mencionadas anteriormente, a fim de captar os reais motivos e objetivos dos movimentos aqui abordados. De acordo com Netto “[...] pode-se circunscrever como o *problema central* da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (NETTO, 2011:17). Entendemos que para o que propomos estudar nessa dissertação, que é a partir de uma visão da totalidade, a teoria marxista nos orienta para compreender de fato o nosso objeto, como ressalva George Luckacs: “É o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKACS, 1974, p.14 apud NETTO, 2011, p. 14)

Compreendemos que os protestos acontecidos no país, estão inseridos na sociedade, na formação econômica social brasileira, no marco da hegemonia neoliberal. Também que as formas de mobilização social estão contidas em uma totalidade. Segundo Netto “Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta* [...]”

inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO 2011: 56).

A característica dessa dissertação é que frente a explicações politicistas, as quais que pretendem explicar as jornadas de junho 2013 só a partir de categorias políticas, ou sociologistas, que pretendem explicar as jornadas só a partir de categorias sociológicas, nem economistas, no sentido de tentativas explicação das jornadas só a partir de categorias econômicas, nossa abordagem tem como ponto de partida uma visão de totalidade.

A pesquisa realizada foi feita de forma qualitativa, através da utilização de técnicas como análise bibliográfica, além de análise dos dados obtidos acerca dos protestos, em pesquisa exploratória através de informações adquiridas em materiais dos movimentos na plataforma digital (blogs e sites, páginas nas redes sociais, fóruns, vídeos, entre outros).

Dentre os materiais analisados também estão entrevistas espontâneas veiculadas na mídia, e realizadas por alguns canais de TV durante a realização dos protestos, como o programa Roda Viva na TV Cultura, que recebeu alguns dos representantes do MPL e das manifestações.

Nessa dissertação trabalhamos com duas hipóteses, a primeira é que com as Jornadas de Junho de 2013 o PT perdeu o monopólio das ruas, adquirido ao longo de sua trajetória de lutas, o que não condiz mais com a realidade e muito menos com seu programa e prática política. Isto aparece como uma consequência, tanto por ser “situação” governamental, o que faz esfriar a luta político-partidária originária do Partido dos Trabalhadores (PT), levando seus militantes de certa forma a ser auxílio para a burocratização e institucionalização partidária perdendo toda a radicalidade originária em nome da governabilidade.

Também levantamos uma segunda hipótese sobre a instabilidade política acentuada pós manifestações de Junho 2013, se bem o sistema político conseguiu se recompor depois das Jornadas, essa recomposição não é estável pela própria articulação particular das crises econômicas e crises políticas como observamos ainda em 2015. Uma crise que tem elementos estruturais, mas que se expressa também como crise no plano da representação política como os pedidos de Impeachment à presidente Dilma Rousseff ou as graves denúncias sobre o presidente da câmara dos deputados Eduardo Cunha. Estas entre outras são evidências dessa crise.

No ano de 2015 a oposição de “direita” passou a se mobilizar através de painéis, e convocando às ruas “manifestações pacíficas”, onde pediam o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Os atos aconteceram em quase todas as capitais do país em dois momentos, em março e agosto, em ambos as pessoas foram trajadas com o verde e amarelo, além de pintarem o rosto para lembrar o ato do impeachment de Fernando Collor em 1992, deixando aparentar as reais características da direita com um aparente nacionalismo exacerbado e um moralismo reacionário.

Por outro lado, assistimos uma nova onda de mobilizações em janeiro 2016 contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, o que continua causando preocupação aos governos. Mesmo numa dimensão diferente, estudantes voltaram a ir às ruas reivindicando que mais uma vez a passagem não aumentasse, os protestos aconteceram em São Paulo diante do reajuste de R\$ 3,50 para R\$ 3,80. Podemos destacar essas ações, depois das importantes ocupações de escolas pelos secundaristas no final do ano de 2015, com epicentro nos estados de São Paulo (SP) e Goiás (GO). Estas lutas, por exemplo, em SP triunfaram e em GO continuam, e superaram a direção histórica da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), dirigida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O presente trabalho será dividido em uma introdução, três capítulos, e uma conclusão, a fim de facilitar a explanação da pesquisa.

Depois desta introdução, o Primeiro Capítulo com título *Elementos teóricos para o estudo dos Movimentos Sociais* trata da exposição da base conceitual acerca de Movimentos Sociais que utilizamos, e também a questão da centralidade conceitual do Estado e sua relação com estes. Também abordamos a questão dos novos atores nesses movimentos, ressaltando trabalho de Eder Sader em sua obra *Quando novos personagens entraram em cena*, que analisa a constituição de novos sujeitos sociais em São Paulo no período de 1970-1980, apresentando pesquisa empírica acerca desses movimentos que têm particularidades que interessam na nossa pesquisa. Para Sader no exercício da ação, os movimentos sociais produzem um sujeito novo e coletivo. E o trabalho realizado por Ana Elisa Cruz Corrêa *Classe média e reformismo altermundialista*, onde a autora ressalta a importância da participação da classe média nesses movimentos sociais contemporâneos. Não desconhecemos o debate sobre os movimentos sociais realizado nos anos de 1990, contrapondo as perspectivas, entre Eder Sader com a presente obra supracitada e Ana Maria Doimo com o livro *A vez e a voz do popular: Movimentos Sociais e participação política no Brasil pós-70*, obra publicada

em 1995 e que foi premiada pela ANPOCS. Mas nessa dissertação utilizamos a obra de Sader.

No segundo capítulo intitulado *As Manifestações de Junho 2013 e o Movimento Passe Livre*, apresentamos o histórico do Movimento Passe Livre (MPL) desde seu surgimento e sua atuação no país. Também expomos como aconteceram as Jornadas de junho de 2013 no Brasil através de elaboração de uma cronologia de ações, a partir da literatura sobre o tema. Da mesma forma mostramos as características dos protestos, ora em relação com outros movimentos, ora ressaltando suas particularidades. Também faremos breve exposição do contexto social e político do país, no período em que aconteceram as manifestações.

O terceiro capítulo com título *Breve análise bibliográfica sobre as manifestações de Junho 2013 e sobre o MPL*, traz a análise bibliográfica acerca das Jornadas de Junho, onde abordamos algumas obras feitas exclusivamente sobre as manifestações, tendo como a principal o livro *Cidades Rebeldes* publicado no ano 2013. Também faremos nesse terceiro capítulo, a exposição dos resultados obtidos com as análises realizadas com as ponderações sobre os dados levantados com a pesquisa acerca dos movimentos aqui abordados.

Finalizaremos com as considerações finais a título de conclusão e com as referências bibliográficas.

CAPÍTULO I

Elementos teóricos para o estudo dos Movimentos Sociais

1. Contribuições conceituais sobre Movimentos Sociais

Historicamente os movimentos sociais têm sido conceituados a partir da ação dos trabalhadores e de sua vinculação partidária ou sindical, isso até o início do século XX. A partir da década de 60 os conceitos adotaram outra linha teórica, diante do surgimento dos chamados Novos Movimentos Sociais originados primeiramente na Europa. Vários autores que passaram a teorizar esses movimentos sociais serviram-se principalmente como foco a crítica ao marxismo que tem como ponto crucial a centralidade da classe operária como sujeito político e da luta de classes. Mas, mesmo com o desenvolvimento do conceito nos últimos anos ainda não há consenso entre os pesquisadores sobre o seu significado.

Diante dessa reconfiguração alguns teóricos reformulam o conceito de movimentos sociais, como o sociólogo francês Alain Touraine, que defende uma grande diversidade e complexidade desses novos movimentos, e coloca o sujeito no centro de sua análise.

Sem esta passagem para o movimento social, o sujeito corre o risco de dissolver-se na individualidade; sem este recurso a um princípio não social de ação na vida social, a idéia de movimento social cai na tentação alienante de se conformar com o sentido da história. Não existe sujeito sem engajamento social; não existe movimento social sem apelo direto à liberdade e à responsabilidade do sujeito. (TOURAINÉ, 1998:302 *apud* PICOLOTTO, 2007, p. 162)

Alberto Melucci, também estudioso do tema questiona o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e emprega preferencialmente o de ações coletivas. Em sua obra *A invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas* Melucci ressalta,

A nossa dificuldade está, portanto, não ter que colocar no interior de categorias, hoje obsoletas, fenômenos que não podem ser

interpretados por meio delas. Não nos encontramos diante da dissolução dos atores coletivos ou do desaparecimento dos conflitos, mas de uma mudança profunda da sua forma. (MELUCCI 2001: 10).

Outro teórico que aparece nessa mesma linha é o sociólogo espanhol Manuel Castells que entende por Movimentos sociais ações coletivas com um determinado propósito tendo sucesso ou fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. “Não existem movimentos sociais bons ou maus, progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação.” (CASTELLS: 2000). No entanto, entendemos que existem sim movimentos sociais de direita ou de esquerda, cada um com seus objetivos de luta.

Também podemos perceber contribuições de Eric Hobsbawn e Edward Palmer Thompson, que analisaram a questão dos movimentos sociais em seus estudos, no campo da historiografia marxista. Observação importante feita por Eric Hobsbawn em sua obra *Rebeldes Primitivos*, onde faz menção às manifestações ocorridas, entre os séculos XIX e XX, às margens da organização política e que foram sendo deixadas de lado por não entrarem no padrão de movimento que vinha sendo estudado pelos intelectuais até então. Hobsbawn fala de banditismo social como exemplo de movimentos “arcaicos rurais” pré-políticos e ressalta as *turbas* como movimentos “arcaicos urbanos”. (HOBSBAWN: 1978)

Em sua obra *A economia moral da multidão inglesa do século XVIII*, Edward P. Thompson faz um levantamento histórico de casos de ação popular a exemplo dos motins da fome na Inglaterra do século XVIII. Levantes que ocorriam claramente provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Aqui as ações eram organizadas (conscientes) e não descoordenadas. Em Thompson as ameaças eram representativas e não apenas uma ação revoltosa, era anunciante de uma eminente rebelião. Nessa época criou-se a ideia de que o livre mercado resolveria tudo, inclusive os valores das mercadorias e até os salários. Mesmo sem organização política são movimentos conscientes e legítimos (THOMPSON: 1998).

Vários teóricos comungam da ideia de que os “novos” movimentos sociais não representam mais um caráter classista, mas sim vários outros pontos de conflitos. Desse modo os conceitos que vão surgindo negam a dimensão de classe e a centralidade da luta de classes. Para Maria da Glória Gohn, movimentos sociais:

[...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN: 1995, p. 44).

Segundo Ernesto Laclau os movimentos sociais têm sido caracterizados por uma crescente politização da vida social, mas também é precisamente esse ponto que fez ruir a visão do político como um espaço fechado e homogêneo.

Nas últimas décadas, em contraste, a multiplicação dos pontos de ruptura que têm acompanhado a crescente burocratização da vida social e a “comodificação” das sociedades industriais avançadas têm acarretado uma proliferação de antagonismos; mas cada um deles tende a criar seu próprio espaço e a politizar uma área específica de relações sociais. Lutas feministas, ecológicas, contra as instituições e as lutas dos grupos marginais não assumem geralmente a forma de antagonismos cuja politização devesse conduzir à representação de cada um desses “interesses” numa esfera política diferente e pré-constituída. (LACLAU, 1983)³

Em seu trabalho *O marxismo importa na análise dos movimentos sociais?* Andréa Galvão faz um estudo acerca dos movimentos sociais e alguns de seus teóricos, e um dos autores que mais se dedicaram ao tema Alain Touraine está nesse balanço realizado pela autora. Em seus estudos Touraine chega a sugerir uma separação entre “novos” e “velhos” movimentos sociais, que para o autor devem ser alocados de acordo com suas características e identidades e principalmente o conflito sugerido por esses movimentos diante da sociedade. Ressaltando assim que a luta de classes não representa mais uma “categoria analítica relevante”. Galvão conclui que Touraine “negligencia as continuidades e supervaloriza as mudanças” (GALVÃO, 2008: 4).

A autora também cita Melucci, estudioso que acredita que os novos conflitos sociais não se restringem a uma única classe, por isso afirma que o marxismo não

³ Esse texto foi apresentado no *workshop* promovido pelo CEDLA (Centro de Documentação Latino-Americano) de Amsterdã, Holanda, em outubro de 1983, sob o título "Novos Movimentos-Sociais e Estado na América Latina". Publicado originalmente na revista do CEDLA, *Latin American Studies*, nº 29, organizado por David Slater. Traduzido do inglês pela Tradutec, São Paulo. As considerações teóricas apresentadas no texto encontram-se desenvolvidas em: Laclau & Mouffe. *Hegemony and Socialist Strategy* (1985). Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm (Acesso em 15/01/2016).

possui “instrumental analítico” para entender esses movimentos. Também cita Clauss Offe, autor que reconhece a predominância da classe média nos novos movimentos sociais, mas acredita que esta não é movida por uma consciência de classe, por agir em nome de questões universais e não de seus interesses exclusivos.

Além de outros autores citados por Galvão que comungam da idéia de classe nos movimentos atuais, e outros que discordam dessa unidade, aparece então o Brasílio Sallum Jr, professor de sociologia na Universidade de São Paulo (USP), quem segundo a autora critica Melucci, Offe e Inglehart por não explicarem o motivo da predominância da classe média nos novos movimentos sociais. Segundo Galvão (2008), para Sallum Jr estes autores “subestimam a relevância da cultura não apenas na *articulação* entre classe e ação coletiva, mas na *conformação* mesma dos dois termos [...] as classes e seus interesses são considerados como *dedutíveis* de suas posições sócio-econômicas” (SALLUM JR., 2005, p.23-4).

Andréa Galvão cita teóricos que nos anos 70 fizeram estudos acerca dos movimentos sociais, e que auxiliam para uma abordagem marxista do tema, Manuel Castells com *A Questão Urbana e Lutas urbanas e do poder político*, e Jean Lojkin com *O marxismo, O Estado e a questão urbana*. Onde o primeiro trabalho do Castells trata da questão urbana e o de Lojkin também, mas frisando acerca da ação do Estado, Galvão ressalta:

Apesar desses trabalhos apresentarem temas distintos no que se refere ao papel do Estado e à compreensão do urbano, e de não terem como objetivo a análise dos movimentos sociais, é possível extrair alguns elementos pertinentes para a questão que nos importa: os autores consideram o movimento social como expressão da luta de classes; não estabelecem uma cisão entre mobilização e poder político, entre movimento social e organização política; e apontam para as diferentes dimensões políticas do movimento social: lutar pela transformação do sistema sócio-econômico não equivale a dizer que o movimento seja revolucionário.” (GALVÃO: 2008 p. 10)

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, também citados por Galvão, produziram acerca do tema em meados de 1980, criticando “tanto a teoria dos novos movimentos sociais quanto uma certa abordagem marxista, na medida em que recusavam a idéia de um agente histórico privilegiado, seja ele um grupo ou uma classe social” (Galvão, 2008, p.11). Acreditavam que as “novas contradições sociais” surgidas com o avanço do capitalismo, não podiam se restringir ao “conceito de interesses de classe”, alegando que essas novas contradições não estão centradas nas relações de produção.

Galvão afirma em seu estudo a partir do levantamento das contribuições teóricas que “a perspectiva marxista faz diferença (ou importa) na análise dos movimentos sociais ao buscar a relação entre ideologia e classe, entre política e economia.” (GALVÃO, 2008, p. 15). Auxiliando assim na compreensão do posicionamento de classe observando as condições materiais, ideologia dominante e a relação com outras classes.

Nesse sentido, os movimentos sociais podem apresentar as mais variadas características, mas direta ou indiretamente, focam um só ‘inimigo’ o neoliberalismo, que afeta não só a classe operária, como a média também. A experiência de alguns países como Argentina, Chile, Bolívia mostram como esses movimentos recentemente são voltados contra o neoliberalismo. É real o contexto de crise da democracia representativa, daí os movimentos que originam novas formas de representação política e de participação social. Segundo o peruano Anibal Quijano, “As três décadas de neoliberalismo na América Latina criaram as condições, as necessidades e os sujeitos sociais de um horizonte de conflitos sociais e políticos” (Quijano, 2004, p. 82 *apud* Galvão, 2008).

O estudo em questão realizado por Andréa Galvão nos auxilia em relação ao nosso objeto, para ponderar acerca do levantamento realizado pela autora sobre alguns teóricos e seus pontos de vista sobre os movimentos sociais, concordamos com Galvão que é necessário ponderar as continuidades das lutas acerca dos movimentos sociais sem negar as mudanças acontecidas no meio delas, diferente de autores como Touraine que defende o oposto.

Assim como comungamos da justificativa da autora da importância do marxismo para o estudo de movimentos sociais, negada por autores como Melucci. Compreendemos que o marxismo é de grande importância para auxiliar a desenvolver o que propomos nessa dissertação, que é captar a essência dessas manifestações sociais acontecidas no Brasil em Junho de 2013. Entendendo que esses protestos aconteceram e estão inseridos em uma realidade onde existe um sistema político econômico dominante que é o capitalismo, e que seus sujeitos pertencem a classes específicas.

2. O papel do Estado em Marx

Para nós não é possível pensar os movimentos sociais sem pensar o Estado, por isso é importante entender a relação Estado e Movimentos Sociais, e para isso realizamos uma breve exposição sobre a conceptualização de Estado em Marx. Como Marx não tem só uma obra sobre o Estado tomaremos algumas em que utiliza o conceito. Não entramos aqui na polémica liberalismo VS marxismo, instigada por Norberto Bobbio sobre se existe ou não uma teoria marxista do Estado. Marx avança sua visão de Estado separando-a de sociedade civil, superando assim alguma ligação ainda existente com o pensamento de Hegel.

Para Karl Marx o Estado origina-se da divisão irreconciliável em classes da sociedade, e tem a função de manter e assegurar a dominação e a exploração no sistema capitalista, garantindo poder à classe dominante construindo as possibilidades de reprodução da sociedade burguesa, legalizando a propriedade privada e a compra e venda de força de trabalho. Mas Marx também entende esse Estado como uma instituição complexa, no entanto não como um poder neutro, considerando-o como uma instituição classista, um mecanismo de opressão e de repressão do proletariado a fim de garantir a acumulação e reprodução do capital.

Com base na concepção materialista histórica Marx faz um estudo de momentos históricos a fim de compreender, por exemplo, como se dá a ação do Estado em determinadas épocas. Mas é também dessa forma que pode-se compreender características gerais, tendo em consideração a história, que independente do tempo, do país, e do regime em cada formação econômico-social, o Estado será sempre um aparelho de dominação classista. É importante pontuar que Marx, Engels e Lenin, assim como vários continuadores da teoria Marxista, comungam da mesma ideia de que o Estado é sempre uma instituição classista, isso diferencia de outras abordagens teóricas nas Ciências Sociais como, por exemplo, a de Max Weber.

Em análise de suas obras podemos perceber que para Marx o Estado é o principal alvo da luta política. O cerne da concepção do Estado em Marx está representada e foi bem resumida no Manifesto do Partido Comunista, escrito com Friedrich Engels em 1848, no trecho do já mencionado na Introdução desse trabalho: “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX;ENGELS, 1999, p. 42). Existe uma relação entre

Estado e classes sociais, e no capitalismo o Estado governa para a burguesia, já que em termos teóricos existe para defender os interesses comuns da burguesia, diferenciando isto dos interesses de cada burguês particular.

Friedrich Engels, companheiro de Marx em vários estudos, faz também uma análise histórica acerca do Estado, em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels ressalta:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da Ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da Razão” como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos inconciliáveis que não consegue conjurar. Mas, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1984, P. 191)

Na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, pode-se perceber uma maior atenção à questão do Estado. Marx utiliza o caso da queda do Estado Absolutista com a Revolução Francesa em 1789, onde surge o mais claro exemplo do Estado Moderno. O novo Estado então comandado por Luis Bonaparte, depois das derrotas da classe operária em 1848, é um estado burguês, que contava com forte burocracia civil e militar. As frações de classe dominante se confrontam pelo poder, devido a ruptura da antiga estrutura, e as classes populares se inserem no processo o que resulta no fortalecimento do Estado. Marx enfatiza:

Esse Poder Executivo, com sua enorme organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, esse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. (MARX, 1997, p. 125)

Depois da derrota das Revoluções de 1848 que ficaram conhecidas como “Primavera dos Povos”, onde posteriormente aconteceu o golpe de Estado de

Bonaparte, Marx conceitua Bonapartismo, como uma forma excepcional de dominação burguesa. O crescimento da burocracia do Estado traz uma ideia de autonomia, no entanto, em sua obra Marx mostra que na verdade o Estado possui uma certa lógica de atuação visando a dinamização das forças produtivas e uma reprodução ampliada das relações de produção capitalistas. Independente do discurso liberal dominante nos teóricos burgueses o Estado burguês na forma do regime Bonapartista, produz uma poderosa burocracia. Com isso a autonomia criada aparentemente por essa burocracia, causa um ocultamento dos reais interesses desse Estado. Aqui os camponeses foram a parcela que colocou no poder o representante dos interesses gerais da burguesia, a manutenção da propriedade privada burguesa e a legalidade da compra e venda da força de trabalho.

Marx deixa claro que nesse contexto o governo Bonapartista não representa os camponeses revolucionários, do ponto de vista de sua base social, mas sim a parcela conservadora destes. São algumas das observações feitas numa leitura da obra de Marx que tenta mostrar as “artimanhas” do Estado burguês para controlar e manter o poder nas mãos da classe dominante. O livro *O 18 Brumário de Luis Bonaparte* nos importa em termos conceituais acerca de classes, frações de classes, os interesses destes e sua representação política, centralmente a sexta parte onde articula crise política e crise econômica, assim como classes e frações de classes, utilizando além dos conceitos mencionados a crise entre os interesses econômicos e seus representantes políticos.

Em sua obra *A Guerra Civil na França* Marx aborda questões acerca das formas assumidas pelas lutas de classes na França que culminaram com a Comuna de Paris de 1871, sua instalação e derrota. O Estado Bonapartista estava forte e centralizado, tinha gerado um grande sentimento nacionalista, e sua hegemonia cada vez mais acentuada, fazia da dominação burguesa algo efetivo e consolidado.

O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sobre a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil. O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções. (MARX, 1871, p. 80)

Os operários insurgem frente a rendição francesa na guerra franco-prussiana e se organizam para defender Paris, e passam a predominar nos conselhos da Comuna, o poder político é democratizado pela participação operária nos Conselhos, os salários dos funcionários públicos são equiparados aos dos operários, o exército e a polícia são suprimidos, a igreja é separada do Estado e as instituições de ensino são abertas ao povo, dentre outras tomadas que foram para beneficiar a grande maioria. Em sua obra *A Guerra Civil na França* Marx enfatiza quanto a caracterização da Comuna “ela é o povo agindo para si mesmo, por si mesmo” (Marx, 2011, p. 108).

Foi, portanto, uma revolução não contra essa ou aquela forma do poder estatal, seja ela legítima, constitucional, republicana ou imperial. Foi uma revolução contra o Estado mesmo, este aborto sobrenatural da sociedade, uma reassunção, pelo povo e para o povo, de sua própria vida social. Não foi uma revolução feita para transferi-lo de uma fração das classes dominantes a outra, mas para destruir essa horrenda maquinaria da dominação de classe ela mesma. Não foi uma dessas lutas insignificantes entre as frações executiva e parlamentar da dominação de classe, mas uma revolta contra ambas essas formas, integrando uma à outra, e da qual a forma parlamentar era apenas um apêndice defeituoso do Executivo. O Segundo Império foi a forma final dessa usurpação estatal. A comuna foi sua direta negação e, assim, o início da Revolução Social do século XIX (Marx, 2011, p. 127)

A comuna de Paris é tida como a primeira manifestação histórica da Revolução proletária e que agregou de forma positiva ao conceito de Ditadura do proletariado. Marx faz uma exaltação da Comuna como uma forma positiva de República, um exemplo de elementos concretos de transição para uma nova sociedade que deve ser almejada. Vale ressaltar ainda que para Marx uma vez tomado o poder, o Estado seria um *fenômeno transitório* (durante a ditadura do proletariado no socialismo), onde desaparecendo as classes antagônicas e a luta de classes, o Estado estaria destinado então a se extinguir na sociedade comunista, diferenciando isto dos teóricos Anarquistas que concordam com uma sociedade comunista mas defendem a abolição do Estado, o que significa ausência de transição.

Com a Comuna de Paris se inicia a construção do Estado proletário a partir da destruição do aparelho político do Estado capitalista, e conseqüentemente dá-se o início da extinção do Estado burguês. Com a Comuna a maquinaria estatal é abolida, nas suas formas de dominação de uma minoria sob uma maioria explorada. Passa então a ser montada uma maquinaria ainda estatal, mas inédita, onde o poder político não

desaparece, e nem a política, mas ganha novo conteúdo e forma, onde a classe trabalhadora exerce o poder política diretamente. Pela primeira vez na história da humanidade as majorias com sua organização política, esse “estado e não-estado” que tende a desaparecer, oprime transitoriamente as minorias.

Acerca do conceito de Estado em Marx temos também a contribuição de Vladimir I. Lenin na sua obra *Estado e Revolução*, escrito em 1917 poucos meses antes da histórica Revolução de Outubro, onde reforça:

Eis, expressa com toda a clareza, a ideia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (LENIN, 2011, p. 37)

A característica do Capitalismo mesmo contemporâneo e seu atual aparelho de estado expressam a divisão em classes da sociedade, e os governos e os pactos políticos que garantem a dominação burguesa para o qual é preciso manter o poder do Estado, para fortalecer a dominação de uma classe sobre a grande maioria. O Capitalismo que se mantém e avança em todo o mundo inova nas condições das formas de produção e acumulação do capital, criando também novos meios de explorar e manter a dominação da classe burguesa pela classe trabalhadora. A cada dia surgem mecanismos que garantem o funcionamento do poder estatal, intensificando as lutas pelo poder político e conseqüentemente pelo poder econômico e as relações de dominação que surgem perante a burocracia do Estado. No Brasil não é diferente.

No desconhecemos as contribuições sobre o tema do comunista italiano Antonio Gramsci ou do comunista greco-frances Nicos Poulantzas, serão até utilizados de forma parcial em alguns momentos, mas não desenvolveremos aqui nem suas contribuições específicas sobre o Estado nem suas polémicas.

Uma vez conceituado Estado nas considerações marxista, continuamos esse capítulo com o próximo ponto que traz dois estudos realizados sobre a composição de alguns movimentos sociais a fim de ilustrar nossa análise acerca de novos sujeitos na cena dos movimentos, auxiliando na pesquisa acerca da composição das Jornadas de Junho 2013 no Brasil.

3. Quando novos personagens voltam a entrar em cena

Entendemos a importância da participação política nas manifestações ocorridas no Brasil em junho de 2013, tendo em vista que os que foram às ruas nessas ações possuem características diferentes das que estamos acostumados a presenciar em mobilizações e protestos, por exemplo, dos que são direcionados por sindicatos e organizações representativas dos trabalhadores assalariados. Diante das configurações apresentadas com os movimentos sociais contemporâneos, vemos a necessidade de estudar e entender o que expressam seus participantes, ou seja, a que frações de classe pertencem.

Os protestos de Junho de 2013 tiveram grande participação da classe média brasileira. Entendemos como “classe média” a pequena burguesia, que foi descrita por Marx como sendo a classe intermediária entre burguesia e proletariado. Mas, Nicos Poulantzas apresenta-nos conceito de pequena burguesia tradicional (formada por pequeno comércio e pequena produção que tende a diminuir) e nova pequena burguesia. Sendo essa “nova” pequena burguesia composta por trabalhadores assalariados não produtivos, não produzem mais valia; mas exercem trabalho "remunerado sob a forma de salário" (Poulantzas, 1975: 227). Nessa dissertação utilizamos conceito de Poulantzas para classe média, de pequena burguesia e nova pequena burguesia sem ignorar as polêmicas no interior do marxismo como, por exemplo, a que existe entre o autor greco-francês e Eric Olin Wright, mas sem abordá-los.

De acordo com pesquisa realizada pelo IBOPE em 2013, a respeito das pessoas presentes nas jornadas de junho de 2013, 76% trabalhavam, 30% recebiam de 2 até 5 salários mínimos, 43% com ensino superior completo e 49% com ensino médio completo ou superior cursando. Mas entendemos isto como indicadores de pertença de classe ou frações de classes já que a renda não define a classe social, sendo esta uma teoria de estratificação social, e a partir de nossa perspectiva o que definirá será o lugar no conjunto das relações sociais de produção e práticas de classes.

Acerca das classes sociais Poulantzas reforça que se nos referirmos unicamente ao modo de produção teremos duas classes antagônicas, burgueses e operários no modo de produção capitalista.

Mas uma sociedade concreta, uma formação social, comporta mais de duas classes, na medida mesmo em que está composta de vários momentos e formas de produção. Com efeito, não existe formação social que não comporte mais do que duas classes; o que é exato, é

que as duas classes fundamentais de toda formação social são as do modo de produção dominante nessa formação. (POULANTZAS, 1974, p. 10)

O cientista político grego, professor na França, Poulantzas, também ressalta que o marxismo fala de camadas, frações de classes e categorias, no entanto estas parcelas da população contidas nessas divisões continuam pertencendo a uma classe específica.

A aristocracia operária é, com efeito, uma camada específica, mas uma camada da classe operária. A burguesia comercial é uma fração, mas uma fração da classe burguesa. Os “intelectuais” ou a “burocracia” são com efeito [...] *categorias sociais* particulares, mas que tem uma *descrição de classe* burguesa ou pequeno-burguesa. (POULANTZAS, 1974, p. 18)

Para nos auxiliar nessa ponderação sobre esses “novos” personagens abordaremos dois estudos, um feito por Eder Sader sobre o surgimento de novos personagens nos movimentos sociais presentes no cenário brasileiro em meados dos anos 70 e 80, e o outro estudo feito por Ana Elisa Cruz Corrêa sobre o movimento altermundialista e a participação da classe média neste.

Em sua obra *Quando novos personagens entram em cena*, Eder Sader analisa a constituição de novos sujeitos sociais em São Paulo no período 1970-1980, estudando os movimentos que se destacaram naquela época: Clubes de Mães, Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e Movimento de Saúde da Zona Leste. Segundo Sader no exercício da ação, os movimentos sociais produzem um sujeito novo e coletivo.

O que talvez seja um elemento significativo, que diferencia os movimentos sociais da década de 70, é que eles não apenas emergiam fragmentados, mas ainda se reproduziam enquanto formas singulares de expressão. Ou seja, embora tenham inclusive desenvolvido mecanismos de coordenação, articulação, unidade, eles se mantiveram como formas autônomas de expressão de diferentes coletividades, não redutíveis a alguma forma ‘superior’ e “sintetizadora”. (SADER, 1995, p. 198)

O autor descreve o processo de construção das identidades sobre as quais se afirmam nesses movimentos que mais se destacaram nesse período. Mesmo sendo elaboradas no interior de um ambiente influenciado por vários discursos (como o das comunidades eclesiais de base vinculados à Igreja, o do "novo sindicalismo" e o dos

militantes de uma esquerda não estabilizada), essas identidades coletivas não foram reduzidas a nenhum deles.

Os movimentos sociais tiveram de construir suas identidades enquanto sujeitos políticos precisamente porque elas eram ignoradas nos cenários públicos instituídos. Por isso mesmo o tema da autonomia esteve tão presente em seus discursos. E por isso também a diversidade foi afirmada como manifestação de uma identidade singular e não como um sinal de uma carência. (SADER, 1995, p. 199)

Na análise acerca dos Clubes de mães da periferia de SP, Sader identifica o surgimento de uma nova ideia de política, mas

Essa nova ideia não lhes veio já elaborada, e as elaborações até então instituídas não lhes serviam. A palavra ‘política’ vinha carregada de conotações que elas rechaçavam. A nova ideia de política estava sendo criada (e a criação desse novo discurso era também a criação de novos sujeitos coletivos).” (SADER, 1995, p. 221)

Sobre a questão da formação de uma identidade própria e de uma certa rejeição à política que se conhecia, mesmo assim Sader frisa que “Os movimentos sociais não substituem os partidos nem podem cancelar as formas de representação política. Mas estes já não cobrem todo o espaço da política e perdem sua substância na medida em que não dão conta dessa nova realidade. (SADER, 1995, p. 313)

Vale ressaltar aqui que nossa definição de política tem relação com uma tradição que vai desde Nicolau Maquiavel, passando por Marx até Lenin e Gramsci, sendo uma construção de relações de força ao Estado. Ilustramos essa parte do nosso trabalho com a pesquisa realizada por Sader a fim de demonstrar que a cada surgimento de novas formas de luta, dependendo de sua orientação e formação política, os “personagens” dessas lutas interpretam ao seu ver o mundo e a forma de governá-lo. O que aponta que precisamos analisar com cuidado a forma que esses agentes interpretam a sociedade e a forma de lutar por seus direitos.

Ana Elisa Correa, em seu trabalho *Classe média e reformismo altermundialista*, ressalta a atuação dessa classe média nas lutas sociais, que cresce no século XX e tem participação relevante nos movimentos. Para a autora, “[...] a classe média atual seria a herdeira moderna da pequena-burguesia analisada por Marx (1980)”. Mantendo uma característica fundamental que é a de ser classe intermediária entre burguesia e

proletariado, e passa a configurar como uma classe de trabalhadores assalariados e não mais de pequenos-proprietários. No entanto, essa classe possui diferentes frações dentro dela, e tem caráter fragmentado, sendo assim Corrêa explica que para análise da participação dessa classe no movimento altermundialista é importante frisar que estes não foram representantes da classe média como um todo.

O capitalismo neoliberal atingiu as classes médias de modo diferente, sendo assim para Corrêa “Essas frações da classe média mais precarizadas, que sofrem com a implantação do modelo capitalista neoliberal, seriam aqueles presentes no movimento altermundialista (CORRÊA, 2009, p. 162)”. Vale ressaltar que nas últimas décadas houve uma redução dos empregos de classe média no Brasil como os situados na indústria (gerentes e empregados de escritório) devido à terceirização e à desverticalização, trazidos com as reformas econômicas neoliberais.

As reivindicações do movimento altermundialista possuem um caráter progressista, mas visam apenas a reforma do sistema capitalista. Sendo assim, Corrêa frisa ser essa uma característica peculiar de um movimento de classe média. O movimento altermundialista luta contra a “roupagem neoliberal do capitalismo” e não contra o sistema capitalista em si, podemos comparar com os *Black Blocks*, que lutam contra os símbolos do capitalismo e não contra o sistema em si. Essa influência direta da classe em maioria dentro de um movimento pode mudar o rumo das reivindicações nas lutas, pois serão voltados para benefício da classe em questão no caso, a classe média.

O caráter intermediário e oscilante dessa classe lhe confere uma importância *sui generis*, pois pode tanto ser fundamental no processo revolucionário ao apoiar, mesmo que com ressalvas e limitações, o projeto da classe operária, quando pode levar a frente projetos conservadores como o reformismo ou o fascismo, colaborando assim para a quase total desorganização do movimento operário. (CORRÊA, 2009, p. 159)

O estudo realizado por Correa nos contempla para compreender a questão da participação das frações de classes presentes nas manifestações de junho 2013, uma análise que será exposta no último capítulo deste trabalho.

Eder Sader no seu estudo feito acerca dos personagens dos movimentos e lutas abordadas pelo autor também nos auxilia nessa compreensão, a fim de incorporar em

nossa análise acerca das manifestações entendendo que precisamos observar as ações ocorridas e seus agentes.

Este trabalho também tem uma virtude de apresentar a importância em analisar as classes e frações de classes presentes nos movimentos contemporâneos, a fim de captar sua real essência para compreender seus verdadeiros motivos ao irem para as ruas protestar por melhorias nas suas condições de vida.

4. Algumas breves considerações sobre movimentos sociais na formação econômica social brasileira

Entender o contexto histórico e político do Brasil é de grande importância para compreender as atuações dos movimentos ocorridos recentemente em todo o país e que tinham particularidades e formas de atuação bem distintas. Levando em conta nosso processo histórico que foi marcado pela escravidão, latifúndio, patrimonialismo, da descoberta até os dias atuais o país vem sendo submetido ao julgo da dominação estrangeira.

O Brasil possui um histórico de colonização semelhante em vários países latino-americanos, e tem uma particularidade que foi a colonização portuguesa, tendo também como características um passado colonial, escravocrata e/ou de servidão indígena. Nesse contexto latino-americano, onde identificamos particularidades no Brasil desde seu “descobrimento”, Löwy ressalta o trabalho pioneiro de Caio Prado Jr., História econômica do Brasil onde o autor propõe a seguinte análise:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. [...]. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, construir-se-á a colônia brasileira. (PRADO JR., 1945)

Diante de um histórico permeado por interesses comerciais, desde sua colonização, é que surgem cenários de conflitos diante dos sistemas impostos a fim de explorar as riquezas e o povo do país.

Em sua obra *Movimentos Sociais no início do século XXI*, Maria da Glória Gohn faz uma exposição de alguns movimentos sociais:

Na América latina, especialmente no Brasil os atuais movimentos que ocorreram na fase do regime político populista (1945-1964). São diferentes também dos movimentos ocorridos do final da década de 1970 e parte dos anos 1980 (movimentos populares reivindicatórios de melhorias urbanas articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar etc.) embora muitos dos atuais movimentos sejam herdeiros daqueles dos anos 1980. (GOHN, 2010, p. 17)

Nas décadas de 1970 e 1980 tivemos representações de lutas sociais acerca do período de redemocratização que se instalava, e também surgiram novas formas de movimentos sociais além dos populares e trabalhistas, aparecem os movimentos feministas, étnicos, ambientais, ente outros.

Décio Saes, em sua obra *Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas*, Saes apresenta as mudanças ocorridas no bloco no poder a partir da redemocratização dos anos 80:

Ora, já na segunda metade da década de 1980 – isto é, durante a ‘Nova República’ – vai se definindo progressivamente a tendência ao estabelecimento de um novo arranjo interno no sistema hegemônico de interesses monopolistas. Esse novo arranjo interno apresenta duas características fundamentais: a) agora é o capital financeiro internacional – e não mais o capital puramente bancário, até então de origem em grande parte nacional – quem dirige o sistema de interesses monopolistas; b) o ‘tripé’ fundamental da economia capitalista brasileira pós-64 se desfaz: os interesses ligados à preservação da empresa estatal e da empresa monopolista privada nacional passam a ser cada vez menos levados em conta no terreno do processo decisório estatal. (SAES, 2001: 144).

Já na década de 90 com o neoliberalismo, o país passa por transformações econômicas com os efeitos da globalização, adotou-se a reestruturação produtiva e seu modelo de trabalho flexível, o que acarretou no desemprego e no crescimento do setor informal.

A transferência das responsabilidades do Estado, como tom de participação, para a sociedade civil, através de mudança de foco como a reformulação do conceito de cidadania. Onde por volta de 1970 e 1980 significava ‘ter e gozar de direitos e deveres’, a redefinição neoliberal de cidadania implica em realizar trabalhos voluntários, ganha um tom individualista.

Evelina Dagnino, professora e doutora em ciência política, ressalta essa questão como uma despolitização não só de termos, mas na prática, surge uma maior abertura para parcerias entre sociedade civil e Estado. Surge o cenário perfeito para o

protagonismo das ONG's, que ganharam destaque e eram tidas como instituições representantes intermediárias confiáveis para o Estado.

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do país, mas ela é cheia de ciclos, com fluxos ascendentes e refluxos (alguns estratégicos, de resistência ou rearticulação em face à nova conjuntura e às novas forças sociopolíticas em ação). [...] A partir de 1990, os movimentos sociais deram origem a outras formas de organizações populares, mais institucionalizadas, como os fóruns nacionais de luta pela moradia popular. O Orçamento Participativo-OP, e vários outros programas criados no interior das políticas públicas, surgiram como fruto daquela trajetória (GOHN, 2010: 41-42)

Gabriel Vitullo, professor de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no livro *A ideologia do 'Terceiro setor'* publicado no ano de 2012, ressalta a questão da “domesticação das organizações populares” que na década de 80 eram movimentos sociais combativos que passaram a ser “comportadas organizações não governamentais”, saindo da cena de ativismo e de ocupação das ruas para atuar em gabinetes, Vitullo ressalta que passamos por “[...] um forte processo de apassivamento, via conversão mercantil-filantrópica em ONGs” (VITULLO, 2012, p. 200). O autor também cita trabalho realizado por Virgínia Fontes, que em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo* aborda esse processo de ‘onguização’ que vem redirecionando as expressões de lutas sociais desmobilizando-as, causando uma despolitização de seus participantes e principalmente transformando-as em entidades apáticas, mas acobertadas pelo lema da cidadania e em prol do “fazer sua parte”.

O cenário mundial onde se desenvolve o terceiro setor é terreno fértil para as ONGs; assim como na maioria dos países, o Brasil possui em grande número de ONGs, de acordo com os dados do IBGE (2008) a quantidade mais que dobrou entre 1996 e 2005. Segundo estes dados, elas eram 107.332, em 1996, e no estudo publicado em 2008 (referente ao período até 2005) o IBGE registrou a existência de 338 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no país; o que representa um crescimento de 215,1%.

Essa onda da “onguização” colabora para o enfraquecimento das entidades de base, podemos perceber também uma desmobilização dos movimentos sociais, e uma certa aversão às atividades políticas. São elementos a ter em consideração para entender o surgimento das Jornadas de Junho 2013, que levou muitos manifestantes às ruas, independentemente de seus representantes e organizações, como alguns sindicatos que

foram “passivizadas” e passaram a defender incondicionalmente as políticas do PT no governo no interior da classe trabalhadora brasileira.

Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira professores da UniRio, ressaltam essa questão no texto “Territórios Transversais” publicado na obra *Cidades Rebeldes*,

[...] o Brasil que resultou da inviabilização do projeto da esquerda basista pela crise do nacional-desenvolvimentismo é o Brasil da desarticulação das organizações de base através da burocratização dos partidos que haviam ressurgido depois da ditadura, e da conseqüente transformação da população favelada em objeto de gestão social da pobreza através das ONGs, da repressão armada e do consumo endividado. Obedecendo à lógica ancestral de “desenvolvimento” e refletindo o alijamento político dos pobres do processo[...] (BRITO E ROCHA, 2013, p. 120)

O Brasil passou mais de 20 anos sob uma ditadura militar (1964-1985) onde muitos que lutaram contra o regime foram torturados e mortos, e outros continuam desaparecidos até hoje; surge posteriormente um período de redemocratização do país onde a disputa eleitoral entre os partidos políticos começa a se intensificar na luta pelo governo.

O país passa por grandes mudanças sociais, a eleição de Tancredo Neves e sua prematura morte, a presidência de Sarney, ex-integrante da Arena, o partido da ditadura que é eleito vice-presidente pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), crises econômicas e inflação, triunfo eleitoral de Fernando Collor de Melo e suas primeiras medidas neoliberais, sua queda pelo *Impeachment* e o movimento nas ruas, o intermédio de Itamar Franco, todas essas alterações expressam as correlações de força nos diversos setores da sociedade até quando é instalado abertamente o neoliberalismo pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e sua Reforma do Estado.

Perry Anderson faz um balanço acerca do surgimento e da expansão do neoliberalismo no mundo, que em sua ideologia minoritária de crítica ao Estado de Bem-estar social (*Welfare-State*) e a sua política, se consolidou a partir da crise geral do capitalismo no pós-guerra, conhecida mundialmente como a crise do ‘petróleo’ iniciada no ano 1973 quando o sistema passava por intensa recessão com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, para se fazer hegemônico.

Anderson ressalta que, para os neoliberais,

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p.10)

Quanto ao caso da América Latina, Anderson coloca que para a implantação do neoliberalismo e sua política, se destacam dois cenários facilitadores. Um foi a existência de regimes autoritários onde se tinha uma indução coercitiva facilitando a aceitação das reformas neoliberais, mas também em países democráticos sob a égide da hiperinflação, a exemplo da Bolívia. Com a chegada da hiperinflação ao Brasil a política neoliberal se instala. Mas Anderson afirma que:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (ANDERSON: 1995, p. 23).

Emir Sader também ressalta que “o neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para sua superação”. Sendo estas formas que “articulem a crise fiscal do Estado com um projeto de socialização do poder, que desarticule ao mesmo tempo as bases de legitimação do neoliberalismo”, entre elas, “a passividade, a despolarização, a desagregação social (SADER, 1995, p. 37). Para defender o governo do PT, que aplicou políticas neoliberais em termos macroeconômicos, Emir Sader não tem problema em responsabilizar a esquerda pelo triunfo do neoliberalismo. A “esquerda” que ele defende está no governo desde faz mais de 12 anos e não só não desarticulou as bases de legitimação do neoliberalismo, senão que fortaleceu as políticas macroeconômicas neoliberais e aumento sistematicamente a quantidade de recursos para o pagamento dos juros e amortizações da dívida.

No Brasil, com a chegada do PT ao governo e a promessa e esperança de grandes mudanças trazidas com eles foram perdidas, diante desse cenário já firmado, e ao invés de romper andam de mãos dadas com o neoliberalismo.

Encerramos esse primeiro capítulo com elementos que nos auxiliam no estudo acerca desde o conceito de movimentos sociais, a relação destes com o Estado, além da importante observação acerca dos sujeitos que o compõem, suas classes e frações de classes. Para dar continuidade ao trabalho, passaremos ao segundo capítulo dessa dissertação onde dedicaremos às manifestações de junho 2013 a partir de cronologia das ações ocorridas, assim como a trajetória do MPL que foi quem inicialmente convocou os protestos.

CAPÍTULO 2

O Movimento Passe Livre e as manifestações de Junho de 2013 no Brasil

As manifestações ocorridas no Brasil em Junho de 2013 seguiram a linha mundial, o que parecia ser um movimento de estudantes ganhou adeptos das mais variadas camadas da população. Também participaram dos protestos, trabalhadores, vários tipos de profissionais desde técnicos, profissionais da saúde e educação, famílias foram às ruas com seus filhos participar de um momento que, segundo alguns dos participantes, seria histórico e de importância para grandes mudanças sociais no país.

Os recentes movimentos foram comparados às Diretas Já e a outras manifestações, diante das proporções atingidas no tocante a quantidade de pessoas que foram às ruas. No entanto é necessário ponderar as comparações e saber qual a essência de cada movimento e o que reivindicam para evitar equívocos na análise conceitual e de suas atuações.

As manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho, foram convocadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre que já fazia algumas ações e protestos acerca da causa em outros estados. Diante da necessidade de entender mais sobre o MPL dedicamos o próximo ponto desse capítulo para explicar brevemente sobre a origem do movimento, assim como expor seus objetivos e suas lutas. Também faremos uma breve exposição da cronologia das ações das manifestações de 2013 no Brasil, a fim de auxiliar na compreensão de sua pauta, e o desfecho desses acontecimentos. Aqui também faremos breve explanação acerca dos protestos em Campina Grande-PB, durante as jornadas no mês de Junho 2013. Entendendo ser uma cidade de médio porte com mais de 400 mil habitantes, e que conseguiu acumular grande número de participantes que foram às ruas também reivindicar não só contra o aumento das passagens, mas também contra a corrupção no país, melhorias para a educação, saúde, dentre outras.

Entendemos também ser relevante neste momento dedicar um ponto para explicar sobre o contexto político e social em que esses movimentos aconteceram. Para isso faremos breve exposição da atuação dos governos do PT (Lula da Silva, de 2002-

2010 e Dilma Rousseff de 2011-2013), e a situação do Brasil na época em que aconteciam os protestos, a fim de contextualizar o momento e também para nos auxiliar no entendimento da onda nacional de manifestações.

1. Trajetória histórica do Movimento Passe Livre (MPL)

O Movimento Passe Livre (MPL) se autodenomina como um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, que tem como luta o transporte público, gratuito e de qualidade. O movimento diz ter como uma de suas principais bandeiras a conversão do sistema de transporte privado para um sistema público, e que o acesso seja liberado para todos através do passe livre.

Uma questão que foi incorporada às reivindicações e defendida pelos manifestantes foi a Tarifa Zero, ou seja, o Passe Livre estudantil, não universal. O MPL já tinha como uma de suas bandeiras de luta desde sua origem enquanto movimento. E entendemos ser relevante lembrar aqui a experiência de tentativa de instalar no país a tarifa zero. Luiza Erundina em 1990 propôs a Tarifa Zero para o transporte público de São Paulo, ela divulgou que a tarifa precisava ser subsidiada pela Prefeitura e que ela não faria o subsídio implicar em cortes nos orçamentos de educação, saúde, moradia e assistência social, isto é, dos programas sociais prioritários de seu governo e seus limites.

Erundina primeiro aumentou em 500% a frota da antiga CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos) e coagiu para que os empresários privados a renovassem sua frota. Ela então sugeriu que o subsídio viesse de uma mudança tributária que seria o IPTU progressivo, ou seja, o imposto predial seria aumentado para os imóveis dos mais ricos, que contribuiriam para o subsídio juntamente com outros recursos da Prefeitura. A revolta dos empresários e comerciantes, assim como ausência de construção de força política no governo com um PT dividido em relação a vários temas impediram que o projeto da Tarifa Zero fosse desenvolvido na prática, mesmo nos limites propostos por Erundina, que sendo uma política reconhecida no seu momento do Partido Socialista Brasileiro (PSB) seu protagonismo foi insignificante durante as Jornadas.

Isto para apresentar que certo acúmulo sobre o tema existia no país mesmo desde uma posição institucional no momento do nascimento do MPL.

O MPL surgiu enquanto movimento a partir da Revolta que aconteceu no ano de 2003 em Salvador, capital da Bahia, cidade que ficou paralisada durante dez dias. Nesse momento milhares de jovens, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras fecharam as vias públicas, protestando contra o aumento da tarifa. A grande representatividade do evento deu origem a um documentário, chamado “A Revolta do Buzu”, de Carlos Pronzato. Que retrata como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) quiseram tomar a frente do movimento que não foi iniciado por eles. A Revolta do Buzu ficou conhecida como um movimento autônomo e espontâneo.

Em Florianópolis, no ano seguinte em 2004, estudantes se articularam inspirados nos acontecimentos de Salvador, e realizaram a “Revolta da Catraca”. Reivindicando a redução das tarifas de ônibus, contando com a participação de estudantes, associações de moradores, professores, sindicatos e a da população em geral.

Durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em janeiro de 2005, o MPL foi fundado como uma rede federativa de coletivos locais, que já existiam há alguns anos e levaram a cabo importantes lutas como as já mencionadas de Salvador e Florianópolis, contra o aumento das passagens de ônibus. Segundo informações coletadas no site oficial do MPL, hoje o Movimento Passe Livre está presente em todas as regiões do país, nos estados e nas principais cidades.

De acordo com sua carta de princípios fundada em 2005 “As unidades locais devem seguir os princípios federais do movimento. Ressalta-se que o princípio da Frente Única deve ser respeitado, estando acima de questões ideológicas.”⁴

O Movimento conta com um Processo de Ingresso para os que quiserem fazer parte enquanto coletivo, onde consta do envio de uma Carta de Adesão apresentando o grupo e suas ações locais, e expressando o acordo com a Carta de Princípios do MPL. A solicitação é analisada e aprovada por membros da federação.

O MPL em nível federal é formado por representantes dos movimentos nas cidades, que constituem um Grupo de Trabalho (GT). O GT é formado por pelo menos 1 e no máximo 3 membros referendados pelas delegações presentes no Encontro. Os grupos locais de luta não presentes devem ter o aval dos movimentos que

⁴ Informações retiradas da Carta de Princípios do MPL no site oficial do movimento: www.mpl.org.br (Acesso em 10/01/16)

fizerem parte do GT. Deve-se garantir a rotatividade dentro do GT de acordo com as decisões do MPL local. (CARTA DE PRINCÍPIOS – MPL)⁵

Desde aprovação no Fórum Social Mundial o MPL organiza-se através de princípios básicos, que foram inicialmente: independência, apartidarismo, horizontalidade e decisões por consenso, porém do nosso ponto de vista entendemos que não é uma posição democrática. Outro princípio, o federalismo, foi adicionado durante o 3º Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (ENMPL), em julho de 2006, na Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) onde reuniram representantes de mais de 10 cidades. No Encontro formam-se Grupos de Trabalhos (GTs) constituídos por representantes do movimento nas cidades participantes do evento, e daí são eleitos os representantes do MPL a nível federal.

O movimento ainda prega a Tarifa Zero para todas as pessoas, enxergam na gratuidade no transporte coletivo uma “medida fundamental para exercício do direito à cidade e da justiça social”. Citam alguns exemplos que deram certo na execução da Tarifa Zero em alguns países como na cidade de Hasselt, Bélgica, que após dez anos da aplicação da política pública Tarifa Zero, houve um acréscimo de 1319% no número de viagens feitas no transporte coletivo.

Como podemos constatar através de breve histórico de ações, o MPL já atuava em algumas cidades do país, e quando o movimento se tornou mais sólido formaram coletivos, fizeram Carta de princípios, e passaram a se reunir para decidir os próximos atos. Ou seja, as manifestações de Junho realmente não surgiram do nada, e não foi tão espontâneo e solto como divulgado pela imprensa.

Para Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (SP), em seu texto "As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações", na obra *Cidades Rebeldes*:

A ‘fagulha’ das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis -, que, entre ‘catraços’, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop. (ROLNIK, 2013, p. 13)

⁵ Trecho retirado do Site oficial do Movimento Passe Livre: <http://www.mpl.org.br/> (Acesso em 10/01/16)

Pela sua vez mais recentemente o sociólogo Michael Lowy deu sua contribuição acerca do Movimento Passe Livre e das manifestações de Junho 2013 no Brasil, em seu Blog e no Blog da Editora Boitempo, onde diz que o MPL foi “uma pequena faísca libertária que provocou o incêndio”. Lowy também faz uma ressalva sobre a questão do transporte público no país ter sido privatizado e estar nas mãos de empresas privadas, coisa que antes e originalmente era um serviço público gratuito. Para Löwy:

[...] o MPL não deixou em nenhum momento de destacar seu objetivo estratégico: a tarifa zero, o transporte público gratuito. Para eles é preciso, segundo a Carta de Princípios, “retirar o transporte público do setor privado colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população”. É o que os militantes do MPL chamam “perspectiva classista” de sua luta. É uma exigência de justiça social elementar: o preço do transporte é proibitivo para as camadas mais pobres da população, que vivem nas periferias degradadas das grandes cidades, e dependem do transporte público para trabalhar ou estudar. É uma reivindicação que interessa diretamente aos jovens, aos trabalhadores, às mulheres, aos habitantes das favelas, ou seja, a grande maioria da população urbana. (LÖWY, 2013)

Löwy ainda fala que a tarifa zero também é uma pauta “profundamente subversiva e antissistema”, como exemplo de um elemento de programa de transição, como consta na carta de princípios do movimento “deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente”. O autor diz que “É um simpático exemplo do que o filósofo marxista Ernst Bloch chamava utopia concreta. Certamente há cidades no Brasil ou na Europa em que esta proposta pôde se realizar”. Para Löwy, esse tipo de movimento e reivindicações dá espaço para formar frentes, permitindo a abertura de brechas na “irracionalidade do sistema mercantil”.

Não deixa de fazer sentido que a gratuidade é um princípio revolucionário, que se contrapõe à lógica capitalista, na qual tudo deve ser uma mercadoria; é, portanto, um conceito insuportável, inaceitável e absurdo para a razão mercantil do sistema. Mais ainda quando, como propõe o MPL, a gratuidade dos transportes é um precedente que pode abrir caminho à gratuidade de outros serviços públicos: educação, saúde, etc. De fato, a gratuidade é o presságio de uma sociedade diferente, baseada em outros valores e outras regras diferentes das do mercado e da ganância capitalistas. Daí a resistência desesperada das “autoridades”, tanto conservadoras, como neoliberais, “reformistas”, de centro ou social-liberais. (LÖWY, 2013)

Mesmo diante da atuação das manifestações ocorridas em Junho de 2013 no Brasil, nos moldes em que se apresentaram, como algo autônomo em relação aos partidos políticos, o movimento não recusa a participação e a colaboração de organizações políticas, principalmente as da esquerda. O movimento atua em conjunto também com associações de bairros populares, com movimentos pelo direito à moradia, com as redes de luta pela saúde e com alguns sindicatos. Enxerga no transporte gratuito não um fim, mas um caminho para a construção de uma sociedade melhor.

No Quadro 1, na próxima página apresentaremos de forma sucinta a cronologia das ações do Movimento Passe Livre que já foi previamente citada nesse ponto. Desenvolvemos o presente quadro para facilitar a consulta e identificação da trajetória do MPL desde seus primeiros atos até 2013 que foi o ano em que convocaram as Jornadas de Junho.

Quadro 1. Cronologia das ações do Movimento Passe Livre-MPL

DATA	FATO POLÍTICO	LOCAL
Agosto/Setembro 2003	Revolta do Buzu	Salvador – Bahia (BA)
Junho 2004	Revolta da Catraca barra o aumento das tarifas dos transportes públicos	Florianópolis – Santa Catarina SC
26 de outubro 2004	Aprova lei do passe livre estudantil	Florianópolis - SC
2004	Surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo	São Paulo – São Paulo (SP)
2005 – Janeiro	Plenária de fundação do MPL - Brasil no V Fórum Social Mundial	Porto Alegre – Rio Grande do Sul (RS)
Fevereiro 2005	Luta contra o aumento das passagens	São Paulo – SP
Junho 2005	II Revolta da Catraca barra o aumento das tarifas	Florianópolis – SC
Julho 2005	Mobilizações revogam o aumento das passagens	Vitória – Espírito Santo (ES)
Junho 2006	Encontro Nacional do Movimento Passe Livre	São Paulo - SP
Novembro/dezembro 2006	Luta contra o aumento das tarifas em São Paulo	São Paulo - SP
Outubro 2008	Luta contra o aumento das tarifas dos transportes	Brasília - Distrito Federal (DF)
Julho 2009	Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal	Brasília - DF
Novembro 2009	Ocupação da Secretaria de Transportes	São Paulo - SP
Janeiro 2010	Luta contra o aumento das passagens	São Paulo - SP
Janeiro/Março 2011	Luta contra o aumento	São Paulo-SP e várias capitais
Agosto 2011	Mobilizações revogam aumento	Teresina – Piauí (PI)
Janeiro 2013	Lutas na região metropolitana de São Paulo conquistam revogação do aumento no Taboão da Serra	São Paulo -SP
Abril 2013	Mobilização derruba aumento	Porto Alegre - RS
Junho 2013	Jornadas de Junho conquistam revogação do aumento em mais de cem cidades.	

Fonte: Elaboração própria com base na cronologia e artigos do livro *Cidades Rebeldes* e no site do MPL.

2. Breve análise da conjuntura social e política em que aconteceram as manifestações no Brasil

Entendemos que é importante situar as manifestações ocorridas no contexto social e político em que aconteceram, para que possamos ponderar analiticamente os reais motivos pelos quais ocorreram assim como para auxiliar na compreensão a fundo do teor de sua pauta.

Com a crise mundial capitalista que se alastrava desde 2008, o Brasil passava por situação de instabilidade originada por essa crise sistêmica, sendo esta que afeta não só o setor econômico, mas o social, o político e balança toda a estrutura do país. O ano de 2013 representava o terceiro ano do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, o país encontrava-se na euforia pré-Copa das Confederações, além de carregar também todo o foco por ter sido escolhido o país que sediaria a Copa do Mundo de 2014. Perante as mudanças no espaço urbano que começavam a acontecer diante dos grandes eventos como a copa e as olimpíadas, algumas mobilizações e protestos tímidos já vinham se configurando.

Em 2011, a Ancop [Articulação Nacional dos Comitês Nacionais da Copa] produziu o extenso e substancial dossiê *Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil*, entregue a autoridades municipais, estaduais e federais. Por toda parte, comunidades e bairros resistem às remoções e denunciam as violências. (VAINER, 2013, p.

A economia e os planos do governo giravam em torno desses grandes eventos que ocorreriam, desde obras faraônicas para reforma nos estádios (já em andamento) onde aconteceriam os jogos, além de muitos recursos gastos com publicidade e marketing para o resto do mundo acerca da copa. No início do ano de 2013 também tivemos grande repercussão sobre o caos na saúde pública, o descaso com o SUS e a ineficiência do governo perante a situação social geral. Também tínhamos denúncias sobre corrupção, escândalos no governo, dentre outros problemas que surgiram desde o governo de Lula e que se aprofundaram com a crise.

Plínio de Arruda Sampaio Jr, professor livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), expõe o tema sobre o estado da população da seguinte forma:

O profundo mal-estar da população com as desigualdades sociais, a pobreza, a irracionalidade da política econômica, a ausência de

políticas públicas, as arbitrariedades do Estado, a violência do dia a dia, a corrupção generalizada e a impunidade dos donos do poder não constitui um sentimento novo na sociedade brasileira. Como mostrou Caio Prado Junior em seu clássico, *Formação do Brasil contemporâneo*, foi exatamente a necessidade de superar tais problemas que impulsionou não só a luta pela emancipação de Portugal, como também o longo processo de formação do Brasil. (SAMPAIO JR, 2013: p.97)

Sobre o governo de Lula não existe consenso na literatura acerca de suas características, no entanto ponderamos aqui três opiniões gerais existentes sobre esse governo. Para essa breve caracterização utilizamos leituras que fazem parte do Projeto do Grupo Práxis da Universidade Estadual de Campina Grande (UFCG) o qual fazemos parte e tem como coordenador o Professor Dr. Gonzalo Adrian Rojas.

Um primeiro grupo de autores argumenta que este governo é a continuidade e o aprofundamento do modelo neoliberal assim como no governo de Fernando Henrique Cardoso; outro grupo defende o contrário, afirmando que existe uma ruptura na política econômica de ambos; enquanto que na terceira sustentam que este governo expressaria uma ‘mudança no interior do modelo e não uma mudança de modelo’.⁶

Enquanto que argumenta uma continuidade inicialmente encontramos o sociólogo da USP Francisco de Oliveira. Sua hipótese central é que formou-se uma nova classe social no Brasil, a partir da convergência programática entre o PT e o PSDB e explica que a radicalização do programa de Fernando Henrique Cardoso realizada por Lula tem como base, por um lado, economistas e tecnocratas dos banqueiros, núcleo duro do PSDB, e o setor dos trabalhadores operadores dos fundos de pensão, núcleo duro do PT. Os dois grupos são chaves no acesso ao controle dos fundos públicos e seriam as duas caras de uma nova e mesma classe (Oliveira 2003). Para o renomado sociólogo trata-se de uma dominação de classe globalizada, mas sem política, porque não existe mais a política como possibilidade de realizar políticas nacionais (Oliveira em Basualdo e Arceo: 2006).

Nesta mesma linha de argumentação Plínio Arruda Sampaio Jr também defende que é de continuidade. Este continuísmo, tanto da política econômica como da filosofia social das políticas, seria um aprofundamento do neoliberalismo, já que todos seus eixos foram radicalizados (Arruda Sampaio Jr.: 2006).

⁶ Para uma caracterização mais aprofundada do governo de Lula ver a Dissertação de Mestrado de José Batista de Queiroz Neto, também integrante de Práxis. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes Na América Latina e defendida no programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG no mês de fevereiro de 2014 intitulada: O bloco no poder no Brasil durante o governo Lula (2003-2010)

Pela sua vez, um segundo bloco de interpretações sobre os governos petistas é apresentada por exemplo por Marco Aurélio Garcia, contrária às anteriores, posto que, para ele, a política econômica do governo Lula significou uma ruptura com a anterior e conseguiu resolver os gravíssimos problemas herdados da administração de Cardoso. Entre outras coisas, reduziu a inflação, diminuiu a relação dívida interna – Produto Interno Bruto (PIB) expandiu o comércio exterior e, com um conjunto de medidas, obteve uma drástica redução da vulnerabilidade externa do país, segundo o historiador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) militante do PT e funcionário dos governos Lula e Dilma em temas vinculados à América Latina. O Brasil saldou seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e baixou drasticamente as cifras do risco país. Estas conquistas macroeconômicas seriam importantes para dar sustentabilidade a um novo e prolongado período de desenvolvimento, sem impedir o crescimento do país mesmo que a um ritmo lento no curto prazo (García: 2006).

Por último, de acordo com Boito Jr. e Rojas o governo de Lula alterou a relação do Estado brasileiro com a burguesia ao melhorar a posição relativa da grande burguesia interna industrial e agrária no interior do bloco no poder. É um deslocamento no interior do grande capital porque as pequenas e médias empresas continuam na mesma posição de subordinação da década passada (Boito Jr: 2005, Boito Jr. em Caetano 2006 e Rojas 2008)

Do nosso ponto de vista concordamos que os governos do PT desde os dois mandatos de Lula da Silva (2003-2010) realmente mostraram ser de continuidade em termos macro-econômicos neoliberais, sendo fundamentados em elementos do neoliberalismo, voltando forças para o desenvolvimento capitalista financeirizado mundial, *superávit* primário, priorizando o grande capital, mas mesmo assim existiu um empoderamento da burguesia interna brasileira que sem que se torne a fração hegemônica no poder.

Boito Jr e Tatiana Beringuer, fundamentalmente o primeiro, vai se voltar para uma interpretação que afirma que os governos de Lula e Dilma têm uma ruptura com FHC sendo que a burguesia interna se torna hegemônica nesse sentido. Eles afirmam: “São as mudanças na política interna brasileira, que surgiram, elas mesmas, vinculadas a alterações no cenário internacional, que explicam a nova política externa dos governos Lula e Dilma.” (BOITO JR; BERRINGER, p. 34, 2013). Política que também auxiliou no fortalecimento da grande burguesia interna, e que continua direcionando o rumo do governo, para estes autores. Concordamos com as primeiras interpretações do governo

Lula e discordamos de suas afirmações sobre neodesenvolvimentismo e hegemonia da burguesia interna a partir do segundo governo Lula e primeiro governo de Dilma Rousseff, se isto fosse assim não poderíamos explicar como é que depois de seu agônico triunfo e antes mesmo de assumir seu segundo mandato Dilma Rousseff implantou políticas abertamente neoliberais no que foi considerado um verdadeiro estelionato eleitoral já que aplica a política do candidato derrotado e não teve a menor resistência por parte dessa burguesia interna que estaria perdendo sua hegemonia no interior do bloco no poder. Em nossa interpretação teve um certo empoderamento durante o governo Lula, mas nunca foi hegemônica.

Igualmente, durante os governos do PT podemos perceber políticas públicas que incluem planos assistenciais compensatórios, não estruturantes, como por exemplo, o Bolsa Família e os planos de facilitação de crédito para aquisição de moradia através do Programa ‘Minha Casa Minha Vida’, surgidos no governo de Lula e continuados no governo de Dilma. Mas os maiores recursos desses governos foram para o “Bolsa banqueiro”, o pagamento da dívida, assim como também a importante “bolsa empresários” com o objetivo de aumentar o lucro das empresas e incentivar a compra de carros, isentando os impostos para a indústria automobilística o que fez com que aumentasse o número de automóveis nas ruas de todo o país. Nessa situação com o aumento do trânsito onde já não funcionava, piorou consideravelmente. Esta situação sem mudanças a altura e em termos de infraestrutura também nos somam elementos para entender o descontentamento urbano que aparece com força jornadas nas jornadas. Em síntese os incentivos do governo para aquisição de veículos, não contemplou a questão da mobilidade urbana, piorando assim as condições de vida de quem depende dos transportes públicos e defendendo os empresários dos transportes.

O crescimento econômico do país nesse período tampouco melhorou as condições urbanas. Os meios de transportes coletivos continuavam em situações precárias, tanto de conservação quanto de quantidade, as pessoas além de pagar caro por um serviço falho, ainda têm que se submeter a situações desagradáveis, e até de risco utilizando transportes lotados e sem segurança, cujos únicos beneficiários são os empresários dos transportes.

Segundo o geógrafo marxista inglês David Harvey:

Tais desenvolvimentos urbanos desiguais traçam o cenário para o conflito social. As cidades nunca foram, é verdade, lugares

harmoniosos, sem confusão, conflito ou violência. Basta nos lembrarmos das histórias da Comuna de Paris de 1871, ou das Revoltas de 1864 contra o alistamento, para vermos o quão longe chegamos. (HARVEY, 2013, p. 51)

Entendemos a importância das ruas da cidade como um novo local de debate político e participação popular não apenas contestatório ou eventual, mas um local onde poderia se configurar a real participação da sociedade civil. Para David Harvey o direito à cidade deve ser ‘tomado pelo movimento político’, essa luta ‘deve ser considerada inalienável’. Harvey ainda afirma que “A criação de novos espaços urbanos comuns [*com mons*], de uma esfera pública de participação democrática, exige desfazer a enorme onda privatizante que tem servido de mantra ao neoliberalismo destrutivo dos últimos anos.” (HARVEY, 2013, p. 57)

Fazendo uma breve análise da situação em que o Brasil se encontrava quando aconteceram as manifestações, é notório que estas não aconteceram do nada ou por um fato isolado, como inicialmente foi sugerido e divulgado pela mídia e reforçado por alguns estudiosos. É certo que os protestos eram inicialmente e pontualmente contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, no entanto a forma como fizeram os manifestantes, tomando as ruas e em proporções pouco vistas no país, podemos perceber nas manifestações a necessidade e demanda de um “novo” espaço político para a participação efetiva da sociedade civil.

Alguns autores como Marco Aurélio Nogueira, professor de Teoria Política da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) no interior do Estado de São Paulo, em sua obra *As ruas e a democracia - Ensaios sobre o Brasil contemporâneo* publicado também no ano de 2013, coloca que realmente presenciamos no Brasil uma crise na sua conjuntura política, um esgotamento da forma como estavam levando a política, um sentimento de insatisfação vindo da população que parecia se sentir excluída do processo. As ruas tornaram-se local de debate político e reivindicativo, assim como as praças, avenidas, sede de ministérios, dentre outros locais nas cidades. Nogueira ainda coloca que mesmo não tendo sido apresentadas soluções reais e efetivas com as Jornadas de Junho 2013, mas ocorreu um abalo na estrutura política do país que não podemos desprezar.

Diante dessa crise de representação política no Brasil, alguns setores da sociedade se mobilizam para reivindicar seus direitos, mas descrente dos partidos políticos, urgindo uma nova forma de inserção e participação política. Com as

manifestações percebemos a crise do sistema político brasileiro, que obrigou o Estado a abrir o debate por poucos dias em torno de uma possível Reforma Política, o que chegou a ser sugerido pela então presidente Dilma Rousseff, através de um possível plebiscito que não chegou a ser aprovado, mas que tinha o objetivo de institucionalizar o descontentamento social e recompor o regime político em crise.

O PT que é o partido que está no governo desde 2002, com as mudanças na sua forma e no conteúdo de política, seu processo de transformação com o que ele chega ao poder e se mantém defendendo o conjunto de políticas que em muitos casos mantém e aprofunda a política neoliberal. Isto não é novo, desde o seu primeiro mandato com o presidente Lula, para citar só dois exemplos de políticas neoliberais além da procura permanente de superávit fiscal para pagamento da dívida e ter credibilidade frente aos “mercados”, foram: a autonomia do Banco Central uma medida ultraneoliberal onde o Estado toma decisão política de abrir mão do controle das políticas monetárias do país entregando aos representantes dos banqueiros supostamente técnicos e neutrais; e a contrarreforma da Previdência do ano 2003 que não só atacou direitos trabalhistas históricos, senão que também gerou uma mini-crise política no interior do bloco dos deputados do PT, pelo qual um grupo minoritário de legisladores abandonaram o partido para construir de forma superestrutural o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Com sua origem no movimento operário, o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, como partido de esquerda. O PT surge com a luta sindical dos trabalhadores antiburocrática, atipelega, das comunidades eclesiais de base, e uma intelectualidade de esquerda que na época se definiria como: nem leninista (entendendo na versão petista leninismo como sinônimo stalinismo) nem social democratas. Sua característica peculiar como ferramenta de luta era estar nas ruas em protestos e reivindicações e mais centralmente com um objetivo político geral importante que era a luta contra a ditadura militar. Para chegar ao poder vão realizando um transformismo tanto programático como na sua estrutura, e essas mudanças nas suas práticas sociais permitiu a eleição de seu dirigente Lula da Silva em 2002.

A partir da análise das classes e frações de classes durante o governo Lula podemos perceber um papel preponderante da grande burguesia interna industrial e agrária, sob hegemonia do capital financeiro, como mencionamos anteriormente. O processo de mudança na base do programa do PT foi gradual, como podemos observar

desde sua origem até chegar à presidência. Foi significativa a Carta aos brasileiros com o compromisso político de manter as políticas econômicas neoliberais.

Leôncio Martins Rodrigues, em sua obra *Partidos e Sindicatos, Escritos de Sociologia política*, na primeira parte do livro fala da composição social das lideranças do PT, e discute questões relacionadas a "natureza de classe" do PT, trazendo à tona um debate bastante relevante,

Referimo-nos, em primeiro lugar, à tese de que o PT, por ter surgido do movimento sindical e dos movimentos sociais e populares, seria um partido que “veio de baixo”. Essa afirmação encerra apenas meia-verdade e faz crer que o partido surgiu única e exclusivamente dos pobres, dos dominados, das massas de trabalhadores, enfim, de todos os que estão colocados à margem das instâncias de poder. Na realidade, não foi bem assim. O PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima. Por outro lado, o PT de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por lideranças operárias, se quisermos, mas por diretores dos *sindicatos oficiais*, quer dizer, por organizações com certo poder de pressão e mobilização de massas. (RODRIGUES, 2009, p. 03)

Rodrigues além de fazer um resumo da trajetória do Partido dos Trabalhadores, desde seu surgimento como um novo partido de esquerda no Brasil no período das lutas contra a ditadura militar. O autor levanta ainda outra questão acerca da natureza do PT, afirma que um partido que expressa o setor das classes médias:

A segunda ideia relacionada a natureza desse partido que julgamos necessário discutir melhor é de que se trata de um partido formado basicamente por trabalhadores (como o próprio nome sugere e a liderança do Lula parece comprovar). Sem pretender negar que o PT possui nas suas instâncias dirigentes, um número de operários e sindicalistas, maior do que o de outros partidos brasileiros, os dados que levantamos indicam que o PT deveria, mais adequadamente, ser entendido do ponto de vista sociológico como um partido de classe média ou, mais exatamente, de *um* setor das classes médias. (RODRIGUES, 2009, p. 03)

Na interpretação de Rodrigues sobre o PT, o autor utiliza categorias de estratificação social para definir as classes, e não o local nas relações sociais de produção e as relações dessas com as práticas político partidárias. Esse tipo de análise consideramos insuficiente para dar conta do PT.

Nas recentes mobilizações, a atual situação do PT, perante sua condição no governo com anos de continuidade nas políticas do governo, sendo rejeitado tanto por uma oposição de direita que se organiza crescentemente, mas também por grupos políticos a sua esquerda, expõe a perda paulatina de sua base social e a rejeição de uma parcela da população à algumas medidas e posições governamentais, principalmente na última gestão com a presidente Dilma Rousseff, que se bem foi eleita não deixa de expressar a versão brasileira do fim de ciclo dos “governos pós-neoliberais” na América Latina. Podemos entender que o desgaste se inicia de uma forma qualitativamente maior nas jornadas de Junho 2013, e todos estes são elementos que nos permite ir afirmando a hipótese sob a qual trabalhamos: a perda do monopólio das ruas pelo PT.

O PT perde de vez o monopólio das ruas, uma vez que lutas de rua, greves e ação direta já não condiz mais com a realidade de seu programa. O fato de ser “situação” governamental termina de esfriar a luta político-partidária originária do Partido dos Trabalhadores, levando seus militantes de certa forma ao mero eleitoralismo e cooptação estatal, seja nos governos federais, estaduais, entre outros. Percebemos o surgimento de novas frentes de lutas autônomas dos governos dos patrões e do Estado, como a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) que depois se transformou na central CSP-Conlutas, e que com todas as suas limitações, é a expressão sindical crítica da esquerda às políticas do governo. Assim como a Intersindical.

3.Cronologia das Manifestações de Junho de 2013. Uma breve retrospectiva

Alguns artigos realizados prematuramente, logo após as manifestações, ou sem uma análise profunda desses pode difundir idéias equivocadas. Identificamos em muitos desses trabalhos, sobre a questão apontando o início dos protestos como sendo na cidade de São Paulo, informação que poderemos constatar que não condiz com os fatos diante da cronologia dos acontecimentos das manifestações que ocorreram em todo o país. Todo o processo de montagem do cenário das manifestações de junho 2013 (para utilizar uma metáfora teatral, se bem bastante longe das utilizadas por Marx no 18 Brumário) vinha se configurando desde os primeiros meses do ano. Alguns estados se anteciparam quanto ao aumento das tarifas de transportes públicos, e o surgimento de manifestações nas capitais foi inevitável. A maioria dos protestos foram sempre

seguidos de repressão e violência policial perante os manifestantes, mas isso fez aumentar as mobilizações ao invés de esvaziar como aconteceu em outros momentos históricos.

Utilizamos aqui uma cronologia baseada nos registros do Movimento Passe Livre, disponível no site do movimento, assim como o que constatamos via notícias que registraram algumas dessas manifestações que precederam as Jornadas, na internet, através de registros da imprensa aberta e por meio de mídias alternativas, como a Mídia Ninja⁷.

Necessariamente essa cronologia possui mais elementos descritivos que analíticos, mas isso é importante para a organização do estudo. Essa cronologia é baseada tanto em fatos escritos impressos como digitais como aparecem nas referências bibliográficas.

A primeira cidade a se mobilizar por causa do aumento das tarifas de transportes públicos no ano de 2013 foi Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul (RS), nos dias 25 e 27 de março, onde os manifestantes ocuparam as principais avenidas e tiveram embate direto com as forças policiais. No entanto comemoraram a suspensão do aumento no dia 4 de abril, em um ato de frente à prefeitura com participação de cerca de 5 mil pessoas. Foi o primeiro triunfo político das lutas e mobilizações.

No dia 15 de maio foi a vez de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte (RN), realizar um dos primeiros protestos contra o aumento da tarifa de ônibus. O confronto com a Polícia Militar foi conflituoso, onde a cobertura foi registrada por portais nacionais como o G1. No dia 16 de maio os protestos continuaram logo que o aumento foi anunciado de R\$ 2,20 para R\$ 2,40. Pressionado pelos manifestantes o prefeito Carlos Eduardo reduziu a tarifa para R\$ 2,30. Os próximos protestos continuaram no dia 21 de maio em Goiânia, após o aumento da passagem que era R\$ 2,70 para R\$ 3,00, e mais uma vez conflito com a Polícia Militar (PM). No dia 28 de maio se organizaram novamente em protesto contra o aumento, com participação de mil pessoas das quais 14 foram presas.

Em São Paulo os protestos aconteceram após o dia 2 de junho, quando o prefeito Fernando Haddad (PT) e o Governador do Estado, José Alckmin (PSDB), aprovaram o aumento de 20 centavos, passando a custar de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 a tarifa dos ônibus e trens em São Paulo. A coincidência dos 20 centavos na maioria das cidades apontadas

⁷ Sobre Mídia NINJA ver página 76 nesta mesma dissertação.

onde houve manifestações, também geral uma certa banalização da mídia com a forma que foi passada como sendo uma luta “apenas por 20 centavos”, como tentativa de desacreditar o movimento. No dia seguinte o MPL organizou o primeiro protesto na cidade.

Nos dias 6 e 7 de junho o ato aumentou e teve um grande número de participantes que fecharam uma das principais ruas da cidade. Mas nos dias 11 e 13 o confronto com a PM começou a ficar crítico, mais de 200 pessoas foram detidas, repórteres atingidos por bala de borracha, e o abuso de poder e uso exacerbado da violência pela PM foi até noticiado por alguns meios de comunicação.

No mesmo mês de Junho aconteceria um grande evento no país, a Copa das Confederações, que serviu de cenário para mais protestos nas cidades onde aconteceriam os jogos, que teriam a imprensa do mundo todo presente. Nessa ocasião os protestos se voltaram contra as obras faraônicas financiadas com verba pública, como os estádios de futebol, quando o país passa por problemas na área da saúde e em outros setores.

No dia 15 de junho em Brasília no Distrito Federal (DF) onde acontecia a abertura da Copa das Confederações, umas 8 mil pessoas tomaram às ruas e mais uma vez teve confronto com a PM onde vários manifestantes ficaram feridos e outros foram presos.

A partir do dia 17 de junho as manifestações tomaram proporções muito maiores e em várias cidades do país, e também começaram a ser incorporadas causas mais genéricas aos protestos, além dos 0,20 centavos.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro participaram mais de 100 mil pessoas cada cidade nesse dia, de acordo com imprensa e com dados do MPL. Na capital paulista os manifestantes ocuparam as principais avenidas da cidade e seguiram para o Palácio dos Bandeirantes. Já no Rio de Janeiro também seguiram pelas principais ruas em rumo da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), onde aconteceram confrontos com a PM. Também carros incendiados e janelas quebradas na sede da Alerj, por um dos grupos que se incorporaram ativamente nas manifestações. As cenas de coragem dos militantes se reproduzem rapidamente pelos meios de comunicação através da imprensa e da Mídia Ninja, assim como as diferentes tentativas de ocupação enfrentando uma das polícias mais brutais e assassinas do mundo. A PM de Rio de Janeiro que é conhecida mundialmente por vários casos de assassinato de pobres e negros nas periferias, ficaram na defensiva, e isso ao vivo, em tempo real, deu muita visibilidade aos manifestantes e

sua causa. Existiram fortes confrontos e os manifestantes não conseguiram manter os ataques, mas o saldo foi alguns policiais da corporação feridos que também produto de ações radicais ficaram ilhados na Alerj com os demais. A tropa de choque foi acionada para dar reforço e os policiais utilizaram balas de borracha, gás lacrimogênio, spray de pimenta. Com a dispersão e o tumulto alguns manifestantes continuaram as ações no entorno da Alerj, contra lojas e agências bancárias, enxergadas como símbolos do capitalismo, as quais tiveram janelas quebradas, da mesma forma que também ocorreram pichações nos prédios do Palácio Tiradentes. Foram registrados os primeiros saques à algumas lojas. Para André Singer, professor do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, na obra *Brasil, Junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas* esses saques que aconteceram em algumas cidades foram realizados por lumpem-proletários.

Em Curitiba no estado do Paraná (PR) também ocorreram protestos no mesmo dia 17 de junho, e segundo a PM cerca de 10 mil pessoas participaram das mobilizações exigindo a redução do valor da tarifa de ônibus na cidade de R\$ 2,85 para R\$ 2,60 de segunda a sábado e de R\$ 1,50 para R\$ 1,00 aos domingos. Também se organizaram importantes mobilizações nas cidades de Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa. Todos esses protestos foram divulgados rapidamente via internet, através das redes sociais. Assim como em Curitiba, as imagens de violência da Polícia Militar contra jovens e contra jornalistas, no Rio de Janeiro (RJ) e em São Paulo, contribuiu, segundo jornais locais como a Gazeta do Povo, para que as pessoas aderissem aos protestos nas suas cidades.

Também participaram com protestos no mesmo dia Fortaleza no estado do Ceará (CE) com 5 mil pessoas, Brasília (DF) dez mil, Porto Alegre (RS), Belo Horizonte no estado de Minas Gerais (MG) com 20 mil pessoas, além das cidades mineiras como Viçosa, Juiz de Fora e Poços de Caldas.

No dia 18 de Junho mais uma manifestação em SP que, nesta ocasião reuniu 50 mil pessoas, e pela primeira vez o prefeito Fernando Haddad referiu-se sobre a possibilidade de alterar o valor das tarifas.

No mesmo dia Florianópolis no estado de Santa Catarina (SC) também reuniu manifestantes que ocuparam as principais pontes da cidade. Em todos esses atos já haviam sido incorporados aos protestos tanto elementos progressistas com regressistas, como a crítica à corrupção, a questão dos gastos com a Copa do Mundo de 2014, além de reivindicarem saúde, educação, segurança e cidadania, entre vários outros.

No estado do Ceará, na cidade de Juazeiro do Norte, umas 10 mil pessoas mobilizaram-se em um ato que teve duração de mais de 6 horas, cercando o prefeito da cidade num momento pouco oportuno, em que fazia um saque em uma agência bancária.

Finalmente em 19 de junho, após semanas de manifestações, foram revogados os aumentos das passagens pelo prefeito Fernando Hadad e o governador Alckmin, permanecendo então a tarifa a R\$ 3,00.

Em Fortaleza (CE) onde aconteceria o jogo da Copa das Confederações entre as seleções nacionais de Brasil e México, o estádio Arena Castelão era para onde marchariam os manifestantes nessa mesma data. Mas outra vez a intervenção militar e a Força Nacional convocadas pelo governo Dilma do PT, não duvidou no uso da força para reprimir os manifestantes.

O historiador e professor da USP, Lincoln Secco, se refere à abrangência dos protestos da seguinte forma:

A abrangência geográfica dos protestos cresceu e se manteve em patamar elevado mesmo depois de uma queda mais abrupta do número de manifestantes. Concomitantemente à mudança ideológica e à fragmentação da pauta de reivindicações, ocorreu uma interiorização dos protestos, seguida pelo seu espalhamento. (SECCO, 2013, p. 130)

Mesmo com a revogação da tarifa em São Paulo o MPL resolveu manter as manifestações para comemorar o objetivo alcançado, e no dia seguinte, 20 de junho, 100 mil pessoas foram às ruas.

Em Brasília (DF) pela sua vez, 25 mil manifestantes também se mobilizaram, no Rio de Janeiro 300 mil pessoas marcaram o ato, que teve forte repressão policial, e onde 62 manifestantes ficaram feridos e foram para o hospital. O MPL convocou protestos que geraram as manifestações em todo o país nesse dia, organizado politicamente e divulgado nas redes sociais, sendo que aconteceram protestos não só onde tinha coletivo do MPL, mas também onde não existia.

Na capital da Paraíba, na cidade de João Pessoa, mais de 20 mil pessoas também foram às ruas, e na cidade de Campina Grande mais de 50 mil, de acordo com imprensa local, em ambas as cidades as manifestações aconteceram no dia 20 de junho. Os protestos foram marcados para o final da tarde, o que ocasionou um importante fato político, no caso de Campina Grande, o comércio fechou, por um reacionário medo das massas, que já vinham acontecendo em outras cidades do país.

Em Campina Grande o local de concentração foi a Praça da Bandeira que fica no centro da cidade, onde os protestos tiveram início por volta das 16:30h. O percurso feito pelos manifestantes passou por alguns dos principais pontos da cidade como o Parque do Povo, onde estava acontecendo os festejos do São João, e também no Açude Velho, local onde os protestos enceraram por volta das 20:30h.⁸

A diferença de outras cidades em Campina Grande foi que a mobilização foi organizada politicamente e depois de uma ampla discussão a maioria deliberou a participação dos partidos políticos na manifestação, os setores anti-políticos ficaram numa fraca minoria.

Da mesma forma que dias posteriores foi ocupada a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) com grande representação onde teve a presença da mídia e do Prefeito Romero Rodrigues que se fez presente para negociações com os ocupantes.

As manifestações continuaram em diferentes cidades e estados do Brasil, e no dia 22 de Junho umas 60 mil pessoas foram às ruas de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais (MG), onde 32 foram presas. Em Salvador, estado de Bahia (BA), também ocorreu protesto onde 2,5 mil pessoas dirigiram-se para o estádio em que Brasil e Itália jogariam. O foco para dar visibilidade a luta estava sendo a Copa das Confederações.

No dia 24, cerca de 2 mil manifestantes se reuniram em frente a Assembléia Legislativa do estado do Maranhão. No mesmo dia, em Goiania, estado de Goiás (GO), manifestantes ocuparam uma rodovia e chegaram a quebrar dois carros da TV Anhanguera. Vale ressaltar aqui que a TV Anhanguera é afiliada da TV Globo que continuava sendo identificada pelos manifestantes como que exigiam arbitrariamente segurança e massacre dos manifestantes, rotulando-os de baderneiros. Nesse momento a globo já havia mudado o discurso criticando menos os protestos, mas tentando pautá-los, no entanto fracassou duplamente, os manifestantes não foram pautados e em várias cidades a globo foi repudiada arbitrariamente.

Em Belo Horizonte, no dia 26, um ato reuniu 50 mil pessoas, mas aconteceu um grave acidente onde um jovem de 21 anos caiu do viaduto e faleceu. No dia 28, em Fortaleza, durante jogo entre Espanha e Itália no estádio Arena Castelão, 5 mil pessoas entraram em confronto com a PM onde 92 foram presas. A PM reprimia abertamente os

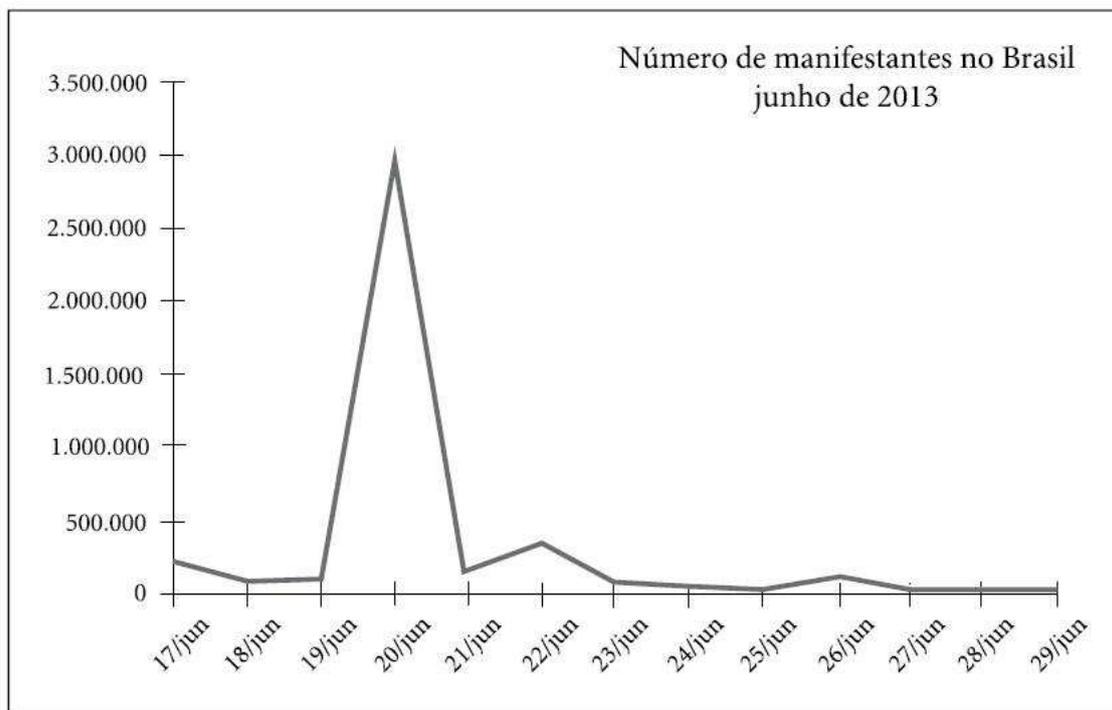
⁸ Informações obtidas no dia das manifestações e também adquiridas no G1, portal de notícias do estado <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/06/protestos-terminam-em-clima-pacifico-em-joao-pessoa-e-campina-grande.html>> (Acesso em 25/01/16)

manifestantes que pretendiam furar o bloqueio imposto pela Federação Internacional do Futebol Associado (FIFA), que determinava um perímetro de segurança que dava acesso aos estádios onde aconteceriam os jogos.

As manifestações aconteceram paralelamente em vários estados e em muitas cidades na data convocada nacionalmente no dia 20 de Junho 2013. O próprio MPL não registrou em suas redes a ação de todas as cidades, pois mesmo onde não tinha coletivo do MPL aconteceram protestos como já mencionamos. Dentre os estados onde não tinha o MPL está a Paraíba, e várias cidades do estado mobilizaram e levaram pessoas as ruas, a exemplo de Campina Grande.

Utilizaremos dois gráficos do livro *Cidades Rebeldes*, pois consideramos que permite ilustrar o quantitativo das manifestações. No Gráfico 1 apresentamos o número de manifestantes no país no mês de Junho 2013, onde percebemos seu ápice de maior concentração no dia 20 de junho.

Gráfico 1 – Quantidade de manifestantes durante os protestos no Brasil em junho de 2013.

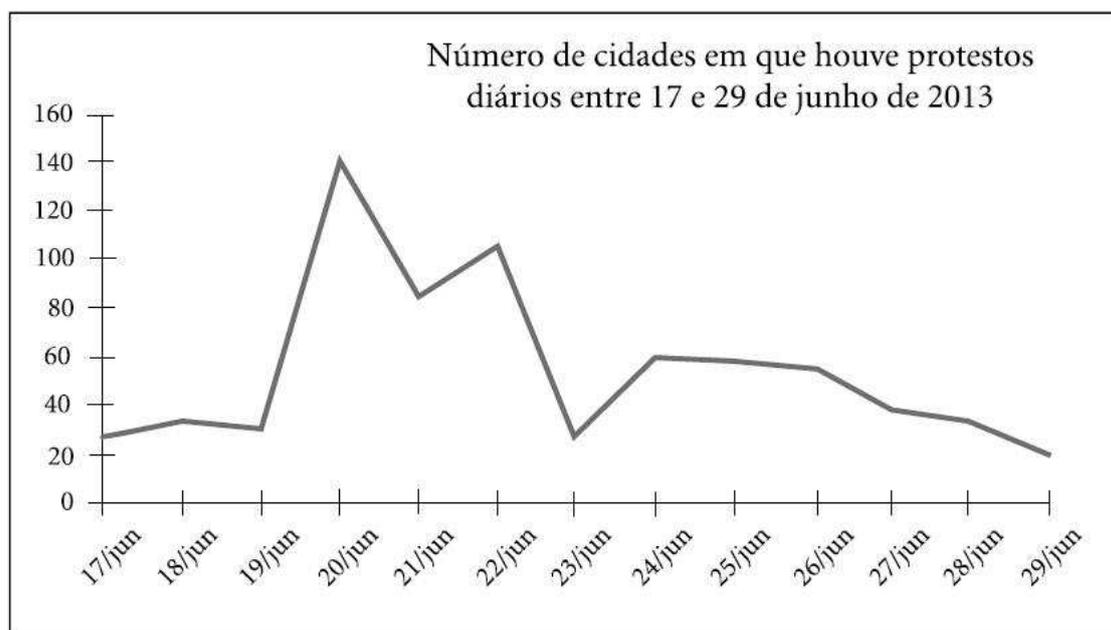


Fonte: Livro *Cidades Rebeldes* (Boitempo : São Paulo: 2013, p. 130)

No Gráfico 2 pela sua vez, apresentamos o número de cidades onde ocorreram protestos diários durante junho 2013. Diante da mecânica das manifestações, onde ao

longo do mês outras cidades foram aderindo aos protestos, e outras mantiveram os atos mesmo já havendo a redução das tarifas como foi o caso de Campina Grande no estado da Paraíba.

Gráfico 2 – Cidades onde aconteceram protestos no Brasil em junho de 2013.



Fonte: Livro Cidades Rebeldes (Boitempo : São Paulo 2013, p. 130)

4.As Jornadas e suas características específicas/em comum com outros movimentos

As manifestações de junho de 2013 foram comparadas a algumas mobilizações ocorridas no Brasil, como as ‘Diretas Já’ e o movimento dos Caras Pintadas pró Impeachment do presidente Fernando Collor de Melo em 1992. Mas é preciso compreender analiticamente cada movimento, levando em conta não só as proporções de mobilizações atingidas, mas sua pauta e reivindicações.

Segundo Maria Aparecida de Aquino, historiadora e professora da USP, durante o movimento pró Impeachment de Collor “Os estudantes faziam questão de rechaçar a participação de partidos políticos”. E ainda em relação aos movimentos supracitados, ressalta “Na década de 1960, os protestos eram pela mudança do regime político do

país. Já os caras-pintadas só queriam a queda do presidente”, afirma.⁹ Isso não significa que não participou ativamente a União Nacional dos Estudantes (UNE) na época dirigida pelo PC do B, mesmo com diferentes juventudes políticas como as do próprio PT.

As jornadas de junho foram caracterizadas pela mídia como sendo manifestações espontâneas, sem uma liderança à frente, com práticas diferentes dos movimentos conhecidos no país até o momento. No entanto, é importante ressaltar que essas manifestações seguem uma tendência que vinha ocorrendo em outros países também, como já foram citados nesse trabalho. O próprio MPL, que foi inicialmente quem convocou as manifestações, se identifica como apartidário, mas não antipartidário, e também não se declara seguidor de nenhuma ideologia, mesmo que isso achamos impossível, na mesma época podemos dividir suas ideologias.

Diante das características comuns com os movimentos que vinham acontecendo no cenário mundial na mesma época, podemos dividir o pensamento acerca dos seguintes pontos: consideram-se apartidários, utilizam mobilização via redes sociais na internet visando massificar as ações, são heterogêneos, dentre outras características.

Sobre o apartidarismo declarado pelos seus participantes, tanto em entrevistas dadas por seus organizadores durante os protestos como também divulgado em suas páginas na internet, podemos entender que as Jornadas de Junho refletem essa característica advinda da presente situação/contexto da democracia representativa que impossibilita os movimentos sociais a conquista de um espaço político, condicionando as mobilizações sociais às formas legais de articulação. Por isso também as manifestações atraíram parcelas relevantes da sociedade que se encontravam marginalizadas do jogo político institucional.

Podemos dizer que o longo período de ‘despolitização’ pelo qual passou o país, durante os presidentes tanto tucanos como petistas, refletiu também nos movimentos e nas manifestações populares, assim como a falta de credulidade nos partidos políticos. Temos objetos gerais além da crise na conjuntura política e a revolta de parte da cidadania pelos gastos tanto na Copa das Confederações no ano 2013 como na Copa do Mundo 2014. E nas manifestações de Junho 2013, podemos enxergar claramente o repúdio de alguns manifestantes aos partidos, levantando a bandeira do apartidarismo e em alguns momentos até de antipartidarismo. Durante os protestos, de acordo com

⁹ Retirado de reportagem publicada em 2008 no portal da Folha Uol, <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/04/397259-saiba-mais-sobre-os-caras-pintadas.shtml>> (Acesso em 15/12/15)

alguns estudiosos que analisaram as manifestações, é importante notar que existia uma pequena massa conservadora presente nos protestos que puxavam as palavras de ordem contra os partidos e não sua maioria, não era consenso, mas esses setores tentavam construir hegemonia sobre as mobilizações.

Como já falamos acima, o MPL considera-se apartidário, para eles o direcionamento do movimento, que se diz horizontal, não deve estar nas mãos de nenhum partido político. Com essa bandeira conseguiram adeptos das mais variadas categorias, não só estudantes participaram das manifestações, mas trabalhadores, e famílias inteiras foram às ruas pedindo a redução das tarifas dos transportes públicos. As jornadas de junho reuniram uma grande parcela da população que não se enquadrava em nenhum movimento político atual, não eram filiados a partidos, mas estavam descontentes com a atual situação do país.

Segundo interpretação de Secco:

É preciso lembrar que a taxa de apartidarismo por parte da população sempre foi alta no Brasil, uma vez que os partidos burgueses e as instituições representativas nunca vicejaram entre nós. A democracia liberal foi sempre um interregno numa persistência ditatorial. Os partidos de esquerda não puderam se estruturar dentro da legalidade senão recentemente. Isto lhes permitiu manter coerência programática e “imunidade” ante o desgaste de se atrelar a uma ordem instável. Mas hoje já se apresentam como protoestados que mimetizam organicamente o aparelho burocrático estatal. Eles chegam mesmo a manter dentro de si subpartidos (tendências) que competem entre si pelo controle da máquina partidária, assim como simulam uma disputa pela sociedade civil que é, na verdade, apenas a luta pela máquina estatal. A trajetória do PT foi a que mais evidenciou esta “evolução” do protesto social ao transformismo político. (SECCO, 2013, p. 74).

Diante da bandeira do apartidarismo alguns movimentos são deslegitimados por não terem uma instituição da esfera política por traz de suas ações. São tidos como movimentos soltos sem organização, como se não tivessem importância e força perante suas reivindicações. Achemos importante realizar uma comparação, tendo em consideração as diferenças na composição de classe e a distância histórica das classes com algumas das ideias de E.P. Thompson sobre as manifestações da classe operária inglesa descritas em sua obra *A economia moral da multidão inglesa do século XVIII*, com o fim de ilustrar movimentos que surgiram fora do cenário da política, mas que tinham uma pauta reivindicativa, e que foram importantes para obter algumas conquistas reais.

Edward P. Thompson faz um levantamento histórico de casos de ação popular a exemplo dos chamados ‘motins da fome’ na Inglaterra do século XVIII. Esses levantes que ocorriam claramente provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Aqui as ações eram organizadas (conscientes) e não descoordenadas. Para Thompson as ameaças eram representativas e não apenas uma ação revoltosa, eram anunciante de uma eminente rebelião. Nessa época criou-se a ideia de que o Livre Mercado resolveria tudo, inclusive os valores das mercadorias e até os salários. Mesmo sem organização política foram movimentos conscientes e legítimos.

O autor também analisa o *locus* onde os atos aconteciam, a fim de compreender esse cenário no qual se faziam os protestos. Esse espaço onde aconteciam os motins é descrito por Thompson como uma nova forma de participação política, fora do contexto institucional da política. Um movimento legítimo de reação do povo, um movimento vindo literalmente de baixo, e apartidário mas não apolítico, lembremos que na época estudada pelo historiador marxista inglês não existia partidos políticos como representantes dos interesses das diferentes classes e frações de classes.

Diante da apologia ao apartidarismo/antipartidarismo reacendida no Brasil, percebemos uma crítica generalizada aos políticos, mas não do ‘modo de produção da política’ e sim de seus agentes. Algo que merece ser frisado para ajudar a compreender como ficou o sistema político no país diante da crise instalada.

A política é tida como um dos elementos fundamentais da democracia, por exemplo, para a filósofa belga Chantal Mouffe uma democracia que funcione bem clama pelo confronto nas posições políticas. Ela faz uma distinção importante entre a política e o político:

Por “o político” refiro-me à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, um antagonismo que pode tomar muitas formas e emergir em diferentes tipos de relações sociais. A ‘política’, por outro lado, indica o conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram estabelecer uma certa ordem e organizar a coexistência humana em condições que são sempre afetadas pela dimensão do “político” (MOUFFE, 2005, p. 20).

Ainda sobre a natureza de um movimento político e sua origem, o filósofo esloveno Slavoj Žižek ressalta que:

Um movimento político nasce de alguma idéia positiva em prol da qual ele se esforça, mas ao longo de seu próprio curso essa idéia passa

por uma transformação profunda (não apenas uma acomodação tática, mas uma redefinição essencial), porque a idéia em si é comprometida no processo, (sobre) determinada em sua materialização. (ZIZEK, 2013, p. 188)

Entendendo que o movimento pode mudar em seu curso diante das perspectivas para a resolução de suas reivindicações primárias, Zizek aponta que “a idéia liberal-pragmática é que os problemas podem ser resolvidos gradualmente um a um” de acordo com sua prioridade. Ou seus membros podem perceber que para obter seus objetivos é necessário um “algo a mais”. Então lança a problemática diante da “premissa subjacente” que acha ser viável conquistar suas reivindicações diante do capitalismo atual. E lança o questionamento, “Mas e se os problemas de funcionamento do capitalismo, em vez de distúrbios acidentais, forem estruturalmente necessários? ” (ZIZEK, 2013, p. 189)

Em relação ao uso das Redes sociais na internet para a convocação das manifestações, entendemos que estas criam um imenso espaço cada vez mais em expansão. A vida no plano real não deixa de acontecer, independente da internet, no entanto podemos perceber uma nova geração de pessoas cada dia mais conectadas, tendo sua vida e formas de agir influenciados pela rede mundial de computadores. O sociólogo espanhol Manuel Castells expõe:

É precisamente devido a sua diversificação, multimodalidade e versatilidade que o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais. (CASTELLS, 1999, p.461).

Divulgar através das redes vem sendo uma opção comum da contemporaneidade, tendo em vista que o ciberespaço quebra as barreiras geográficas o que facilita as mobilizações com um maior número de pessoas, e em um curto espaço de tempo. Isso não significa que se abandonaram a lógica militante que consiste em recrutar e militar artesanalmente também. Pois seria muito mais complicado mobilizar pessoalmente um a um, explicar, convencer e recrutar grande quantidade de pessoas para as causas defendidas e fazer propaganda. Vários movimentos vêm utilizando as redes como meio de melhorar sua comunicação, agregando adeptos e recrutando para suas causas. Através de Grupos e Comunidades na internet é possível aglutinar e fidelizar simpatizantes, assim como facilitar debates e fóruns acerca de possíveis ações.

Mas a internet é mais que um instrumento útil a ser usado porque está lá. Ela se ajusta às características básicas do tipo de movimento social que está surgindo na Era da Informação. E como encontram nela seu meio apropriado de organização, esses movimentos abriram e desenvolveram novas avenidas de troca social que, por sua vez, aumentaram o papel da Internet como sua mídia privilegiada. (CASTELLS, 2003, p.115)

Em Campina Grande (PB) aconteceu situação particular em relação a um pequeno grupo derrotado em uma Assembléia de mais de trezentas pessoas, que decidiram ocupar a Prefeitura municipal via *facebook*, mas na ação não participou ninguém. Enquanto quando se tomou a decisão política de ocupar a PMCG foi enfim ocupada na data marcada e de forma organizada.

Os movimentos sociais organizados como MST, ONG's e algumas Associações vêm utilizando dessa ferramenta para expandir e otimizar suas ações. Temos como exemplo de pioneirismo na utilização das redes sociais na Internet o Movimento Zapatista no México.

A utilização amplamente difundida da Internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações e sua causa a todo o mundo de forma praticamente instantânea, e estabelecerem uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala. (CASTELLS, 2000, p. 105)

Não temos espaço nesta dissertação para apresentar os relevantes polemias entre autonomistas neo-anarquistas e organizacionistas, sobre Estado e necessidade ou não de luta pelo poder político aberta na esquerda e nos movimentos sociais a partir da rica experiência do zapatismo, mas que mostra limites evidentes.

Percebemos que vem surgindo uma nova forma de se mobilizar, sem abandonar as anteriores, podemos dizer que são de fato um pouco fragmentadas, talvez devido às características próprias do ciberespaço que é segmentado, não-linear, e mutável constantemente. A Internet funciona como um meio de comunicação autônomo para esses movimentos, e podemos listar uma série de vantagens para os que a utiliza: uma maior flexibilidade em termos de organização, acesso a informações estratégicas, interação com simpatizantes e a sociedade civil, além de ser uma alternativa para os

meios de regulação tradicional que um Estado poderia tomar em relação a uma mobilização tradicional.

Neste sentido, falado o anterior, ressaltamos que não menosprezamos a força na divulgação de manifestações adquirida via internet, devido a sua grande capacidade de rápida disseminação. No entanto, entendemos as redes digitais como apenas uma das formas utilizadas para mobilizar, mas que não modifica a essência dos movimentos, apenas auxiliam na divulgação de suas ações, na medida que permitam as grandes empresas e Estados que controlam o ciberespaço.

Nesse segundo capítulo fizemos um breve relato expositivo da cronologia das ações das Jornadas de Junho, assim como do Movimento Passe Livre (MPL), a fim de ilustrar como se deu os protestos desde os primeiros atos contra o aumento das passagens de transportes públicos no Brasil. Realizada essa etapa, passamos para o terceiro capítulo onde faremos exposição da bibliografia acerca das manifestações de Junho 2013, e também apresentaremos a análise realizada na pesquisa sobre os protestos.

Capítulo 3

Breve análise bibliográfica sobre as manifestações de Junho 2013 e o MPL

1. Algumas obras realizadas sobre as Jornadas de Junho.

O presente Capítulo traz um breve levantamento sobre o que diz a bibliografia acerca das Jornadas de Junho acontecidas em 2013 no Brasil. A fim de ponderar o que foi analisado sobre o tema em questão por alguns autores, com intuito de podermos dar nossa contribuição para auxiliar na compreensão analítica destes acontecimentos. Neste ponto também faremos exposição das análises realizadas com a pesquisa, o que conseguimos captar qualitativamente acerca das Jornadas de junho 2013 e sobre o teor de sua pauta.

Realizamos o seguinte esclarecimento. Faremos neste balanço da literatura sobre o tema centralmente nos livros publicados. Por uma questão do necessário recorte na pesquisa para essa dissertação. Não incluímos aqui nem os jornais nem os panfletos dos diferentes grupos de esquerda partidária que participou das manifestações. Isso será objeto de uma pesquisa posterior sob o papel das esquerdas nas jornadas 2013, o que é um tema em si mesmo. Em síntese, se bem conhecemos os jornais de diferentes correntes nacionais do PSOL como por exemplo o *Combate Socialista*, da Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) ou os jornais do mês do Movimento de Esquerda Socialista (MÊS) que teve certo impacto numa parte da militância, o jornal *Opinião Socialista* do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), a imprensa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), *Palavra Operária*, nesse momento Jornal da Liga Estratégica Revolucionária – IV Internacional (LER-QI) - hoje Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT) impulsor do Jornal *Esquerda Diário* (ED) no Brasil, o jornal *Massas* do Partido Operário Revolucionário (POR), o jornal *A Verdade* do Partido Comunista Revolucionário (PCR), Liga Operária com o seu “A Nova Democracia”, entre outros não serão analisados de forma específica, nem seus posicionamentos nos diferentes sites da internet mas foram tomados em conta.

Em relação aos partidos de oposição de esquerda ao governo Dilma consideramos que esse tema é relevante, mas como afirmamos não será desenvolvido

nesta dissertação. Nos interessa sublinhar que uma heterogênea gama de partidos políticos que poderíamos considerar como oposição de esquerda participaram ativamente nas mobilizações. Para isso apresentaremos um quadro onde destacaremos o nome dos principais partidos políticos de esquerda que participaram das Jornadas de junho 2013, seu principal jornal e seu site na internet, já que não voltaremos a tratar deste tema.

Quadro 2 – Jornais e Sites dos principais partidos de oposição de esquerda ao governo Dilma¹⁰

PARTIDO POLÍTICO	JORNAL/REVISTA	SITE NA INTERNET / IDEOLOGIA
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	Movimento de Esquerda Socialista (MÊS) “Revista Esquerda Socialista” e Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) Jornal “O Combate”	http://www.psol50.org.br/ MÊS e CST são variantes do trotskismo morenista, em referência as ideias do dirigente Nahuel Moreno.
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)	Opinião Socialista	http://www.pstu.org.br/ Outra das variantes do trotskismo morenista.
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	O Poder Popular	http://pcb.org.br/portal2/ Neste período histórico na tentativa de sua reconstrução revolucionária sem abandonar elementos democrático-populares.
Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI) depois Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT)	Palavra Operária Jornal Esquerda Diário	http://www.palavraoperaria.org/ http://www.esquerdadiario.com.br/ Trotskistas formam parte da Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI) sendo o partido mais importante desta o Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS) da Argentina.
Partido Operário Revolucionário (POR)	Massas	http://pormassas.org/ Trotskistas-loristas
Partido Comunista Revolucionário (PCR)	Jornal A Verdade	http://pcrbrasil.org/ Stalinistas-maoístas
Liga Operária (LO)	A nova democracia	http://www.ligaoperaria.org.br/1/ Stalinistas-maoístas

Fonte: Elaboração própria

¹⁰ Excluímos as forças políticas como o PT, o PCdoB, a Consulta Popular (CP) e movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), se bem podem ser considerados por alguns como forças políticas e sociais de esquerda num sentido muito amplo, estiveram mesmo participando em geral mais preocupados por defender o governo das mobilizações que por tentar que está se desenvolva.

Tampouco desenvolveremos a questão específica nem dos *Black Blocs*, nem das diferentes correntes anarquistas que participaram das jornadas. Enfim e por contraposição si bem a direita participou de diversas formas nas mobilizações tentando hegemonizar e com certa força por exemplo nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, assim como em outras cidades, tampouco serão objeto de nossa análise.

Muitos estudiosos do tema movimentos sociais e sobre a sociedade escreveram e analisaram as manifestações, alguns fizeram estudo sobre a dinâmica dos protestos, ou seja, como se deu o processo das ações em si, o que se repetiu e as novidades; outros teóricos analisaram a participação ‘em massa’ das pessoas nas jornadas em todo o país; e alguns ponderaram sobre a questão conjuntural, analisando assim o governo, a sociedade e seu sistema político então vigente no desenvolver dos movimentos até as Jornadas, essas últimas análises se aproximam mais do nosso intuito com o este trabalho que é ter uma visão mais geral da conjuntura social, a fim de compreender os reais motivos das manifestações. Além de expor alguns pontos em comum com outros movimentos mundiais recentes, a exemplo da Primavera Árabe e *Occupy Wall Street*, como a divulgação e convocação via redes sociais, ausência de partidos e sindicatos, ocupação de avenidas e/ou praças, as ações diretas, dentre outras.

Para auxiliar nessa compreensão utilizamos algumas análises presentes em obras produzidas exclusivamente sobre as manifestações de Junho, como uma das mais conhecidas *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, organizada pela Editora Boitempo e Carta maior, e na ficha catalográfica consta Ermínia Maricato, publicada ainda no ano de 2013, faz referência à obra *Rebel Cities: From the Right to the City to the urban Revolution (2012)*, de David Harvey.

Cidades Rebeldes é uma obra que traz uma coletânea de artigos contando com teóricos nacionais e de outros países, ao todo são 18 autores, Carlos Vainer, David Harvey, Ermínia Maricato, Felipe Brito, João Alexandre Peschanski, Jorge Luiz Souto Maior, Leonardo Sakamoto, Lincoln Secco, Mauro Luis Iasi, Mike Davis, Pedro Rocha de Oliveira, Raquel Rolnik, Ruy Braga, Silvia Viana, Slavoj Zizek, Venício A. de Lima, Paulo Eduardo Arantes e Roberto Schwarz; contando também com textos do próprio MPL e apoio da Mídia Ninja com registros fotográficos.

Utilizamos também algumas outras obras a exemplo do livro *20 Centavos: a luta contra o aumento* publicado também no ano de 2013, que tem como autores Elena Judensnaider, Luciana Lima, Pablo Ortellado e Marcelo Pomar; o livro *Jornadas de Junho - A revolta popular em debate* publicado em 2014 tem como organizador Plínio

de Arruda Sampaio Jr.; *Por trás da máscara – do passe livre aos Black blocs, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* publicado no ano de 2015, dentre outras que serão apresentadas também em um quadro para ilustrar todas as obras que utilizamos. Nesse capítulo fizemos uma exposição do que foi colocado por alguns teóricos, estudiosos e comentadores das manifestações, de uma forma mais geral, procurando abordar os principais pontos que foram identificados nas análises das Jornadas de junho.

Nosso recorte focará em seis livros com quase uns sessenta autores já que entendemos que é representativo da produção acadêmica sobre o tema. Logo abaixo, no Quadro 3 expomos seis obras publicadas entre os anos de 2013 e 2015 e os autores que apresentam interpretações acerca das jornadas.

Quadro 3. Obras e autores utilizados sobre as manifestações de Junho 2013 no Brasil

OBRA	AUTORES	ANO (Publicação)
<i>Movimentos em Marcha</i>	Alexandre Abdo, Alexandre Youssef, Bruno Cava, Bruno Torturra, Cláudio Prado, Elton Flaubert, Felipe Corrêa, Fábio Maleronka Ferron, Gavin Adams, Giuseppe Cocco, Henrique Z.M. Parra, Henrique Carneiro, Ivana Bentes, José Celso Martinez Correa, José Arbex Jr., Leo Vinicius, Pablo Ortellado, Renato Rovai, Rodrigo Savazoni, Silvio Rhatto, Thiago Skárnio.	2013
<i>Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil</i>	Carlos Vainer, David Harvey, Ermínia Maricato, Felipe Brito, João Alexandre Peschanski, Jorge Luiz Souto Maior, Leonardo Sakamoto, Lincoln Secco, Mauro Luis Iasi, Mike Davis, Pedro Rocha de Oliveira, Raquel Rolnik, Ruy Braga, Silvia Viana, Slavoj Zizek, Venício A. de Lima	2013
<i>Jornadas de Junho: repercussões e leituras</i>	Cidoval Moraes de Sousa e Arão de Azevêdo Souza (organizadores)	2013
<i>20 Centavos: a luta contra o aumento</i>	Elena Judensnaider, Luciana Lima, Pablo Ortellado e Marcelo Pomar	2013
<i>Jornadas de Junho - A revolta popular em debate</i>	Maria Orlanda Pinasse, Mauro Iasi, Miltom Pineiro, Pedro Arantes, Plínio Arruda Sampaio Jr (org.), Ricardo Antunes e Ruy Braga.	2014
<i>Por trás da máscara – do passe livre aos Black blocs, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil</i>	Flavio Morgenstern	2015

Fonte: Elaboração própria com base nas obras utilizadas na análise realizada e ao longo da pesquisa.

Sobre o que foi considerado como novidade nas manifestações e apontado por alguns teóricos, temos o uso da internet e das redes sociais para divulgar e convocar os protestos. Mas, para Lincoln Secco, historiador e professor da USP, em seu artigo “As Jornadas de Junho” em *Cidades Rebeldes*, ressalta que “Apesar de a maioria dos jovens manifestantes usarem a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação” (SECCO, 2013, p.17).

É importante entender que as redes sociais não garantem a inclusão, estas se encontram no marco de uma divisão social do trabalho na sociedade capitalista. Talvez por essa e outras razões vimos surgir paralelo às manifestações algumas alternativas de mídias, a fim de fidelizar as ações como elas realmente estavam acontecendo, e também dar voz aos movimentos populares em questão, que sempre são silenciados pela grande imprensa, tornando-se apenas nota em uma página qualquer, ou até mesmo são deturpados a partir do editorial da mídia.

A exemplo dessa alternativa apresentou-se o coletivo Mídia NINJA (Narrativas Independentes Jornalismo e Ação) que veio com o movimento Fora do Eixo (FdE), que se intitula como sendo uma rede político cultural de coletivos. Criado desde 2006, o FdE se articula promovendo eventos culturais nos estados que ficam de fora do “circuito hegemônico da cultura brasileira”¹¹. Vários integrantes da Mídia NINJA fazem parte do Fora do Eixo, mas as duas redes possuem estruturas distintas e objetivos específicos. A mídia Ninja fez a cobertura e transmissão em tempo real da Jornadas de Junho 2013, e publicavam na internet onde as pessoas podiam ter acesso e ter uma noção do que realmente estava acontecendo nos protestos. As transmissões eram feitas em grande parte por celulares e dispositivos 4G, sem um roteiro pré-definido.

Outra novidade apontada nas manifestações foi a questão da não existência de líderes diretos a frente dos protestos, nem de partidos fazendo parte da organização direta, assim como era em algumas cidades reprimido o uso de bandeiras partidárias ou de outros movimentos políticos que não fosse próprio das Jornadas de Junho, ou que tivesse a ver com a reivindicação principal.

Historicamente, e, em sua maioria, os protestos eram realizados por movimentos sociais consolidados, ou sob direcionamento de “instituições” de mobilização e representação, a exemplo dos sindicatos, partidos políticos ou outras associações. Também eram realizados por partidos de esquerda, no Brasil em grande proporção pelo

¹¹ Informações retiradas do site da Mídia Ninja <<https://ninja.oximity.com/>> e no site do Fora do Eixo <<http://foradoeixo.org.br/>> (Acesso em 20/01/16)

Partido dos Trabalhadores (PT), desde os últimos anos da ditadura e durante um longo período político no país, até seu representante mais relevante chegar à presidência da república, como já foi apresentado. A figura do líder estava sempre presente nos protestos, em suas mais variadas reivindicações e causas.

Os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como reprodutores da História, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos”. (REZENDE, 1985, p. 38, apud SCHERER-WARREN, 1993, p. 51)

Venício A. de Lima, sociólogo e jornalista, em seu texto “Mídia, rebeldia urbana e crise de representação” publicado na obra *Cidades Rebeldes*, diz que não podemos ignorar a importância do papel da cultura política hegemônica que desqualifica a política.

[...] a construção de uma cultura política que desqualifica sistematicamente as instituições políticas e os próprios políticos. Mais importante: não se podem ignorar os riscos potenciais para o regime democrático quando é essa a cultura política que prevalece. (LIMA, 2013, p. 161 e 162)

Junto com a ausência de líderes nos protestos e com a crise de representação na política então vigente, eis que surge a bandeira do apartidarismo presente nas manifestações de junho em todo o país.

Pela sua vez, Raquel Rolnik, professora da USP, em seu texto “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações” coloca que no Brasil a agenda da reforma urbana foi relegada a segundo plano, para não dizer completamente esquecida pelo “poder político dominante”. E ressalta,

Isso se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente. (ROLNIK, 2013, p. 12 e 13)

Com a total investida do governo nas facilitações de crédito para aquisição de moradias e também as baixas taxas de juros, e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a indústria automobilística, aumentando assim a compra de carros com objetivo de subsidiar as empresas. E conseqüentemente contribuiu para uma situação ainda mais caótica para a mobilidade urbana, o trânsito piorou consideravelmente com o inchaço das vias com automóveis. De acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) o número de carros nas cidades aumentou 1,5 vez em 10 anos, a frota de carros cresceu 44%, entre os anos de 2003 e 2013.

O próprio Movimento Passe Livre, que inicialmente convocou e organizou as manifestações, ressalta no livro *Cidades Rebeldes* que “O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas”. Assim o MPL “deixa de se limitar às escolas, para adentrar em bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultura, e saúde, entre outros.” (MPL, 2013, p. 26).¹² Para muitos estudiosos do tema e, principalmente, para os manifestantes o transporte é tido como direito fundamental para efetivação de outros direitos, garantindo acesso aos demais serviços públicos.

Leonardo Sakamoto, doutor em ciência política pela USP e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em seu artigo “Em São Paulo, o *Facebook* e o *Twitter* foram às ruas”, ressalta que protestos como os que aconteceram com as Jornadas de Junho e tantos outros como as ocupações de prédios abandonados pelos sem-teto, ocupações de reitorias feitas por estudantes, dentre outras, “Todas têm um objetivo muito maior do que obter concessões de curto prazo”. Isto consideramos relevante. Sakamoto acrescenta:

Os problemas enfrentados pelos movimentos urbanos envolvidos nesses atos políticos não são pontuais, mas sim decorrência de um modelo de desenvolvimento que, enquanto explora o trabalho, concentra a renda e favorece classes de abastados, ou deprecia a coisa pública (quando ela não se encaixa em seus interesses) ou a privatiza (quando ela se encaixa). (SAKAMOTO, 2013, p. 173)

Outra questão que foi presente nas Jornadas e apontada pelos autores, foi a presença da tropa de choque da Polícia Militar (PM) na maioria dos protestos (em todo

¹² MOVIMENTO PASSE LIVRE – SP. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo.** In: MARICATO, Hermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, pp. 21-31.

o país), para não dizer em todos os protestos. Com a PM, conseqüentemente percebemos em sua ação o uso da violência física na intenção de conter os manifestantes de forma truculenta. Para Lincoln Secco “O papel da interpretação da violência foi decisivo” (SECCO: 2013, p. 127)

Mas, segundo o pesquisador e professor da UFRJ Mauro Luis Iasi, também dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), coloca em seu texto “A rebelião, a cidade e a consciência” que o governo estava tão confiante na passividade que tinha sido agregada aos movimentos sociais que a presidenta Dilma Rousseff transferiu para Junho o aumento das passagens que seria lançado em janeiro, a fim de tentar disfarçar a inflação. Realmente os governos acreditavam que a população passaria inerte perante esse aumento diante da Copa das Confederações, pois estariam torcendo pela seleção brasileira e não daria importância aos protestos contra o aumento.

No entanto, a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo corria bem em nosso país. Não era mais possível manter o real como impossibilidade sem ameaçar a continuidade da vida. A forma da explosão é compreensível. O caminho escolhido pelo ciclo do PT e sua estratégia desarmou a classe trabalhadora e sacrificou sua independência pela escolha de uma governabilidade de cúpula na qual a ação política organizada da classe jamais foi convocada. O resultado do governo de coalizão de classes promovido pelos governos petistas não foi o esperado, isto é, um acúmulo de forças que diante da impossibilidade de uma alternativa socialista, deveria gerar uma democratização que prepararia terreno para futuros avanços. O acordo com a burguesia na cúpula produziu na base social uma reversão na consciência de classe e uma inflexão conservadora no senso comum. (IASI, p. 81 e 82)

Por sua vez, no mesmo livro Carlos Vainer, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR) da UFRJ, em seu texto “Quando a cidade vai às ruas” coloca que há uma conexão entre os protestos e o contexto instalado a partir dos investimentos do governo para os megaeventos então em pauta (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016)

De um lado, a repressão brutal e a rapidez com que a mídia e governos tentaram amedrontar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido à Copa das Confederações. (VAINER, 2013, P 65)

Com todo o levante de milhares de brasileiros reivindicando a rejeição dos aumentos das tarifas dos transportes públicos, foi também realizado tendo em consideração o papel da mídia hegemônica, onde os meios de comunicação seguem o editorial de seus conglomerados empresariais e acionistas. O que podemos perceber durante as manifestações foi uma ‘guerra de significados’, que tem relação com intenções materiais, onde adjetivos iam incorporando uma certa imagem ao movimento de forma aleatória e aparentemente intencional, ora tidos como pacíficos, ora como baderneiros. O relevante é que a mídia hegemônica depois de criminalizar os protestos tenta pautá-los, mas fracassou na tentativa, isso mostra a profundidade da crise de representação.

A socióloga Silvia Viana faz uma retrospectiva da reação da imprensa nacional sobre as manifestações, no momento em que aconteciam. Uma das reações mais visíveis e dignas de observação foi a do apresentador do telejornal *Brasil Urgente*¹³, José Luiz Datena, que fazia questão de rechaçar ao vivo as manifestações como sendo uma baderna, e que protestos só são legítimos quando não atrapalham a “ordem”, para o ex-comentarista esportivo os protestos só são legítimos quando não se protesta. O programa elaborou uma enquete como sempre fazem, para saber se os telespectadores eram a favor desse tipo de protesto. E no resultado os números apareceram a favor das manifestações, e o apresentador sem acreditar no retorno do público com a enquete sugerida, reformulou a pergunta pedindo para que as pessoas voltassem a responder. A segunda pergunta era ‘Você é a favor de protesto *com baderna?*’, e a resposta volta a ser favorável aos protestos. Depois das duas tentativas de manipular a notícia sobre as manifestações, Datena que não se caracteriza por atitudes democráticas assim como o Programa que apresenta, se rende ao resultado e diz que acha que o povo está apoiando os protestos porque realmente estão cansados com a situação do país, e não querem o aumento das tarifas dos transportes. (VIANA, 2013, p. 97 e 98).

Os manifestantes em certo momento gritavam que “o gigante acordou”, parece que Datena demorou mais para “acordar” em relação às pretensões populares.

Segundo Viana, as Jornadas de Junho não foi a primeira vez que os jovens foram às ruas recentemente no centro da capital SP. “Em outubro de 2012, aproximadamente 10 mil pessoas tomaram a Praça Roosevelt, no centro da capital, para o ato *‘Existe amor*

¹³ O telejornal Brasil Urgente é apresentado na TV Band, e vai ao ar de segunda à sábado a partir das 16:15h.

em São Paulo”’. (VIANA, 2013, p. 99). O evento foi organizado por coletivos ligados à produção cultural, “foi uma espécie de síntese da forma pela qual a cidade vinha sendo reivindicada”.

Para o cientista político João Alexandre Peschanski a pauta da Tarifa Zero sugerida pelo MPL, que propõe o transporte público gratuito, também faz parte de uma “agenda de transformação ecossocialista”. Já que induz também a redução de automóveis particulares nas vias, contribuindo para a diminuição do uso excessivo de combustíveis poluentes como solução também para a crise ecológica, além de reunir valores que propõem uma alternativa social ao capitalismo. “De acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), de janeiro a maio de 2013 foram vendidos 1,4 milhão de carros, 8,8% a mais do que no mesmo período no ano anterior”. (PESCHANSKI, 2013, p.109)

A fim de conseguir cada vez mais consumidores, as exigências das montadoras para o governo é que sejam reduzidos os impostos e que se tenha mais facilidade no crédito para compradores.

O Movimento Passe Livre (MPL), que convocou os primeiros protestos, não é apenas uma reação a uma política de aumento de tarifas dos transportes públicos, ocorrida simultaneamente em várias localidades. Não dá para entender a relevância das mobilizações de junho – que se iniciaram com uma passeata de cerca de 4 mil pessoas em São Paulo no dia 6 e, duas semanas depois, já somavam 1,4 milhão de pessoas em pelo menos 120 cidades – sem levar em consideração que não começaram como protestos “contra” algo, mas como uma expressão coletiva “a favor” de algo. O MPL colocou na pauta da discussão política a proposta da tarifa zero, isto é, do transporte público gratuito. (PESCHANSKI, 2013, p. 106)

Peschanski acredita que o passe livre não é uma proposta incompatível com o capitalismo, muito pelo contrário, o sistema público de transporte viabiliza e contribui para a reprodução capitalista.

Os usuários de transporte público beneficiam toda a sociedade, pois mantêm baixos os custos sociais relacionados ao transporte (poluição, trânsito). Beneficiam até mesmo as pessoas que não usam o transporte público. Cobrar tarifas pelo uso do transporte público é, então, uma injustiça econômica: por mais que o serviço beneficie a todos, só uma parcela dos beneficiados paga por ele. De certo modo, cobrar pelo transporte público se torna uma exploração dos usuários pelos não usuários. Os gastos do sistema de transporte coletivo deveriam ser partilhados pelos beneficiados, ou seja, divididos entre todos os cidadãos. (PESCHANSKI, p. 108 e 109)

Mas, segundo o autor, tudo isso “se coloca como um desafio aos interesses de grupos capitalistas poderosos”, ou seja, o real obstáculo para a efetivação da tarifa zero está ligado “às relações de poder no capitalismo”. Pela mesma razão, mesmo sendo uma reivindicação progressiva das mobilizações as empresas não abriram seus livros contábeis. Para atingir esse objetivo, o Passe livre, é necessária uma “modificação no modo como interesses econômicos dominantes se expressam na prestação desse serviço básico”.

Há controvérsias inerentes à atuação das organizações progressistas tradicionais em torno do passe livre. Por mais que possam reconhecer a desejabilidade e a viabilidade da proposta, algumas centrais sindicais e partidos de esquerda institucionalizados podem considerar que o embate com os grupos capitalistas que têm interesse na preservação do modelo de transportes tal qual existe atualmente cria custos políticos e até econômicos elevados demais e, portanto, não é justificável. Enfrentar o equilíbrio político, supraclassista e suprapartidário, que sustenta a sociedade do automóvel é um dos principais desafios dos movimentos sociais que se organizam em torno da reivindicação do transporte público gratuito. (PESCHANSKI, p. 111 e112)

Para Lincoln Secco nas Jornadas de Junho de 2013 a “perplexidade adveio da manifestação puramente política”, mesmo sendo deflagrada pelos aumentos das tarifas dos transportes públicos. É fato que elas baixaram em mais de cem cidades e, ainda assim, os manifestantes seguiram com os protestos. “Segundo a *Folha de S. Paulo*, 84% dos manifestantes paulistas no dia 17 de junho não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos. Pessoas com ensino superior eram 77%.” Os dados revelam que desde 1992 não havia protestos nessas proporções no país, por isso era a primeira vez desses jovens manifestantes. Além disso, a “preferência partidária sempre foi baixa no Brasil, embora tenha se revelado ainda menor na pesquisa citada” (SECCO, 2013, p. 124)

O mesmo autor ainda coloca que essas formas de mobilizações são novas, diante do que se tinha no país até então. Trouxeram novidades tanto na forma de convocação como nas suas ações.

Não tem carros de som nem palanques com oradores. Mas aqui reside a apropriação farsante da atuação do autêntico MPL, pois os locutores daqueles que expulsaram as esquerdas das ruas são invisíveis. Seu palanque é, entre outros, os programas da cobertura televisiva cuja audiência cresceu acompanhando os protestos. Desde que depurada dos “vândalos”, a passeata torna-se aceitável. Apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de

comunicação. A internet é *também* um espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela “inteligência” dos governos. (SECCO, 2013, p. 126)

Continuando com esta argumentação de Secco que consideramos relevante, ele afirma que durante a manifestação do dia 20 de junho “a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam”. Até então teriam atingido o maior número de participantes no país, mas a partir daí esse número começou a cair. “A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara partidário se tornava então *antipartidário*”. (SECCO, 2013, p. 128)

Simultaneamente à mudança ideológica e à fragmentação da pauta das reivindicações dos protestos, ocorreu uma interiorização das manifestações. (SECCO, 2013, p.130)

Utilizamos aqui mais um gráfico do livro *Cidades Rebeldes* a fim de ilustrar o número de participantes em São Paulo, que foi a principal cidade com maior concentração de manifestantes durante as Jornadas, e que permaneceram mesmo depois que o aumento das tarifas dos transportes foi revogado.

Segundo Secco, a “abrangência geográfica dos protestos cresceu e se manteve em patamar elevado mesmo depois de uma queda mais abrupta do número de manifestantes”, principalmente em São Paulo, como observamos um pouco mais a continuação no Gráfico 3 desta dissertação.

Gráfico 3 – Quantidade de manifestantes em São Paulo

Fonte: Livro *Cidades Rebeldes* (2013, p. 127)

O sociólogo da USP Ruy Braga, em seu texto “Sob a sombra do precariado”, defende a hipótese que as jornadas representam um “processo de mobilização do proletariado precarizado”, parcela da população que ele chama de “precariado” que são “trabalhadores desqualificados e semiquilificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho”, parcela também formada por jovens que estão em busca do primeiro emprego, além de conter trabalhadores que acabaram de sair da informalidade e trabalhadores sub-remunerados.

A questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais é chave para interpretarmos a maior revolta popular da história brasileira. Desde os anos 1950, o proletariado precarizado mobiliza-se pela ampliação dos direitos da cidadania. O PT e a CUT descendem diretamente da habilidade do proletariado precarizado brasileiro de transitar muito rápido da aparente acomodação política à intensa reivindicação por direitos. Um processo semelhante parece estar acontecendo agora. Pesquisa da empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade

média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. Dados colhidos em Belo Horizonte apontam na mesma direção. (BRAGA, 2013, p. 144 e 145)

Pela sua vez Ermínia Maricato, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), na obra *Cidades Rebeldes*, em seu texto “É a questão urbana, estúpido!”, fala que a vida nas cidades do Brasil tem piorado muito desde os últimos anos da década passada, e também ressalta que vivemos uma “urbanização dos baixos salários” assim como vivemos a industrialização dos baixos salários.

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença. (MARICATO, 2013, p. 33)

Mike Davis, professor do departamento de História da Universidade da Califórnia (UCLA) no texto “Estrada de metal pesado”, em *Cidades Rebeldes*, faz um relato do caos urbano que também se vive no trânsito do sul da Califórnia, devido ao altíssimo número de veículos particulares, sendo considerado um dos piores dos Estados Unidos. A direita local culpa os imigrantes ilegais pelos engarrafamentos, mas Davis ressalta “[...] o verdadeiro motor do congestionamento é a expansão e inflação imobiliária, não a demografia” (DAVIS, 2013, p. 90)

Na busca por moradias mais baratas e mais distantes da violência dos centros urbanos, milhares de famílias tendem a fixar-se cada vez mais longe de seus empregos, rendendo cerca de três horas por dia de ida e volta de casa para o trabalho. As rodovias da Califórnia que antes eram tidas como exemplo, estão agora com buracos e descuidadas, esquecidas pelo governo.

A incapacidade do sistema político local para deter a violência, controlar a expansão imobiliária ou investir em transportes coletivos eficientes assegura que o vasto estacionamento em que se transformou a malha viária do sul da Califórnia fique ainda mais lotado na próxima geração. [...]. De fato, os estrategistas regionais temem que o aumento previsto de 30% no volume de tráfego vá estrangular, literalmente, a

décima segunda economia do mundo. Até que os transportes coletivos futuros consigam resolver alguma coisa, o sul da Califórnia estima perder miríades de postos de trabalho e de moradores de classe média para áreas metropolitanas com menos congestionamentos, rotas de traslado mais curtas e melhor qualidade de vida. (DAVIS, 2013, p.91)

No Brasil podemos observar tamanho descaso também não só com o sistema de transportes públicos, mas também como o abandono das rodovias e estradas em alguns estados, além da falha na gestão de trânsito, criando um caos urbano com engarrafamentos quilométricos, em grandes capitais como São Paulo (SP).

No texto “Territórios transversais”, Felipe Brito que é doutor em Serviço social pela UFRJ e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), junto com Pedro Rocha de Oliveira mestre e Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), trazem questões sobre a periferia brasileira e suas lutas, assim como a continuidade nas condições de exclusão cada vez mais acentuadas para as populações mais pobres. Os autores ressaltam,

Afinal, do binômio matricial industrialização-urbanização no capitalismo periférico e escravocrata brasileiro não saiu um pacto redistributivo entre capital e trabalho, com integração social pela via dos direitos, tampouco uma reforma urbana que revertesse a secular expropriação e segregação sócioespacial. (BRITO E OLIVEIRA, 2013, p 116)

Para Brito e Oliveira, o Brasil segue essa trajetória que foi comum no Terceiro Mundo, tendo prejudicada a continuidade dos planos de desenvolvimento nacional, e ressaltam:

[...] num cenário de formação generalizada de bolhas financeiro-especulativas, e toda a sorte de endividamentos públicos e privados, que tornaram regra a cega “fuga para a frente” do capitalismo. Nesse contexto, para grande parte da secular massa de empobrecidos, o registro de “exército industrial de reserva” deixou de ser categoricamente adequado: tratar-se-iam, doravante, de supérfluos, sobrantes, descartáveis, lançados permanentemente no desemprego estrutural e na informalidade. Era o fim da década de 1980, e a potência social criativa era abortada pela emergência do neoliberalismo. (BRITO E OLIVEIRA, 2013, p. 119)

Jorge Luiz Souto Maior, jurista e professor de direito da Universidade de São Paulo (USP), em seu texto “A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais”, ressalta a legitimidade e legalidade de movimentos sociais como

as manifestações de Junho 2013. Souto Maior coloca ser inconcebível a forma de repressão utilizada contra os protestos e qualquer forma de reivindicação na sociedade, diante das atuais condições precárias a que os trabalhadores são condicionados. Diz ainda que esses movimentos não estão contrários às leis, estas que por sinal podem vir a ser contestadas diante de possível execução errônea.

Assim, o direito social depende da vivência concreta da democracia política para que as pessoas excluídas do sistema econômico ou incluídas numa lógica de exploração possam se organizar para questionar criticamente a realidade, expondo publicamente os seus problemas e reivindicando as soluções necessárias. É assim, por conseguinte, que os movimentos sociais são acolhidos pelo direito de forma a tornar juridicamente válida – e, portanto, legítima – a sua manifestação e o seu inconformismo diante da injustiça identificada, sendo, portanto, a “criminalização” dos movimentos sociais apenas um método do já superado direito liberal. (MAIOR, 2013, P 154)

O livro *20 Centavos: a luta contra o aumento* publicado em 2013, dos autores Elena Judensnaider, Luciana Lima, Pablo Ortellado e Marcelo Pomar, resgata a origem do MPL trazendo também reportagens e artigos sobre as manifestações de Junho 2013 no Brasil. Com intuito de registro histórico-documental a obra traz contribuições inclusive de um dos organizadores do MPL, Marcelo Pomar que fez a introdução da obra. O livro também traz depoimentos de representantes dos mais variados setores que foram protagonistas e coadjuvantes no processo das manifestações, sugere também reflexões sobre o futuro do movimento.

Já na obra *Jornadas de Junho - A revolta popular em debate* lançada em 2014, Plínio de Arruda Sampaio Júnior dá sua contribuição “As manifestações de junho foram o resultado de uma sequência de acontecimentos que transformaram a forte insatisfação latente da população com as péssimas condições de vida numa revolta urbana de proporções inusitadas.” (SAMPAIO JR, 2014, p. 86) O autor ainda acrescenta,

Para a juventude que enfrentou a repressão, o saldo das ‘Jornadas de Junho’ foi francamente positivo. A redução das tarifas significou uma vitória objetiva e tangível que beneficiou o conjunto da população. A reconquista do direito à manifestação representou importante contraponto ao processo de criminalização das lutas sociais, em progressão há mais de uma década. (SAMPAIO JR, 2014, p. 91)

Ricardo Antunes, professor de Sociologia da Unicamp, no livro *Jornadas de Junho - A revolta popular em debate* elaborou um texto intitulado “As Rebeliões de

Junho 2013”, como se intitula seu texto. Antunes defende que esses protestos foram pluri-ideológicos, com certa disputa entre setores da direita e da esquerda. E ainda ressalta que os partidos de esquerda e suas bandeiras estavam presentes no início das manifestações, mas com a chegada da direita nos protestos inclusive o MPL se afasta dos atos pela postura da direita em tentar expulsar os manifestantes representantes de partidos e movimentos de esquerda, centralmente em São Paulo e Rio de Janeiro.

[...] as manifestações se ampliaram e se tornaram policlassistas, com setores da classe média conservadora; setores aparentemente apolíticos; setores mais politizados; setores da periferia, como o Movimento Periferia Viva e dos Trabalhadores Sem Teto; se ampliando também para as estradas contra os pedágios e com os episódios dos caminhoneiros etc., além do novo proletariado de serviços, ao qual nos referimos anteriormente e que vive seu cotidiano nas periferias das grandes cidades e depende do transporte público. (ANTUNES, 2014, p. 27 e 28)

A obra *Jornadas de Junho: Repercussões e leituras*, foi lançada em 2013 pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), com organização dos professores do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Paraíba (UEPB), Cidoval Morais e Arão de Azevedo. O livro é uma coletânea de textos de estudiosos do tema movimentos sociais a nível local e regional, e foi feito exclusivamente acerca das Manifestações ocorridas no Brasil em Junho 2013. A obra conta com 15 textos e tem participação de 16 autores que fizeram suas análises sobre as Jornadas, inclusive algumas em forma de verso tendo participação inclusive de Oliveira de Panelas, poeta e premiado como Melhor Repentista do Brasil em 1997.

Todas estas interpretações são importantes, mas não focam no objeto mais específico dessa dissertação, por se tratar de um livro mais jornalístico, pode servir a partir de elementos descritivos, mas não analíticos.

Outros comentadores das Jornadas de Junho se colocaram de certa forma contra as manifestações, a exemplo do jornalista Flavio Morgenstern que escreveu o livro *Por trás da máscara – do passe livre aos Black blocs, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* que foi publicado em 2015. Morgenstern acredita que tudo nas manifestações foi premeditado, inclusive a reação da violência policial que de certa forma estimulou a adesão das pessoas aos protestos. E ele vai ainda mais longe, coloca que inclusive o livro *Movimentos em Marcha: Ativismo, cultura e tecnologia* lançado no

início do ano de 2013, foi escrito para mobilizar o povo, tal qual o Manifesto Comunista.

Morgenstern demonstra em suas colocações, na obra supracitada, ser de uma linhagem mais conservadora e à direita com ‘força’, pois em toda a obra parece desqualificar as jornadas de junho e de certa forma negar sua importância histórica para o país. Isto deixa transparecer as limitações analíticas do autor a partir de seus preconceitos ideológicos. O problema não é elaborar um texto programático e de agitação, esse tipo de texto deve existir em diferentes momentos históricos. O tema é entender como esses textos podem ter uma intervenção real na luta de classes e porquê. O Manifesto do Partido Comunista, publicado no ano de 1848 no início das revoluções que durante dois anos sacudiram a Europa de 1848-1850 com guerra civil, é a expressão da ruptura de aliança entre burguesia e proletariado. O proletariado se apresenta pela primeira vez de forma autônoma na cena política e demonstra que já tem condições não só de lutar contra a burguesia que são inimigos de seus inimigos, senão que é possível lutar contra seus verdadeiros inimigos a burguesia no capitalismo. Uma coisa é realizar uma comparação geral como fazemos na Introdução deste trabalho acerca da Primavera dos Povos, outra coisa é comparar qualitativamente como afirma Morgenstern. Para isso é preciso muitas coisas entre elas uma situação revolucionária o que entendemos que não vivenciou o Brasil em Junho de 2013.

No ano de 2014, foi lançado o filme *Junho - O mês que abalou o Brasil*, do diretor João Wainer, produzido com imagens reais das manifestações de 2013. A produção reúne depoimentos dos participantes dos protestos e organizadores do MPL, além de conter depoimentos de alguns estudiosos acerca das Jornadas.

Uma das primeiras declarações no filme é de uma das organizadoras MPL-SP, a Nina Capello que defende “O MPL é um Movimento social, horizontal, autônomo e apartidário, que luta por um transporte verdadeiramente público.”

No documentário também conta com o depoimento do cientista político Marcos Nobre que defende: “Organizações como o movimento passe livre, da maneira que eu vejo, são movimentos que não são dirigidos primariamente ao Estado. Fala da sociedade para a sociedade”. Entendemos que sim, que o movimento fala para a sociedade, mas é inegável que além disso é um movimento político porque possuem relação de força ao Estado. Se bem que estes construíram muitas vezes em termos corporativos, mas nossa tendência é concordar com a afirmação de Lowy que apresenta que de fato algumas de

suas propostas são transicionais. Em síntese reconhecem o Estado para o confronto da luta, mas não é um movimento de disputa pelo poder político do Estado.¹⁴

Para finalizar esse ponto, lembramos que as Jornadas de Junho foram comparadas a outras manifestações que vinham acontecendo em vários países. Esses protestos traziam algumas características em comum, como já foram tratadas no capítulo anterior. Mas segundo o filósofo esloveno Slavoj Žižek, deve-se evitar o essencialismo, pois não existe um único objetivo ‘real’ almejado e defendido pelas manifestações, que seja capaz de acabar de vez com mal-estar generalizado.

O que a maioria dos manifestantes compartilha é um sentimento fluído de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares. (...) a luta pela interpretação dos protestos não é apenas ‘epistemológica’; a luta dos jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta ‘ontológica’, que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos. Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam: é apenas uma luta contra a administração de uma cidade corrupta? Contra o regime islâmico autoritário? Contra a privatização dos espaços públicos? O desfecho dessa situação está em aberto, e será resultado do processo político atualmente em curso. (ŽIZEK, 2013, p. 184-185)

Para Žižek o mesmo também “vale para a dimensão espacial dos protestos”. Em 2011, quando eclodiu manifestações por toda a Europa e pelo Oriente Médio, muitos comentaristas defendiam que não deveríamos tratá-los como se fossem parte de um “mesmo movimento de insatisfação global, pois cada um deles reagia a uma situação específica: no Egito, os manifestantes exigiam aquilo que as sociedades contra as quais o movimento *Occupy Wall Street* protestava já tinham (a liberdade e a democracia)” (ŽIZEK, 2013, p. 184).

A Primavera Árabe no Egito dirigia-se contra um regime autoritário e corrupto, a Revolução Verde no Irã condenava o autoritarismo islâmico. Essa particularização dos protestos auxilia na concepção dos defensores da ordem mundial existente, onde os mesmos defendem que “não há nenhuma ameaça contra a ordem global como tal, e sim problemas locais específicos”. Žižek ressalva:

Aqui, no entanto, deve-se ressuscitar o bom e velho conceito marxista de totalidade – neste caso, da totalidade do capitalismo global. O capitalismo global é um processo complexo que afeta diversos países

¹⁴ Ver a interpretação de Lowy nas páginas 48 e 49 nessa mesma dissertação sobre os elementos transicionais e nesses sentidos progressivos da pauta do movimento.

de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político. É dentro desse contexto que os gregos protestam contra o reinado do capital financeiro internacional e contra seu próprio Estado clientelista, ineficiente e corrupto, cada vez menos capaz de fornecer serviços sociais básicos. (ZIZEK, 2013, p. 185)

Para Zizek o fato de nenhum desses protestos poder ser “reduzido a uma única questão”, é o que os une de certa forma. Para ele, todos eles travam suas lutas baseados em pelo menos duas questões, sendo:

[...] uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual. E será que o mesmo já não se aplica ao *Occupy Wall Street*? O movimento *Occupy* sugere duas ideias básicas: i) o descontentamento com o capitalismo *como sistema* (o problema é o sistema capitalista em si, não a sua corrupção em particular); e ii) a consciência de que a forma institucionalizada de democracia multipartidária representativa não é suficiente para combater os excessos capitalistas, ou seja, que a democracia tem de ser reinventada. (ZIZEK, 2013, p. 186)

Entendemos as argumentações de Zizek e devemos ter em consideração as particularidades, mas por exemplo, o que tem em comum a Primavera árabe no norte da África, *Los Indignados* na Espanha e as Manifestações de Junho 2013 no Brasil não são só as respectivas políticas em relação ao Estado senão que são produtos do aprofundamento da crise mundial do capitalismo iniciado em 2008. Suas mobilizações e seu assembleísmo é próprio da situação onde se configura cronologicamente a crise econômica e crise política, lembremos o que foi a crise Argentina (Dezembro de 2001-Janeiro 2002).

O que tem em comum estes três fenômenos políticos, e poderíamos incorporar outros como na Grécia, é que os países no norte da África com o aumento no preço das matérias-primas que todos precisavam importar, menos a Líbia, gerou ataque brutal nas condições de vida da população o que a fez lutar por mudanças políticas, da mesma forma que não podemos entender os Indignados sem o enorme desemprego no país. Sem cair numa interpretação economicista, entendemos que Zizek este filósofo que namora com muito carinho alguns esquerdistas meia-boca brasileiros e que hoje junto as

forças mais reacionárias da Europa defende que se negue o ingresso dos imigrantes no meio da crise humanitária.

Com o levantamento da bibliografia acerca das Jornadas realizada nesse ponto do último capítulo podemos analisar as contribuições de diversos teóricos, das mais variadas vertentes do estudo dos movimentos em questão. No marco dos limites expostos no início desse capítulo.

No próximo ponto faremos sucinta apresentação das nossas análises, tendo em vista que ao longo deste Capítulo, no ponto sobre a análise da bibliografia também já relacionamos algumas questões e ponderações com nosso objeto. Aqui, posteriormente ao levantamento bibliográfico, análise de material acerca das manifestações nas Jornadas de Junho 2013, faremos exposição de nossa análise geral em torno do nosso objeto frisando também as hipóteses desenvolvidas nessa dissertação.

2. Exposição da análise geral das Jornadas de Junho 2013

Identificamos que as manifestações ocorridas em Junho 2013 no Brasil aconteceram inicialmente convocadas pelo MPL, porém outros movimentos estiveram a frente participando dos protestos em todo o país. As manifestações e as questões reivindicadas acerca do aumento das tarifas dos transportes públicos demonstram que o tema foi subestimado pelo governo.

Diante das constatações em que presenciamos, a grande investida do governo Lula-Dilma é beneficiar as empresas do setor automotriz, que inclui a baixa dos impostos e o aumento do crédito e o endividamento das famílias que permite aquecer o mercado interno. Assim como a explosão da crise econômica e principalmente da crise política, configura-se as Jornadas que aconteceram em quase todos os estados do país.

As manifestações tinham uma composição heterogênea. Mas segundo Plínio Arruda Sampaio Jr. as lideranças e seu núcleo em maioria eram “estudantes que trabalham e trabalhadores que estudam” (SAMPAIO JR, 2013, p. 89). E mesmo sendo divulgados como movimento espontâneo e com a ausência de partidos e sindicatos, haviam militantes de vários partidos de esquerda que estavam presentes, assim como grupos anarquistas como os Black Blocs, Anarcopunks e Anonymous. Lógico

Sobre a composição dos protestos entendemos que após o desenvolver dos protestos na medida em que se desenvolvia, foram incorporando um público mais amplo, multitudinal. Comungamos da observação realizada por Ricardo Antunes que enfatiza:

[...] além da juventude mais politizada no início, partidária ou não, adentraram também massas de estudantes de faculdades privadas, sendo que a grande maioria desses estudantes são também assalariados urbanos, parte do novo proletariado de serviços, que estuda-e-trabalha, trabalha-e-estuda. (ANTUNES, 2014, P. 27)

Entendemos que o tema colocado em pauta pelo MPL e pelas jornadas é bem mais denso, vai desde a questão do direito ao transporte público e de qualidade, assim como a questão da mobilidade urbana, que reflete diretamente na condição desses transportes nas vias de tráfego. No entanto os governos têm privilegiado a privatização desses serviços de transportes públicos, pelo interesse em manter as parcerias com as empresas privadas que são responsáveis por esses serviços. Neste sentido entendemos que programaticamente o MPL de fato não faz um eixo central de sua intervenção em dois elementos chaves: um que as empresas abram seus livros contábeis e que se façam públicas assim como a estatização sem indenização dos transportes públicos sob controle dos trabalhadores e usuários.

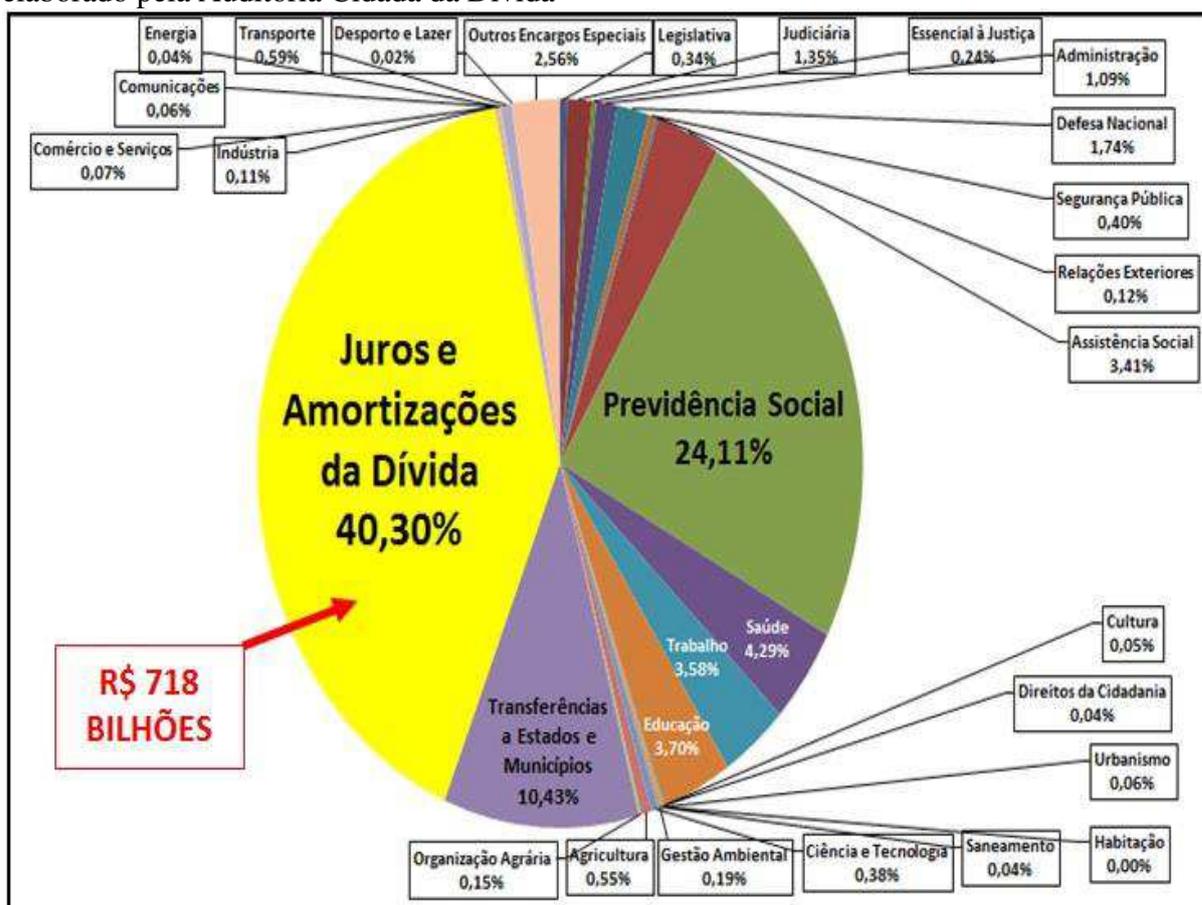
Os protestos foram crescendo e aconteceram paralelamente em vários estados e em muitas cidades na data convocada nacionalmente no dia 20 de Junho 2013 prosperaram. O próprio MPL não registrou em suas redes a ação de todas as cidades, pois mesmo em cidades onde não tinha coletivo do movimento aconteceram manifestações. Com os protestos algumas questões que observamos e que foram analisadas também por outros teóricos devem ser ressaltadas. A dinâmica das manifestações trouxe a tona várias outras problemáticas a partir da forma de mobilização desses manifestantes. Com a ocupação da cidade demonstra-se a necessidade de um novo local para a participação popular diante da configuração política no país. A ação direta utilizada nas jornadas mostra a forma que esses movimentos enxergam e acreditam que deve ser o confronto diante de suas reivindicações com o Estado. A resposta tardia do governo foi repressão e uma fracassada tentativa de institucionalizar o movimento através do anúncio de uma convocatória a uma constituinte exclusiva com a qual não concordaram sequer seus próprios aliados da base governamental sendo rejeitada publicamente pelo vice-

presidente de Dilma, Michel Temer (PMDB). A partir desse momento a proposta passou a ser defendida por setores ultraminoritários que defendem o governo como a Consulta Popular e MST.

Elementos da realidade social e econômica do Brasil que nos permite perceber como se deu essas manifestações em massa da população.

Podemos observar que a insatisfação dos brasileiros vinha sendo regada já há algum tempo, as questões sociais desde moradia e alimentação a transporte e educação, já tinham sido colocados em segundo plano no país por vários governos. Mas centralmente em relação a qualidade dos serviços públicos. Uma rápida leitura do Gráfico 4 elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida nos apresenta que 40,30% foi do Orçamento Geral da União executado no ano 2013 foi destinado a juros e amortizações da Dívida em quanto que 0,59% corresponde ao item Transporte, 3,41 a Assistência Social, 4,29% a Saúde e 3,70% a Educação, 0,06% Urbanismo e Saneamento 0,04%.

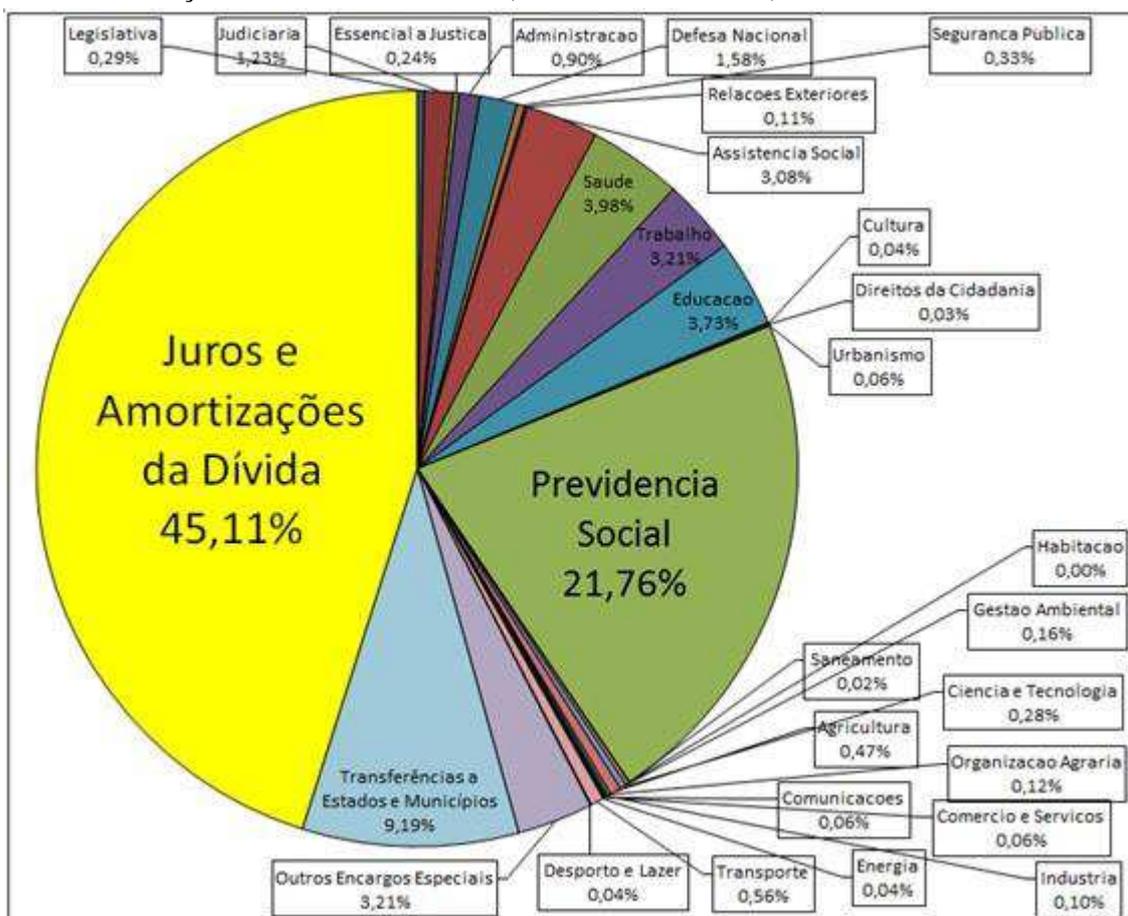
Gráfico 4: Orçamento Geral da União (Executado em 2013) – Total = R\$ 1,783 trilhão, elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida



Fonte: Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/> em base a dados do Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL – Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Nota: Inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. Não inclui os restos a pagar de 2013, pagos em 2014.

Como observamos no Gráfico 5, a tendência se aprofunda no ano seguinte, ano da última medição também elaborada pela Auditoria Cidadã da Dívida, do 40,30% foi do Orçamento Geral da União executado no ano 2013 para 45,11% no ano 2014 o volume destinado a juros e amortizações da Dívida em quanto que o item Transporte diminui de 0,59% a 0,56% no mesmo ano, de 3,41 % a Assistência Social diminui para 3,08%, Saude pela sua vez de 4,29% diminui para 3,98% sendo a Educação se mantém quase estável com um levíssimo aumento passando e 3,70% para 3,73%, Urbanismo 0,06% se mantém igual e Saneamento diminui sensivelmente de 0,04% a 0,02%.

Gráfico 5. Orçamento Geral da União (Executado em 2014) – Total = R\$ 2,168 trilhão



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida: <http://www.auditoriacidadad.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/> em base a dados de

<http://www8d.senado.gov.br/dwweb/abreDoc.html?docId=92718> Notas: 1) inclui o “refinanciamento” da dívida, pois o governo contabiliza neste item grande parte dos juros pagos. 2) os gastos com juros e amortizações da dívida se referem aos *GNDs 2 e 6*, e foram desmembrados da Função “Encargos Especiais”: 3) as transferências a estados e municípios se referem ao *programa 0903 – “Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica”*, e também foram desmembradas da Função “Encargos Especiais”. 4) os demais gastos da função “Encargos Especiais” foram referidos no gráfico como sendo “Outros Encargos Especiais”, e representam principalmente despesas com o ressarcimento ao INSS de desonerações tributárias, subsídios à tarifa de energia elétrica, pagamento de precatórios, dentre outras. 5) O gráfico não inclui os “restos a pagar” de 2014, executados em 2015.

Segundo Mauro Iasi a forma da explosão é compreensível pelo seguinte:

O caminho escolhido pelo ciclo do PT e sua estratégia desarmou a classe trabalhadora e sacrificou sua independência pela escolha de uma governabilidade de cúpula na qual a ação política organizada da classe jamais foi convocada. O resultado do governo de coalizão de classes promovido pelos governos petistas não foi o esperado, isto é, um acúmulo de forças que diante da impossibilidade de uma alternativa socialista, deveria gerar uma democratização que prepararia terreno para futuros avanços. O acordo com a burguesia na cúpula produziu na base social uma reversão na consciência de classe e uma inflexão conservadora no senso comum. (IASI, 2013, p. 81 e 82)

O já mencionado Ruy Braga em seu texto "Sob a sombra do precariado" também na obra *Cidades Rebeldes* também dá sua contribuição acerca do cenário em que aconteceram essas manifestações no Brasil:

Há tempos não escutamos falar em desonerações fiscais ou superávit primário. Após sucessivas altas, o preço do dólar recuou ante o real. Ninguém notou. Sinal dos tempos, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que destina 75% dos *royalties* do petróleo para a educação e os 25% restantes para a área da saúde. Transformou, ainda, a corrupção em crime hediondo. (BRAGA, p. 139)

As manifestações resultaram de uma série de acontecimentos que demonstraram de forma explícita a fragilidade das instituições burocráticas e políticas na sociedade capitalista, por isso falamos que criou uma crise política que abalou pelo menos temporariamente o conjunto do sistema político. Estes acontecimentos não significam que necessariamente a saída da crise será progressiva também pode ter uma recomposição regressiva do sistema, depende das relações de classes, luta e autonomia da classe trabalhadora nesses conflitos. A presença do capital internacional na economia brasileira e a superexploração do trabalho mostra a dependência da economia brasileira à tal situação. Nos governos Lula-Dilma a rotatividade do trabalho era crescente, os salários continuavam fora da real necessidade da população.

Braga ainda coloca que uma parcela dos manifestantes eram funcionários de *Call center*, e em seu estudo sobre os operadores de telemarketing, define esses trabalhadores que estão nos *call centers* em todo o país, como representantes do “[...] atual regime de acumulação pós-fordista: a terceirização empresarial, a privatização neoliberal e a financeirização do trabalho” (BRAGA, 2013, p. 141)

A nível de resultados onde aconteceram os protestos, as jornadas conseguiram a redução das tarifas dos transportes públicos em todas as cidades onde aconteceram os protestos, e no decorrer das manifestações e principalmente pós-junho foram incorporados outros problemas e reivindicações aos protestos, a pauta foi ampliada, porém foram se desmobilizando posterior a isso.

As centrais sindicais governistas convocaram as paralizações tardiamente, mais preocupados em defender o governo na luta do que se inserir na luta como foi o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) dirigida pelo PT e a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB) dirigida pelo PC do B.

Sobre a reação do governo diante das Jornadas podemos observar que houve repressão, tentativa de institucionalizar e revogação do preço das tarifas, durante a realização dos protestos em todo o país.

As jornadas que seguiram pelo Brasil durante o mês de Junho aconteceram em mais de 400 cidades, todas as manifestações tinham bastante semelhança em nível geral de mobilização, ou seja, foram organizadas e convocadas via redes sociais; a reivindicação que a priori também era a mesma, tendo em vista que o aumento da tarifa dos transportes públicos ocorreram na mesma época em praticamente todo o país, nas cidades que utilizam ônibus ou metrô para locomoção.

Na mencionada ampliação a pauta dos protestos e seus manifestantes continuaram incorporando novas reivindicações, como por exemplo o governo parar com os gastos com a Copa do Mundo 2014.

Os jovens ameaçaram continuar os protestos inclusive nos estádios onde ocorreriam jogos da copa, e na tentativa de barrar esses manifestantes, temendo a presença da mídia internacional, o governo freou de forma repressiva esses protestos numa tentativa de impedir que eles acontecessem, até violando abertamente os direitos humanos como foi no caso do RJ, onde prenderam manifestantes em suas casas antes mesmo que se iniciasse as manifestações contra a Copa do mundo. O mesmo aconteceu no primeiro dia de jogos da copa em São Paulo, onde perto do Sindicatos dos Metroviários os manifestantes foram impedidos de iniciar as mobilizações e brutalmente reprimidos.

Destacamos que como no RJ o PSTU fez uma denúncia política contra setores dos movimentos com visões diferentes sob a forma política. No caso dos metroviários SP o aparelho de segurança do partido decidiu quem podia entrar ou não no sindicato, e quem ficaria a mercê de uma repressão mais aberta. Essa atitude anti-democrática foi

repudiada por diferentes setores do movimento porque não tem nada a ver com a idéia de democracia operária da qual falamos. Afirmar isso não significa necessariamente concordar com algumas das táticas criticadas pelo PSTU, mas tem relação com importante questão democrática no interior do movimento.

Diante dessas ameaças de novas e maiores mobilizações no país e como o cenário que figurava a época era a Copa do Mundo em 2014 surgiu, poucos meses antes dos Jogos que seriam no Brasil a proposta de sancionar Lei que se referia a manifestantes como terroristas. O projeto de lei 499/2013 tramitava no Senado sob o título de Lei antiterror, que visava desmobilizar e evitar que acontecessem manifestações. Inclusive a proposta faz parte das exigências da Federação Internacional de Futebol (Fifa) para realizar a copa no Brasil. Essa proposta de lei entrou em pauta e foi debatida no dia 20 de fevereiro 2014, mas foi retirada logo após. De acordo com o projeto, é delito inafiançável "provocar ou difundir terror ou pânico generalizado", com pena mínima de 15 anos de reclusão. A aprovação dessa lei é uma exigência para todos os países norte americanos para a luta anti "terror". Só a moda de exemplo temos que essa lei foi aprovada na Argentina nos governos Kirchneristas.

Sobre a pauta dos protestos entendemos ter elementos de cunho progressivo, pois mesmo não apresentando soluções de mudanças estruturais práticas e definitivas, compreendemos sua importância uma vez que balançou a superestrutura da política nacional. Colocando também em crise o sistema político brasileiro, trazendo a tona a crise política, que com mais ou menos força entendemos que temos elementos para comprovar. Portanto, em relação a nossa hipótese de que Pós junho 2013 a política pareceu se restabelecer, no entanto sem estabilidade, entendemos que temos uma "estabilidade instável" que se combina com elementos de "instáveis estabilidade".

As eleições presidenciais de 2014 trouxe ao cenário brasileiro a disputa entre PT e PSDB, com seus representantes candidatos à presidente respectivamente Dilma Rousseff e Aécio Neves. Os resultados das urnas deram abertura para a grande batalha no segundo turno, pelo PSDB em busca do retorno à presidência perdido desde 2002 para o PT; assim como a incessante luta do PT em manter-se por mais um mandato com a mesma representante desde 2010. O PT triunfa

Podemos dizer que as manifestações trouxeram à tona, colocaram em evidência, a crise de representatividade do sistema político. Crise que no Brasil continua acentuada e agravada ainda mais com as denúncias e comprovações de corrupção com lavagem de dinheiro envolvendo até diretorias nacionais de partidos do governo e sua base aliada,

como por exemplo o ocorrido com as prisões de José Dirceu e José Genuino e os membros da burguesia interna empoderada durante os governos petistas que financiavam também suas campanhas.

Essas questões comprovam mais ainda nossa hipótese da instabilidade política que foi acentuada com as Jornadas de Junho 2013.

Achamos relevante ressaltar alguns elementos do protesto ocorrido na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, onde o dia da grande manifestação foi em 20 de junho de 2013, e assim como nas demais cidades do país, os protestos foram organizados politicamente para depois ser convocados via internet, a partir da convocatória geral do MPL que inicialmente chamava a população para ir às ruas. No entanto várias organizações de movimentos locais organizaram a manifestação na cidade, desde o primeiro momento tudo foi organizado, debatido democraticamente durante horas e deliberados, isolando a direita.

No dia marcado para acontecer em quase todo o país Campina reuniu centenas de pessoas, e mesmo a tarifa já tendo sido estrategicamente revogada pelo Prefeito da cidade, o protesto foi mantido e realizando no dia marcado tendo concentração na Praça da Bandeira, no centro da cidade. As convocações das manifestações aconteceram alguns dias antes via internet, e no dia que antecedeu os protestos já se corria a informação de que o comércio iria fechar mais cedo no dia marcado para a manifestação. Os comerciários numa atitude ultraconservadora estavam “temendo os saques” que vinham acontecendo em outras cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, e realmente fecharam as portas no dia 20, percebemos até que algumas lojas que tinha a fachada toda de vidro colocaram tapumes para evitar depredação e danos maiores, que só existiram nas suas reacionárias cabeças nesta cidade. Mas isso teve uma consequência não desejada por eles isso resultou relevante porque mesmo por uma medida reacionária e patronal o *lock out* permitiu que os trabalhadores do setor serviços da cidade, super-explorados, pelos patrãozinhos pequeno-burgueses que sonham com alguma vez ser burgueses pequenos ou por burgueses pequenos participassem massivamente das manifestações, coisa que de outra forma seria mais difícil que fizeram desde o início da manifestação.

A população também foi às ruas em outras cidades do interior paraibano, demonstrando o alcance das mobilizações de junho em todo o país. Cidades a exemplo de Patos e Pombal que ficam no interior do estado da Paraíba e que nem se quer possuem sistema de transporte público efetivo na cidade, mesmo assim organizaram

uma manifestação no dia 20 de junho e protestaram também contra o aumento das passagens. Na capital João Pessoa aconteceu mais de um ato, sendo o maior no dia 13 de junho com cerca de 30 mil pessoas e na semana seguinte com duas mil pessoas.

Percebemos que em Campina Grande-PB os protestos foram organizados por alguns movimentos ditos de “esquerda” que já se mobilizavam na cidade, mesmo tendo sido convocados a nível nacional nas redes sociais pelo MPL a mobilização ficou por conta desses movimentos locais. Alguns com vínculos partidários, como a União da Juventude Socialista (UJS) que é o movimento estudantil organizado do Partido Comunista do Brasil (PC do B) no estado e em Campina Grande. Identificamos que estes representantes inclusive estavam puxando palavras de ordem e fizeram o trajeto do protesto pela cidade em cima dos carros de som que orientavam os manifestantes. Mas sem levantar bandeiras e sem identificação partidária. Pela sua vez, o Partido Operário Revolucionário (POR) também teve um papel relevante no carro de som, de forma honesta com uma identificação explícita. Militantes do PT, do PSOL e do PCR também participaram, assim como a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande (ADUFCG) e a Associação Nacional dos Estudantes em Luta (ANEL), no plano nacional dirigida maioritariamente pelo PSTU, mas no plano local construída por estudantes independentes da UFCG incorporados na histórica greve docente do ano 2012. A particularidade é que em esta cidade o conteúdo da mobilização foi claramente progressivo, delimitando-se politicamente da direita a través do repúdio explícito repressão policial e levantando bandeiras, além que as empresas façam públicas seus livros contábeis, a nacionalização sem indenização do transporte público sob controle dos trabalhadores e dos usuários. Lógico que isso no marco de uma composição política e social heterogênea como aconteceu no resto do país.

Achamos importante a constatação de participação política de grupos organizados diante da grande repercussão de que essas manifestações eram 100% desvinculadas de partidos ou organizações da esfera política. O exemplo de Campina grande é de certa forma relevante para levantar a questão de quem realmente orientou as manifestações nas cidades onde não existiam coletivos do MPL, que foi quem inicialmente convocou os protestos.

Pelo mencionado anteriormente, outras organizações e movimentos de esquerda consolidados já existentes a nível local também estavam presentes no protesto, mas como manifestantes e não como organizadores.

Destacamos que vários outros militantes filiados a organizações partidárias como as que foram supracitadas também estavam presentes, mas alguns de forma individual e solta sem identificação e sem bandeiras por opção política de suas organizações, mesmo havendo sido deliberado coletivamente nas assembleias massiva que era possível levar identificações partidárias e o compromisso físico inclusive de todos defender o uso de todos das bandeiras partidárias caso existisse algum tipo de provocação da direita ou setores vinculados de uma forma ou outra a polícia. Essa política de ocultamento das identidades partidárias não é nova na esquerda chamaremos “seguedismo” por não encontrar um termo melhor, e dizer, oportunismo político no nome do movimentismo. Quando uma organização político partidária no lugar de se apresentar numa mobilização com seja política e seu programa e sua própria política opta por fazer “seguedismo” do movimento acreditando ingenuamente que se negando a dar o debate político será recebido com mais simpatia pelos manifestantes. Uma concessão dos setores supostamente mais politizados do movimento aos setores mais despolitizados, no meio e no longo prazo senão desde o início essa estratégia fracassa. Nesta cidade, Campina Grande, foi o caso do PCdoB, que fez até intervenções em algumas assembleias contra os partidos.

Em Campina Grande assim como em outras cidades foi possível identificar a presença de estudantes secundaristas, universitários e pós-graduandos, além de professores de escolas e de universidades. Percebemos a participação de alunos dos cursos de saúde, como Medicina e Enfermagem, alguns até mesmo de jaleco, reivindicando melhorias no Sistema Único de Saúde (SUS) assim como melhores salários para a categoria. Alunos de outros cursos inclusive de Direito que reivindicavam a anulação das PEC 37, chamada também de PEC da impunidade, uma proposta de emenda constitucional que tira o direito de investigação do Ministério Público.

Professores e alunos das universidades públicas e faculdades privadas de Campina Grande que estavam presentes, reivindicavam melhorias e maior investimento na educação, assim como aumento dos salários para os docentes.

As máscaras do personagem do V de Vingança, também marcaram presença nesses protestos em Campina Grande assim como em todo o país, percebemos também a presença de alguns membros de movimentos anarquistas existentes na cidade.

Como nas outras cidades e estados do país, também identificamos em Campina Grande os cartazes e as frases de reivindicações dos manifestantes, onde muitos foram

copiados via redes sociais e através da mídia, de outros protestos que já estavam acontecendo desde o início do mês. Frases como “não é só por R\$ 0,20 centavos é por R\$ 0,40 porque é ida e volta”, até porque em Campina o aumento era de R\$ 0,10 centavos e não vinte, e também o aumento na cidade já tinha sido revogado, a tarifa continuaria o mesmo valor que já estava.

Na Foto 1 encontramos manifestantes com cartazes que traziam frases contra os enormes gastos com a Copa do Mundo que seria sediada no Brasil em 2014.

Foto 1: Contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014



Fonte: Arquivo Pessoal da autora, tirada em Campina Grande no dia 20/06/13

Vários outros cartazes reproduziram frases comuns na maioria das cidades que aconteceram os protestos, como “O gigante acordou!”. Outros cartazes também em grande quantidade reproduziam a frase “Vem pra Rua!”, como podemos observar na Foto 2, sendo outras das frase que foi vista nos protestos em praticamente todo o país;

Foto 2: “Vem Pra Rua”



Fonte: Arquivo Pessoal da autora, tirada em Campina Grande no dia 20/06/13

Os manifestantes também citavam a presidente Dilma Rousseff nas frases desses cartazes como “Rainha das Copas” (ver foto 3), em alusão à personagem tirana “Rainha Vermelha de Copas” do livro de Lewis Carol *Alice no país das maravilhas*. Crítica realizada diante das investidas com os grandes eventos mundiais que aconteceriam no Brasil, a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, em detrimento de várias questões necessárias e urgentes no país como a saúde, educação, dentre outros.

Foto 3: Dilma Rainha das Copas



Fonte: Arquivo Pessoal da autora, tirada em Campina Grande no dia 20/06/13

Neste capítulo tivemos uma tentativa de realizar um balanço crítico da literatura sobre o tema e na medida que realizávamos a apresentação apontávamos elementos para uma melhor análise das jornadas do ano 2013.

Antes de nos adentrar nas breves considerações finais, depois deste triunfo político inicial do movimento e seu impacto político nos gostaria de fechar com um parágrafo sobre os desdobramentos e o impacto das jornadas no Movimento Passe Livre.

Destacamos que a declaração do fim do Movimento Passe Livre recentemente por um de seus líderes nacionais.

Em agosto de 2015, Lucas Legume, um dos organizadores e líderes do MPL anunciou o fim do movimento. *“Considero que o MPL, ao não se pensar como um movimento inserido nas dinâmicas de lutas mais amplas dos trabalhadores e trabalhadoras, foi incapaz de superar seus próprios limites”* (Legume, 2015).

O pronunciamento foi feito via artigo intitulado “O Movimento Passe Livre acabou?”, escrito pelo Lucas Legume no site do Coletivo Passa Palavra, a fim de explicar porque o MPL se fragmentou pós Junho 2013.

O MPL pode haver acabado, mas as condições que geraram as manifestações de junho de 2013 continuam presentes e latentes, como um pesadelo para governantes, o Estado e o sistema político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os protestos acontecidos em Junho de 2013 no Brasil balançaram as estruturas arcaicas e engessadas da política no país, assim como também trouxe para as ruas a luta de classes, e o enfrentamento com o Estado para uma nova ágora que passa a ser as avenidas e ruas das cidades.

Há muitos anos não se via no país tamanha mobilização popular em termos de protestos, e o debate político que deveria existir assim como a inclusão da população nestes não vinha sendo praticado no Brasil. A crise de representatividade da democracia liberal deu sinais reais e chegou até o povo que já mostrava seu descontentamento com os desmandos dos governos e seus agentes, a qualidade dos serviços públicos e as condições de vida nas cidades.

É de extrema importância levar em consideração a divisão social das classes, isto é, os conflitos de interesses e de poderes econômico-sociais na sociedade, se não for assim não dá para compreender o campo econômico-político e social na formação econômico-social específica neste caso Brasil no qual se trava lutas através de manifestações e protestos a fim de entender a luta por melhoras no transporte público ou como se dá na prática as reivindicações “transicionais” como essa da Tarifa Zero.

Isso porque como já tratamos nos capítulos anteriores dessa dissertação o Estado que existe para manter os interesses da classe dominante, fará o que for necessário para manter essa dominação de uma minoria sob a maioria. O que reflete na sociedade acentuando cada vez mais o descaso com os serviços públicos que na verdade serve à grande maioria da população, mas não diretamente aos empresários que continuarão anualmente, junto com a conivência dos governos, aumentando as tarifas de transportes. Mas isso não está determinado e definido *a priori* depende da luta de classes.

Em termos de conclusão compreendemos a importância da análise realizada nesta dissertação acerca dos protestos acontecidos no Brasil em Junho 2013 já que tentou contribuir com o debate acerca desses protestos acontecidos no país, assim como tem intuito de sugerir a continuidade das análises e abrindo espaço para estudo acerca das lutas sociais atuais no Brasil e no mundo.

Tentamos considerar em nossa análise as particularidades das manifestações ocorridas no Brasil centralmente no mês de Junho de 2013, levando em consideração

suas formas de mobilização e seus eventuais mudanças de configurações em termos de organização popular e de ação política.

Enfatizamos também a forma de como passou a ser visto e contestado o regime político brasileiro enquanto “representante da população” e a necessidade de participação política das massas demonstrada com as manifestações, trazendo à tona uma crise política instalada no país, que articulada com uma profunda crise econômica, ainda não está resolvida.

Apresentamos também o Movimento Passe Livre na sua origem e seus limites, centralmente ao não focar sua luta na nacionalização dos transportes públicos sem indenização as empresas sob o controle dos trabalhadores e usuários.

Afirmamos inicialmente que uma característica desses protestos foi a heterogeneidade de sua pauta, a qual contrapesando os elementos progressivos e regressivos consideramos progressiva e tentamos argumentar as razões, si bem lógico que tem controversas sobre o tema mesmo na literatura sobre o tema.

Tomamos em consideração uma luta entre apartidarismo e partidarismo que se expressou de forma aberta assim como os diferentes papeis da mídia, criminalizar primeiro, para tentar pautar programaticamente depois, para dividir e voltar a criminalizar na medida que se esvaziava. Da mesma forma a reação tardia do governo Dilma Rousseff, mas também dos governos estaduais e municipais, primeiro negar depois reprimir, tentar institucionalizar para esvaziar, voltar a reprimir e assim.

Todo isto sem deixar de ter em consideração que Brasil se incorporou de forma específica a uma onda de mobilizações no plano mundial produto da crise capitalista mundial do ano 2008 que se manifesta de forma desigual e combinada tanto no plano das relações sociais como cronologicamente no planeta.

Nessa dissertação trabalhamos com duas hipóteses, que tentamos apresentar elementos para sua comprovação: a primeira é que com as Jornadas de Junho de 2013 o PT perdeu o monopólio das ruas, adquirido ao longo de sua trajetória de lutas e que instabilidade política foi acentuada pós manifestações de Junho 2013 e se bem o sistema político num primeiro momento conseguiu se recompor depois das Jornadas, essa recomposição não é estável pela própria articulação particular das crises econômicas e crises políticas no país como observamos ainda em 2015.

Pelo demais tentamos seguir a ordem e os temas dos capítulos apresentados na Introdução, a fim de facilitar a explanação da pesquisa. No primeiro capítulo abordamos os elementos teóricos para o estudo dos Movimentos Sociais; no segundo capítulo

focamos no Movimento Passe Livre e sua relação com as Jornadas de junho para no terceiro e último capítulo realizar uma recortada e justificada revisão da literatura sobre o tema na medida que realizávamos uma análise nos posicionando sobre a literatura, que se bem era apresentada de forma descritiva tentávamos avançar em questões mais analíticas e qualitativas.

Concluimos estas breves considerações finais da mesma forma que o capítulo 3. O MPL pode haver acabado, mas as condições que geraram as manifestações de junho de 2013 continuam presentes e latentes, como um pesadelo para governantes, o Estado e o sistema político.

REFERÊNCIAS

Esclarecemos que todos os acessos aos sites que mencionaremos a continuação foram verificados no mês de janeiro de 2016.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ARANTES, Paulo; SCHWARZ, Roberto et al. **Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ARRUDA SAMPAIO Jr., P. Encuentro Departamento de Industrias y agroindustrias de la Plenaria Intersindical de los Trabajadores-Convención Nacional de los Trabajadores (EDIA-PIT-CNT) In: ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

AUDITORIA CIDADÃ DA DIVIDA <http://www.auditoriacidadada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>

BASUALDO, E. e ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales**. São Paulo: Clacso, 2006.

BOITO Jr., A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro. In CAETANO (Org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

_____; **O impacto das manifestações de junho na política nacional**. Brasil de Fato, São Paulo, 02/08/2013.

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil: Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. In: Revista de Sociologia Política, Curitiba, Set. 2013, V. 21, Nº 47: 31-38.

BRAGA, Ruy. **Sob a sombra do precariado**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. **Territórios Transversais**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

CAETANO, G. (Org.) **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 3 ed. São Paulo: Terra e Paz, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 3)

_____; **A Sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____; **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____; **Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CORRÊA, Ana Elisa. **Classe média e reformismo altermundialista**. In: Cadernos Cemarx nº 5, 2009.

DAVIS, Mike. **Estrada de metal pesado**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

DÉCIO, Saes. **Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas**. 2001.

ELÍAS, A. (Org.) **Los gobiernos progresistas en debate. Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Buenos Aires: Clacso, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, 9 ed.

ESQUERDA DIÁRIO (ED) <http://www.esquerdadiario.com.br/>

EVANGELISTA, Rafael. **Ferramentas da internet se mostram importantes na organização de manifestações políticas.** *Cien. Cult.* [online]. 2011, v. 63, n. 2, 18-20. Disponível em < <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v63n2/a07v63n2.pdf> >. Acesso em 10/09/2012.

FILME Junho <https://www.youtube.com/watch?v=dZlvZ0OCdvI>

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo.** Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GALVÃO, Andréia. **Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina.** In: XXVIII INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2009.

_____; **O marxismo importa na análise dos movimentos sociais?** In: Encontro Nacional da Anpocs, 32, 2008, Caxambu.

GARCÍA, Marco Aurelio. Debate. Programa de governo do PT. A reconstrução da esperança. **Revista Teoria e Debate**, São Paulo, n. 65, fevereiro-março 2006. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3316> Acesso em: 10 outubro 2014.

GOHN, Maria da Glória (org.) – **Movimentos Sociais no início do século XXI.** Petrópolis: Vozes, 2010.

_____; **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1995.

HARVEY, David. **Occupy.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

_____; **A liberdade da cidade.** In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HOBBSBAWN, Eric. Introdução; Cap. VII- A turba urbana. In **Rebeldes Primitivos:** estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

_____; **A era do capital 1848-1875.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

IASI, Mauro Luis. **A Rebelião, a cidade e a consciência.** In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento.** São Paulo: Editora Veneta, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social.** Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm> (Acesso em 15/01/2016).

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução.** Introdução: Francisco Máuri de Carvalho Freitas. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIGA ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA – QUARTA INTERNACIONAL (LER-QI) <http://www.palavraoperaria.org/>

LIGA OPERÁRIA (LO) <http://www.ligaoperaria.org.br/1/>

LIMA, Venício A. de. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação.** In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LÖWY, Michael. **Movimento Passe Livre: Le mouvement pour le transport gratuit au Brésil.** dez, 2013. Disponível em: <<http://blogs.mediapart.fr/blog/michael-lowy/241213/movimento-passe-livre-le-mouvement-pour-le-transport-gratuit-au-bresil>> também publicado no Blog da Boitempo <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/01/23/o-movimento-passe-livre/>> (Acesso em 07/02/2015)

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **A vez do direito e da descriminalização dos movimentos sociais.** In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!** In: *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, Karl. **As lutas de classe na França**. In:Textos. São Paulo: Alfa-Ômega,s.d.Volume 3.

_____; **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____; **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. v.1, 1997

MARX, Karl;ENGELS, Friederich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do Presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONGENSTERN, Flavio. **Por trás da máscara**. Rio de janeiro: Record, 2ª Ed, 2015.

MOUFFE, Chantal. **Por um Modelo Agonístico de Democracia**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, Nov. 2005, Vol. 25: 11-23.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES (MRT)
<http://www.esquerdadiario.com.br/>

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, José Batista de Queiroz; **O bloco no poder no brasil durante o governo Lula** (2003-2010), Dissertação de mestrado defendida Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG; fevereiro 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo**. Brasília: FAP; Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) <http://pcb.org.br/portal2/>

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (PCR) <http://pcrbrasil.org/>

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR) <http://pormassas.org/>

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) <http://www.psol50.org.br/>

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADOS (PSTU)
<http://www.pstu.org.br/>

PESCHANSKI, João Alexandre. **O transporte público gratuito, uma utopia real**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Movimentos Sociais: abordagens clássicas e contemporâneas**. In: CSOnline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano I, Edição 2, nov 2007. PP. 156-177.

POULANTZAS, Nicos. **Classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

PROGRAMA RODA VIVA entrevista representantes do MPL:
<https://www.youtube.com/watch?v=kOOdZmmZw5I>
<https://www.youtube.com/watch?v=8FacFeGixxY>
<https://www.youtube.com/watch?v=jDS2cFjZPio>
<https://www.youtube.com/watch?v=J1JMyZoa4Ng>

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos**: Escritos de Sociologia política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. 132 p. ISBN: 978-85-7982-026-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ROLNIK, Raquel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ROJAS, Gonzalo Adrián; **Os governos pós-neoliberais na América Latina (1999-2009)**: Uma análise comparativa. As relações entre Estado, poder político, movimentos sociais, políticas públicas e ilusão desenvolvimentista, na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

_____; Governos “pós-neoliberais” na América Latina: crise política e fim de ciclo? Desafios para oposição de esquerda. Trabalho para apresentação em Mesa Redonda. VIII Colóquio Internacional Marx-Engels, Campinas: 2015. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Gonzalo%20Rojas.pdf. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

_____; **Os socialistas na Argentina (1880-1980)**. Um século de ação política. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), novembro 2006.

SAES, Décio. **Democracia e capitalismo no Brasil**: Balanço e perspectivas. In: Rev. Sociol. Polít., N° 6/7 1996.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição, 1995.

SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAKAMOTO, Leonardo. **Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SALLUM Jr., Brasília. *Classes, cultura e ação coletiva*. Lua Nova, 65, 2005

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda (Org.). **Jornadas de Junho - A revolta popular em debate**. ICP, São Paulo, 2014.

SECCO, Lincoln. **As Jornadas de Junho**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, Regina Helena Alves da (Org.). **Ruas e Redes: Dinâmicas dos Protestos BR**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SINGER, André. **Brasil, Junho de 2013**. Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 97, p. 23-40, 2013.

THOMPSON, Edward P. A economia moral da multidão inglesa do século XVIII in **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (p. 150-202)

TOURAINÉ, Alain. **Os novos conflitos sociais**. Para evitar mal-entendidos In Lua Nova, n. 17, 1989.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas**. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VITULLO, Gabriel. **O honestismo e o triunfo da pequena política**. In: A ideologia do “Terceiro Setor” ensaios críticos. Natal: EDUFRRN, 2012.

VIANA, Sílvia. **Será que formulamos mal a pergunta?** In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes –Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ZIZEK, Slavoj. O violento silêncio de um novo começo. Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.

_____. **Problemas no Paraíso.** In: MARICATO, Ermínia et al. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.